

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LEANDRO VIANA DE ALMEIDA

**PRÉ-VESTIBULARES POPULARES: ESTRATÉGIA DE
ACESSO DOS EXCEDENTES À EDUCAÇÃO SUPERIOR**

GOIÂNIA
2016

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA
DISPONIBILIZAR AS TESES E
DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Leandro Viana de Almeida

Título do trabalho: Pré-Vestibulares Populares: Estratégia de acesso dos excedentes à Educação Superior

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do (a) autor (a)

Data: 30 / 03/ 2017

LEANDRO VIANA DE ALMEIDA

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

²A assinatura deve ser escaneada.

PRÉ-VESTIBULARES POPULARES: ESTRATÉGIA DE ACESSO DOS EXCEDENTES À EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação Educação -PPGE da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, sob orientação da Prof. Dr. José Adelson Cruz

Linha de pesquisa: Educação, trabalho e Movimentos Sociais.

GOIÂNIA
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Almeida, Leandro Viana de
Pré-Vestibulares Populares: [manuscrito] : estratégia de acesso
dos excedentes à educação superior / Leandro Viana de Almeida. - 2016.
CXXVII, 127 f.


Orientador: Prof. Dr. José Adelson Cruz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2016.

Bibliografia. Anexos.
Inclui siglas, tabelas, lista de tabelas.

1. Pré Vestibular Popular. 2. Educação Superior. 3. Acesso à
educação. I. Adelson Cruz, José, orient. II. Título.

CDU 37:319


ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE LEANDRO VIANA DE ALMEIDA - Aos sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis (07/10/2016), às 9h reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof. Dr. José Adelson da Cruz, orientador, doutor em Educação pela UNICAMP; Prof.^a Dr.^a **Maisa Miralva da Silva**, doutora em Política Social pela UnB e Prof.^a Dr.^a Marília Gouvea de Miranda, doutora em Educação pela PUC/SP para, em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa de dissertação intitulada: **“Pré-vestibulares populares: estratégia de acesso dos excedentes à educação superior”**, em nível de Mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Leandro Viana de Almeida**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof. Dr. José Adelson da Cruz que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinando, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1063/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO**, pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 12h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Adenilde de Oliveira Souza secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



Prof. Dr. José Adelson da Cruz
Presidente – FE/UFV



Prof.ª Dr.ª Maisa Miralva da Silva
Membro – PUC/GO



Prof.ª Dr.ª Marília Gouvea de Miranda
Membro – FE/UFV

Agradecimentos

Há algo no trabalho acadêmico que transcende o resultado da pesquisa e o propósito dos Programas de Pós-graduação em formar pesquisadores. Durante o tempo das disciplinas e do manchar de tinta nas páginas em branco ocorrem marcas que não são expressas no texto em si, são processos, mudanças de vidas em curso. Quero agradecer nomeadamente os que me incentivaram à formação e aos laços de amizade que foram constituídos ou reforçados nas travessias do viver.

Agradeço ao Professor Dr. José Adelson da Cruz pela aposta concedida a mim e a minha formação. Ao termino desta etapa reflito que o fazer da pesquisa permitiu a (re)aproximação do trabalho acadêmico e da docência quando em determinado momento parecia improvável. A ti sou grato não somente por apresentar-me teorias, mas, sobretudo por reorientar-me neste projeto maior.

Ao meu pai e minha mãe, Gilson Luis e Agilce Viana, a quem devo a minha referência de formação ética, agradeço o apoio incondicional, e aos meus irmãos Leonardo e Lucas muito obrigado por tudo que temos compartilhado nos últimos anos. Aos meus Tios Valdir Pereira e Carlota Viana e ao Marco, Karlla e Samara muito obrigado por ter sido incorporado à casa e ao coração de vocês, a reciproca é verdadeira. Há um mundo de alegria e tranquilidade abaixo da sombra da jabuticabeira em nossos domingos. À Fernando, que me acompanha em diversos espaços da vida, obrigado pela companhia nos momentos de descontração e ajuda para distinguir os dragões dos moinhos de vento.

Agradeço a professora Dra. Sandra Valéria Limonta, coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação- PPGGE, primeiramente pela condução dos trabalhos no programa e pela leitura atenta na qualificação deste texto. Agradeço a Dra. Marília Gouveia de Miranda e da Dra. Maisa Miralva da Silva que compuseram a banca de apresentação da dissertação, considero as contribuições apontadas como relevantes e às tenho como orientadoras para a continuidade da formação acadêmica.

Agradeço aos Professores (as) do PPGGE a oportunidade formativa das disciplinas, em especial registro meu agradecimento aos Professores Dr. Jadir de Moraes Pessoa e a Dra. Anita Cristina Azevedo Resende. Agradeço às professoras Dra. Maria Tereza Canezin e Dra. Maria Margarida Machado pelo estímulo à pesquisa em educação no período em que estive vinculado ao Centro Memória Viva e aos Professores da Faculdade de Ciências sociais que me incentivaram a estudar educação Dr. Dijaci Davi de Oliveira, Dra. Lucinéia Scremin, Dr. Revalino Antônio de Freitas e Roberto Cunha Alves de Lima. Aos mestrandos e doutorandos do PPGGE pelas conversas no pátio da Faculdade de Educação e nos cafés entre os estudos na biblioteca, em especial aos amigos Lennin Tomazetti, Rômulo Fabriciano e João Victor Nunes Leite.

Aos amigos que tive a sorte de fazer no Mato Grosso Anderson Platini, Bruno Chico, Breno Dröse, Enzo Victório, João Filho, João Filho, João Vallim, Rafael Cessa, Nayara Villani, Marcelo Arruda e Renan Gonçalves não poderia deixar de dizer que sou lhes grato pelo apoio as trocas de aulas para que pudesse comparecer as reuniões de orientação em Goiânia e para dedicar-me ao trabalho no mês anterior a defesa, esforço coletivo sem o qual não seria possível a conclusão do mesmo. Agradeço também aos encontros dos “desenraizados” que trazem momentos agradáveis da vida em Sorriso, construção trato fraternos, para estes que se encontram distantes dos entes queridos. Agradeço também a Silvio e Bethânia pela companhia agradável Gr. Muito obrigado aos camaradas: Cristiano, Kader Assad, Sandoval Junior, Eduardo Matos e Edson Santana que me orientam e recebem quando passo por Cuiabá.

Ao Professor Dr. Reginaldo Nassar pelos diálogos na SBPC – Regional Goiás e pelo incentivo à realização do concurso público. Agradeço também a comissão organizadora do Prêmio de Popularização da Ciência da SBPC (Edson Quaresma, Flávio Diniz, Nusa Silveira, Márcia Pelá, Rosália Jesuíno e Romão Nunes) pelos bons momentos e aprendizado nessa equipe de trabalho. Agradeço as Professoras Dra. Maria Tereza Canezin e Dra. Maria Margarida Machado estímulo à pesquisa em educação no período em que estive vinculado ao Centro Memória Viva. À João Eduardo Abbott as conversas sobre psicanálise que me trouxeram questões para aguçar o olhar sobre os sujeitos e a formação humana.

Muito obrigado aos amigos e camaradas que contribuíram com as experiências de educação popular do Núcleo de Educação Popular José Martí, curso de alfabetização e letramento com as trabalhadoras da limpeza da UFG, e do cursos preparatórios populares Comunidade Fazarte e Dirce Machado. Agradeço em especial à Andrielle Qualhatto, Bruna Venceslau, Douglas Martins, Filipe Boechat, Hugo Leonardo, Jamesson Buarque, Jefferson Rego, Julia Isabelle, Lennon Lustosa, Marcela Coimbra, Marcos Reis, Marta Jane, Nicolás Atantes, William Alves e Yuri Ribeiro, Larissa Leal e Luciana Souza. Às duas últimas agradeço imprescindível leitura que realizaram deste texto.

Agradeço dos integrantes dos Pré-Vestibulares Populares pela atenção e disponibilidade das entrevistas realizadas. As entrevistas não aparecem anexadas nesse trabalho por sugestão da banca em função do exíguo prazo para conclusão do trabalho, ficarão melhor analisadas em trabalho posterior. De todo modo, parte do mapeamento dos Pré-Vestibulares Populares do Estado de Goiás foi influenciada por vossas falas. Fica o meu sincero agradecimento a cada um e aos diversos coletivos que atuam: Fernando V. Costa – Pré-Vestibular Popular Comunidade Fazarte; Helder Paulino – Pré- Vestibular Atitude (Jataí); Isa Leão – Curso Pré-Vestibular do Município de Rio Verde-Goiás, Lucivânia Rosa da Silva – Colégio Est. Pres. Costa e Silva; Mariana C. Pereira – Cursinho no Assentamento do MST; Prepara Trans; Ride Alves Corrêa – Curso Preparatório para vestibulares do Diretório Central dos Estudantes - DCE-UFG; Rodrigo “Kruppa” Gomes – Projeto Educação Aberta - PREÁ e William Alves de Sousa – Curso Popular Dirce Machado.

Registro meu agradecimento aos esforços institucionais para a realização da pesquisa ao PPGE e a CAPES pelo apoio concedido na bolsa de mestrado. E ao Instituto Federal do Mato Grosso –IFMT Campus Sorriso pela flexibilidade de horário necessária ao traslado entre os estados de Mato Grosso e Goiás.

Enfim, a escrita deste texto está circunscrita e subordinada as polissemias dos tempos da vida de muitas transições e desafios pessoais e profissionais. Agradeço a Janaina Cristina de Jesus pela cumplicidade que tivemos e temos tido, só e somente você dimensiona os todas as travessias e buscas. Obrigado por encantar e alegrar a minha vida e por me dar mais dois motivos para não esmorecer na luta por um mundo melhor, Pietro e Clara.

RESUMO

A pesquisa “Pré-Vestibulares Populares: estratégia de acesso dos excedentes à educação superior”, desenvolvida na Linha de Pesquisa Educação, Trabalho e Movimentos Sociais, no PPGE/FE/UFG, objetiva investigar a emergência, constituição e reconfiguração dos cursos preparatórios populares de acesso ao ensino superior. Para tanto, empregam-se metodologias qualitativas: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental de dissertações e teses, a fim de identificar as temáticas e os *agentes organizadores* que aparecem, com maior frequência, na criação e manutenção destas experiências. Nacionalmente, emergem com maior regularidade como agentes organizadores dos PVPs os movimentos negros e os movimentos estudantis. No entanto, nos estudos consultados mais recentes o Estado também aparece como organizador de cursos preparatórios. O estudo fundamenta-se na ideia de que os PVPs necessitam ser analisados em função dos excedentes dos vestibulares e da tensão entre a relação inclusão-exclusão das universidades. Deste modo, procura-se analisar tais cursos em função das contradições sociais e das inclusões que esses cursos se propõem a realizar. Aponta-se que há um limite estrutural na proposta destes cursos, pois as possibilidades de inclusão estão subordinadas à escassez de vagas na educação superior. Conclui-se que com o Estado como novo agente organizador, e se comparado às experiências dos movimentos negros e estudantis, ocorre uma reconfiguração dos Pré-Vestibulares Populares em forma e conteúdo.

RESUMEN

La investigación “Pre Acceso Popular (PAP): estrategia de ingreso de los excedentes a la educación superior”, desarrollada en la línea de investigación Educación, Trabajo y Movimientos Sociales PPGE/FE/UFG con objetivo de descubrir la implementación, constitución y re constitución de los cursos preparatorios populares para el ingreso en las universidades. Para esto se realizaron metodologías cualitativas: investigaciones bibliográficas y documentos de conclusión de pos graduaciones, a fin de identificar las temáticas y los agentes organizadores que aparecen con más frecuencia en la implementación y mantenimiento de estas experiencias. Nacionalmente surgen con mayor frecuencia como agentes organizadores de los PAPs los movimientos Negros y los estudiantiles. No obstante los trabajos más recientes consultados el Estado también aparece como organizador de estos cursos predatorios. El texto se fundamenta en la idea de que los PAPs necesitan ser analizados en función de los excedentes de los exámenes de admisión a las universidades y de la tensión entre la relación de inclusión y exclusión de la mismas. De esta manera se trata de analizar tales cursos en función de las contradicciones sociales y de las inclusiones que estos cursos proponen realizar. Se deslumbra que hay un límite estructural en la propuesta de estos cursos pues las posibilidades de inclusión están subordinadas a la falta de cupos en la educación superior. Se concluye que con el Estado como nuevo agente organizador y si comparado a las experiencias de los movimientos Negros estudiantiles, ocurre una reconfiguración de los cursos preparatorios populares en formato y contenido.

ABSTRACT

The research "Popular Pre Entrance Exam: strategy of access to surplus of higher education", developed in the Research Line of Education, Work and Social Movements, at PPGE/FE/UFG aims to investigate the emergence, constitution and reconfiguration of the popular preparatory courses of access to higher education. For this purpose qualitative methodologies are used: bibliographical research and documentary research of dissertations and theses, in order to identify the themes and the *organizing agents* that appears, more frequently, in the creation and maintenance of these experiences. Nationally, emerge with greater regularity as organizing agents of PVPs the black movements and student movements. However, at the most recent studies consulted the State also appears as organizer of preparatory courses. The text is grounded on the idea that PVPs need to be analyzed due to the surpluses of the entrance exam and the tension between an inclusion-exclusion relation of universities. In this way, we try to analyze these courses in function of the social contradictions and inclusions that the courses propose to realize. It is pointed that there is a structural limit in the proposal of these courses because the possibilities of inclusion are subordinated to the shortage of vacancies in higher education. It is concluded that with the State as a new organizing agent, and if it is compared to the experiences of the black and student movements, occurs a reconfiguration of popular pre entrance exam in form and content.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	108
Tabela 02	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	64
Quadro 02.....	82
Quadro 03.....	87
Quadro 04.....	88
Quadro 05.....	89
Quadro 06.....	90
Quadro 07.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAP /PROUNI: Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos

CPVC – DCE/UFG: Curso Pré-Vestibular Comunitário do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Goiás

Cursinho da Poli: Cursinho do Grêmio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo

Cursinho DACC: Cursinho Pré-Vestibular do Diretório Acadêmico de Catalão.

ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC: Ministério da Educação

PREA: Projeto Educação Aberta

PREUNI Cajueiro: Pré-Universitário do Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude.

PREUNI da Caju: Pré-Universitário da Casa da Juventude

PROEC: Pró Reitoria de Extensão e Cultura

PROUNI: Programa Universidade para Todos

PVNC: Pré-Vestibulares para Negros e Carentes

PVPs: Pré-Vestibulares Populares

SEDUCE: Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

SISU: Sistema de Seleção Unificada

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OS CURSOS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO OBJETO DE PESQUISA.....	16
CAPÍTULO I - PRÉ-VESTIBULARES POPULARES: TEMÁTICAS DE ANÁLISE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E AGENTES ORGANIZADORES DOS CURSOS.....	25
- Imaginação sociológica: O excedente do vestibular como um modo de vida difuso dos sem universidade.....	26
- Classificação da Produção acadêmica sobre os Pré-Vestibulares Populares em áreas temáticas.....	34
a) Emergência e constituição dos Pré-Vestibulares Populares.....	35
b) Formas organizativas dos Pré-Vestibulares Populares	36
c) Didática e práticas de ensino nos Pré-Vestibulares Populares.....	38
d) Políticas Públicas de acesso à Educação Superior	38
e) O caráter político-educativo dos PVPs.....	40
f) Teorias da ação coletiva e dos Movimentos Sociais.....	41
g) Análises trajetória estudantil	42
- Os Agentes Organizadores dos Pré-Vestibulares Populares: Movimentos Negros, Movimentos Estudantis e Governos.....	43
- Os Movimentos Negros e a concepção de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes..	44
- O Movimento Estudantil e os Pré-Vestibulares Populares.....	50
CAPÍTULO II - DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE (RE)INCLUSÃO: OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO ESTRATÉGIA DE UM MODO DE VIDA DO EXCEDENTE.....	67
O vestibular como instrumento do ocultamento dos “excedentes” e os Pré-Vestibulares como um expediente extraoficial na política educacional.....	67
- Mapeamento dos Pré Vestibulares Populares no Estado de Goiás: Histórico, concepções e objetivos dos cursos.....	81
-Desigualdade, exclusão e (re)inclusão: os Pré-Vestibulares Populares como expressão de um modo de vida do excedente.	94

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	116
ANEXO I BANCO DE DADOS CONSULTADO NOS SITES DA INTERNET.....	121
ANEXO II QUADRO – Produções acadêmicas sobre os Pré-Vestibulares Populares teses de doutorado (1998-2014).....	123
ANEXO III Produções Acadêmicas sobre os Pré-Vestibulares Populares Dissertações de Mestrados (1998-2014).....	124

INTRODUÇÃO

Este estudo propõe-se a investigar os Pré-Vestibulares Populares – PVPs em análise entre os cursos no contexto nacional brasileiro e as particularidades encontradas no Estado de Goiás. Procura-se localizar os agentes organizadores destas experiências e interpretar as concepções que tais agentes imprimem nos cursos preparatórios. Busca-se desvelar os elementos que justificam a emergência, a ampliação, as (re)configurações e diversificações dos PVPs.

Os *Pré-Vestibulares Populares* são ações sem fins lucrativos realizadas por distintos agentes organizadores, que possuem como característica o ensino de suplência à educação básica e o caráter preparatório de estudantes excedentes da educação superior para a disputa das vagas das universidades públicas. Por *agentes organizadores* compreendem-se os responsáveis pela capacidade de agência ou ação de organizar, promover e mobilizar a criação e manutenção dos cursos preparatórios populares para ingresso no ensino superior.

Para localização e análise dos agentes organizadores dos PVPs nacionalmente utilizou-se de *pesquisa bibliográfica* fundamentada na consulta dos repositórios de dissertações e teses nas universidades brasileiras. Ao todo, foram analisados trinta trabalhos, sendo vinte e cinco dissertações e cinco teses de doutorado. Com base no estudo da produção acadêmica, pode-se afirmar que há o início da formação de uma comunidade científica dedicada ao estudo dos Pré-Vestibulares Populares no país. Ainda que os PVPs sejam um objeto de pesquisa recente, compreende-se que os estudos não podem ser caracterizados como incipientes, como frequentemente definiam os pesquisadores que iniciaram o estudo dos cursos preparatórios. Se comparada com a década de 1990, momento em que emerge o estudo da temática junto com a proliferação massiva destes cursos, percebe-se que há um acréscimo significativo na produção acadêmica que busca analisar a emergência e consolidação destes cursos no país.

Segundo estudos de Castro (2011), o Cursinho dos Estudantes da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo surge na década de 1960 como o primeiro cursinho preparatório popular do país. Na década de 1990, após a abertura política, os

Pré-Vestibulares Populares ganham expressão no cenário político e social brasileiro somente como estratégia dos movimentos populares de acesso à educação superior. Constituem-se, na origem, por oposição às lógicas de exclusão, elitização e mercantilização de educação. São diversas iniciativas em todo o país organizadas pelos movimentos negro, estudantil, sindical, Igreja e Organizações Não Governamentais - ONGs.

Nos anos 2000, os PVPs apresentam-se na cena pública alinhados a iniciativas em defesa de políticas educacionais de garantia ao acesso à educação superior. A literatura consultada indica que parte significativa dos cursinhos participou das reivindicações das políticas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas. Segundo estudos de Alexandre do Nascimento (2012), que analisa o Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC no Rio de Janeiro, as políticas de cotas e outras políticas de acesso e permanência de negros e indígenas resultam de pressão exercida pelo movimento negro e pelos movimentos de cursinhos populares.

Ainda em âmbito nacional, avalia-se, com base em consulta nos sites dos próprios cursos preparatórios e no site do Ministério da Educação, que os cursinhos populares Educação para Afrodescendentes¹ - EDUCAFRO e Movimento dos Sem Universidade² – MSU foram base de sustentação de determinadas políticas educacionais dos Governos Lula e Dilma. Ambos se reivindicam como movimentos que conquistaram a política de financiamento e participam da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social³ do Programa Universidade para Todos – CONAP /PROUNI.

É relevante situar que, nesta pesquisa, os agentes organizadores podem ser originários de setores populares ou de órgãos ou instituições vinculados ao Estado. No plano nacional, os agentes organizadores que apresentam maior frequência na organização destes cursos são os movimentos negros, os movimentos estudantis e as secretarias de governos estaduais e municipais. Na análise do Estado de Goiás,

¹ Disponível em: <http://www.educafro.org.br/site/>. Acesso: Junho de 2016.

² Disponível em <http://www.msu.org.br/>. Acesso: Junho de 2016.

³ Disponível em: http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/ata_conap_reuniao_de_130907.pdf. Acesso: Junho de 2016.

configura com maior frequência a constituição de cursos preparatórios vinculados a secretarias estaduais e municipais, às universidades e aos movimentos estudantis.

Para construção de um panorama das experiências dos Pré-Vestibulares Populares do Estado de Goiás, utilizou-se de pesquisa documental realizada nos *motores de busca* e *diretórios* da rede de computadores. Com os motores de buscas do Google e do Yahoo localizaram-se informações diversas, dentre elas jornais do Estado de Goiás com arquivo disponível para consulta virtual, *blogs* dos cursos preparatórios, informações do currículo Lattes de professores e outros. Articulou-se as duas formas de busca como instrumento de refinamento das informações. Realizou-se consultas nos diretórios dos jornais, das universidades, das secretarias de estado e redes sociais que permitem maior delimitação do banco de dados consultado.

A busca da história social do objeto orientou a construção do mapeamento dos PVPs no Estado de Goiás e teve por referência a seguinte indagação: quais experiências existem ou existiram de Pré-Vestibulares Populares em Goiás? O universo de preparatórios consultados, somente no estado de Goiás, foi de vinte e quatro iniciativas. O levantamento da pesquisa documental estabeleceu-se como recorte temporal desde a primeira experiência encontrada (1999) até o momento de redação deste trabalho, portanto, do período entre 1999 e 2016. Destaca-se que a temporalidade do objeto é marcada não só por continuidade, mas por fechamento de cursos e paralisações temporárias. Procurou-se sistematizar o registro de tais intermitências a fim de investigar possíveis motivos para continuidade e descontinuidade dos cursos.

Utilizou-se, como critério de classificação inicial dos cursos a agremiação por vínculos ou parcerias institucionais. A UFG possuiu relações com sete iniciativas de pré-vestibulares: Curso Pré-Vestibular Comunitário CPVC-DCE/UFG (Goiânia), Pré-Vestibular Atitude (Jataí), Pré-Vestibular Popular Comunidade Faz Arte (Goiânia), Cursinho DACC - Cursinho Pré-Vestibular do Diretório Acadêmico de Catalão (Catalão), Cursinho Popular Dirce Machado (Aparecida de Goiânia), Cursinho Federal de Goiás (Goiânia) e o Cursinho Prepara Trans (Goiânia).

Na UEG foram identificados cinco cursos: Cursinho Pré-Vestibular (Santa Helena), Cursinho Pré-Vestibular, Preparando Jovens e Adultos para a Universidade

(Itumbiara), Projeto Educação Aberta (Anápolis), Cursinho (Mineiros) e o Pré-Vestibular (São Luís dos Montes Belos). O IF Goiano possui vínculo com uma experiência, o Prepara ENEM (Campos Belos). Em relação a cursos gestados por ONGs, foram localizadas duas ações: O Preuni da Casa da Juventude (Goiânia) e Preuni Cajueiro - Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude (Goiânia), sendo que este conta com parceria da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás.

Os cursos vinculados a Prefeituras e Secretarias municipais são: O Pré-Vestibular Social Natal da Costa Santos (Goianésia), Pré-Vestibular da Prefeitura de Jaraguá (Jaraguá), Cursinho Pré-Vestibular Gratuito (Rio Verde), Cursinho Israel Macedo (Catalão), Pré-Vestibular Jovem do Futuro (Quirinópolis) e Cursinho Pré-Vestibular Cidadão (Luziânia). A SEDUCE mantém dois preparatórios, o ENEM Express e o Goiás ENEM, sendo primeiro constituído de “aulões” itinerantes realizados em várias cidades do Estado e segundo com aulas aos sábados em unidades escolares da rede estadual de ensino, predominantemente na região metropolitana de Goiânia. O Centro de Referência da Juventude da Secretaria de Juventude mantém parceria em Goiânia com o Projeto de Educação Comunitária Aprova ENEM.

Como intencionalidade desta escrita, procura-se evidenciar regularidades sociais nos *agentes organizadores* dos cursos preparatórios populares no plano nacional e estadual. Entende-se que essas iniciativas possam ser compreendidas na tensão entre *inclusão-exclusão* do acesso à educação superior e nas contradições das políticas de acesso à educação superior. Para analisar a relação entre os cursos populares e os excedentes, fundamenta-se a análise sociológica com autores que problematizam a mudanças na história do vestibular.

Cabe ressaltar que o presente trabalho se constitui na tentativa de construção de um painel das experiências dos cursos preparatórios populares para provar que tais iniciativas não são ações meramente pontuais, como aparentemente encontram-se na realidade. Os PVPs configuram-se como uma estratégia de acesso ao ensino superior institucionalizada como prática social, no sentido sociológico do termo, ainda que seja uma política extraoficial do sistema educacional brasileiro. Adverte-se que não se pretende esgotar o estudo destas experiências, mas ampliar as possibilidades de análises,

sobretudo no estado de Goiás, em que são necessários estudos de caso para aprofundar as análises das particularidades das experiências.

Os cursos Pré-Vestibulares Populares como objeto de pesquisa

Para o cientista social individual, que se sente parte da tradição clássica, a ciência social é como um ofício.
(MILLS, 1975, p.211)

A teoria de Wright Mills, nos textos de *Imaginação Sociológica e artesanato intelectual* (1975), traz contribuições ao trabalho do cientista social ao orientar que o pesquisador tenha em seu ofício as qualidades de um bom trabalhador. O autor compartilha hábitos de trabalho do “ofício” de pesquisador por meio da reflexão sobre a sua própria prática em fazer pesquisa, e indica a necessidade de construção de um arquivo e do objeto de estudo. O diálogo com Mills (1975) fez com que os caminhos da pesquisa se ampliassem, deste modo, esta exposição sobre a realização do trabalho representa parte da sistematização deste *arquivo*, construído por *pesquisa bibliográfica* e *pesquisa documental*, aqui compreendido como exercício artesanal que compõe o trabalho intelectual.

Flick (2009), ao tratar dos elementos que constituem a pesquisa bibliográfica, afirma que a revisão de literatura de pesquisa empírica auxilia na modificação da compreensão “ingênua” de que o objeto estudado seria totalmente novo. Conforme apresentado na introdução, os pesquisadores, com frequência, sobretudo nos primeiros trabalhos realizados, entendiam que a temática tratada era quase inexistente. De modo oposto, reconheceu-se a assertiva dos pesquisadores de que seria um objeto de estudos incipientes como uma análise datada, fundamentalmente pelo tempo da escrita dos trabalhos. Felizmente, ainda que não seja extensiva, a afirmativa de que a produção sobre a temática seria incipiente em meados dos anos 2000 não pode mais ser garantida como a mesma certeza, visto que se passou mais de uma década do primeiro trabalho sobre a temática. Dessa forma, não se negam os trabalhos realizados como quem inicia algo do “marco zero”. Ao contrário, pretende-se partir do “relativo acúmulo” que os

estudos sobre a temática apresentam. Para tanto, problematiza-se a noção de pesquisa de estado da arte.

Definidas como de carácter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições tem sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de carácter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que buscam investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob quais o fenômeno passa a ser analisado.

Compartilha-se do desafio apresentado por Ferreira (2002) referente à constituição de um mapeamento sobre as problemáticas de pesquisa que orientam a escrita das dissertações e teses. Tal ferramenta configura-se basicamente na ideia de que a produção teórica pode variar em função do tempo, na análise sistemática de toda produção acadêmica de delimitado tema e em local/período histórico determinado. Empenha-se em apreender não somente relatos de experiência daqueles que possuem engajamento social nos cursos, mas se tratam de possíveis interpretações, conhecimentos sistematizados pelos que se dedicaram à questão como objeto e problema de pesquisa, além é claro, na maior parte, dos casos da vivência e atuação nos cursos. Deste modo, entende-se que a pesquisa pode, ao formar um painel generalista, auxiliar não só na compreensão e reflexividade da produção teórica, mas sobre o próprio objeto estudado.

É válido registrar ainda, que a pesquisa se justifica por uma ausência de realização do levantamento sistemático que se procura fazer sobre a produção acadêmica da temática. Assim, do já exposto sobre a produção da temática, é evidente que se reconhece a existência de trabalhos relevantes e elucidativos, como, por exemplo, os de Castro (2011), Nascimento (2012) e Brito (2013), que possibilitam aprender sobre a dimensão da produção acadêmica da temática. Contudo, os autores o

fazem em tempo anterior, e não possuem a finalidade aqui pretendida de um diagnóstico sobre a produção acadêmica acerca dos PVPs.

Em relação ao processo de construção da *pesquisa documental*, cuja parte significativa foi realizada por meio de buscas de palavras-chave em *diretórios e motores de busca* disponíveis na internet, percebe-se que tal iniciativa possibilitou o mapeamento dos PVPs do Estado de Goiás. Segue a problematização da questão da fonte na história, o uso de técnicas de pesquisa na web e as particularidades encontradas na busca da história social deste objeto.

Quando a metodologia utilizada envolve a realização de pesquisa documental, compreende-se que a discussão sobre fonte é de grande importância. Interessa, neste estudo, demarcar somente que a fonte ou o documento histórico servem como base à construção do conhecimento. Nesse sentido, a definição de fonte elaborada por Silva (2009) possibilita um consenso mínimo sobre esse conceito e situa algumas diferenças entre as correntes historiográficas:

Fonte histórica, documento, registro, vestígio são todos termos correlatos para definir tudo aquilo produzido pela humanidade no tempo e no espaço; a herança material e imaterial deixada pelos antepassados que serve de base para a construção do conhecimento histórico. O termo mais clássico para conceituar a fonte histórica é documento. Palavra, no entanto, que, devido às concepções da escola metódica, ou positivista, está atrelada a uma gama de ideias preconcebidas, significando não apenas o registro escrito, mas principalmente o registro oficial. Vestígio é a palavra atualmente preferida pelos historiadores que defendem que a fonte histórica é mais do que o documento oficial: que os mitos, a fala, o cinema, a literatura, tudo isso, como produtos humanos, torna-se fonte para o conhecimento da história (SILVA, 2009, p. 158).

Silva (2009) evidencia a crítica à concepção positivista de fonte histórica, a qual tratava como documento somente os documentos oficiais. Nesse sentido, a valorização de aspectos mais comuns da comunicação social nos permite ampliar significativamente não só o conceito de fonte histórica, mas as possibilidades interpretativas acerca da história. No caso específico dos PVPs, as informações advindas da rede de computadores foram de fundamental importância.

O filósofo Pierry Lévy (2010) é um entusiasta das possibilidades do conhecimento por meio da rede de computadores. Segundo o autor, encontra-se em

curso na contemporaneidade uma nova possibilidade do acesso ao conhecimento, a *inteligência coletiva*, conceito que expressa a ideia de que a informação e o saber acumulado pela humanidade estariam disponíveis para serem acessados na rede de computadores, a qual o autor nomeia de *ciberespaço*.

Os saberes encontram-se, a partir de agora, codificados em bases de dados acessíveis on-line, em mapas alimentados em tempo real pelos fenômenos do mundo em simulações interativas. A eficiência, a fecundidade heurística, a potencialidade de mutações e de bifurcação, a pertinência temporal e contextual dos modelos suplantam os antigos critérios de objetividade e de universalidade abstrata. Mas reencontramos *uma forma de universalidade mais concreta* com as capacidades de conexão, o respeito a padrões ou formatos, a compatibilidade ou interoperabilidade planetária (LÉVY, 2010, p. 169, grifo do autor).

O advento da internet não trouxe somente novas formas de relações sociais, ele tornou possível conhecer os fenômenos sociais de maneira interativa e em tempo real. Tal questão representa uma mudança de paradigma para as ciências sociais. Lévy (2010) pensa, em sua filosofia da ciência, sobre as potencialidades de adensar ou reconstruir os critérios de objetividade e universalidade. Para o autor, há um sentido filosófico do termo *virtual* que, na definição do estudioso, “existe em potência e não em ato, existe sem estar presente” (LÉVY, 2010, p. 76). Este é o sentido adotado nesse trabalho, pois essa perspectiva possibilita estudar o fenômeno cursinhos populares no estado de Goiás com base em técnicas de pesquisa que permitem acessar bancos de dados na rede de computadores.

No caso do estudo dos PVPs, o arquivo é necessário, sobretudo, em razão de que as informações, em sua maioria, encontram-se publicadas nas redes sociais.

Flick (2009) problematiza a realização de pesquisa documental em ambiente virtual. Para o autor, é necessário avaliar as questões de acesso à internet do grupo de referência que se pretende estudar. Por meio de questionamentos acerca de relações de idade, classe social e gênero, por exemplo, deve-se problematizar e averiguar se o grupo que se pretende investigar possui acesso a este ambiente. *Quem de fato tem acesso à internet?*

Para a investigação realizada, partiu-se da premissa de que os professores e

coordenadores dos cursos Pré-Vestibulares Populares possuem acesso à internet e utilizam a rede para divulgação das ações realizadas nos cursos. A confirmação desta suposição adveio da quantidade de documentos encontrados sobretudo na divulgação das inscrições e matrículas, fator que permitiu a localização e mapeamento das experiências.

Flick (2009) apresenta outra questão: as páginas da internet não possuem uma linearidade em sua apresentação, de forma que existem caminhos diversos e informações “infinitas”. Dessa maneira, quais são os critérios utilizados para construção do banco de dados e da amostragem? Visando buscar precisão nos resultados das pesquisas nos bancos de dados, procurou-se apropriar de problematizações e ferramentas da área da tecnologia da informação. Neste sentido, compreende-se que a utilização de instrumentos de pesquisa na internet possui características particulares que necessitam ser relatadas.

Percebe-se que os dados da internet podem ser modificados ou apagados. Nesse sentido, é importante compreender a pesquisa também como sistematizadora da informação. Isso porque as pesquisas na internet necessitam de dedicação na construção de um arquivo por parte do pesquisador devido às informações disponíveis na rede estarem passíveis de serem apagadas, modificadas ou transpostas a qualquer momento.

A desativação da rede social Orkut⁴, por exemplo, corrobora para a relevância da ideia de formar um arquivo com as informações coletadas para manutenção e segurança da informação da pesquisa. Os PVPs estudados e que comunicavam suas ações via essa rede social perderam parte de sua memória em função do fechamento deste sítio. A localização de datas de aulas inaugurais, por exemplo, fator significativo para pensar continuidade e intermitências das experiências, tornou-se de mais difícil acesso. Por isso, a busca por essas informações exigiu a procura de informações secundárias, como os jornais que são publicados no ambiente virtual.

As buscas nos sites do Google, das universidades, prefeituras e secretarias de Estado permitiram a localização das experiências dos Pré-Vestibulares Populares em sua relação espaço-tempo. No entanto, qual o grau de assertividade dessas formas de

⁴ Esta rede social da *Google* funcionou no período de 2004 a 2014.

busca? Indagar sobre o grau de precisão do instrumento de pesquisa é um exercício de rigor científico que permite saber se os dados encontrados condizem com a intenção do pesquisador, no caso particular, com o objetivo de localização e mapeamento das experiências de cursinhos populares no Estado de Goiás. Segundo Lewandowski (2001), o grau de “assertividade do motor de busca da empresa Google é de 95,3%.”

Céndon (2001), ao apresentar ferramentas de busca na internet, traz contribuições no sentido de aumentar a eficiência na procura de informação em recursos informacionais. A autora apresenta dois tipos de busca na web, os *diretórios* e os *motores de busca*. Os diretórios seriam as primeiras formas de organização de conteúdo na internet, onde o próprio site disponibiliza de maneira organizada palavras-chave as quais possibilitam percorrer por temas e subtemas de interesse. Em relação aos motores de busca a pesquisadora explica:

Ao contrário dos diretórios, os motores de busca não organizam hierarquicamente as páginas que colecionam. Preocupam-se menos com a seletividade que com a abrangência de suas bases de dados, procurando colecionar o maior número possível de recursos através do uso de softwares chamados robôs. Como suas bases de dados são extremamente grandes, podendo alcançar centenas de milhões de itens, permitem aos usuários localizar os itens desejados mediante buscas por palavras-chave, ou, às vezes, em linguagem natural (CÉNDON, 2001, p. 41).

As orientações indicam que os motores de busca apresentam ampla base de dados. No ano 2000, em dado de referência do texto, o buscador do Google acessava 560 milhões das páginas, o que seria equivalente a 56% do conteúdo da web. Contudo, a pesquisadora da UFMG salienta que tais buscadores possuem bases de dados distintas e que seria necessária a articulação de mais de um motor de busca: “assim, para a mesma busca, cada mecanismo invariavelmente trará bons resultados que outros não encontraram. Para uma busca ser completa, necessariamente há de se usar mais de uma ferramenta” (CÉNDON, 2001, p. 41). No intuito de ampliar o entendimento sobre alcance da base de dados do Google, recorreu-se a um site⁵ que atualiza a informação mensalmente. No mês de maio de 2016, em que foram realizados os termos da pesquisa no motor de busca da Google, considerava-se haver algo na ordem de 47,5 bilhões de

⁵ Disponível em <http://www.worldwidewebsize.com>. Acesso em: Junho de 2016.

páginas na internet.

Com o intuito de melhorar a eficiência do instrumento de pesquisa, procurou-se articular motores de busca e diretórios em sucessivas *buscas palavra-chave*⁶. Empregou-se como instrumentos os dois motores de busca que possuem maior base de dados no Brasil: o do Google⁷ e do Yahoo⁸. As informações coletadas nestes motores de busca em pesquisa foram articuladas com buscas nos diretórios dos sites das universidades, do Governo Estadual, das prefeituras de cidades de Goiás e de jornais. Cada um desses sites possui um banco de dados específico que permite acessar informações mais direcionadas de notícias vinculadas ao recorte estadual que a pesquisa se propõe.

Foram consultados os bancos de dados das instituições de ensino superior públicas a partir dos sites da Universidade Federal de Goiás - UFG⁹, da Universidade Estadual de Goiás – UEG¹⁰, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG¹¹, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Goiano – IF Goiano¹². Destas instituições públicas consultadas é válido ressaltar que somente no IFG não foi localizado nenhum cursinho pré-vestibular. Optou-se por recorrer aos sites das universidades privadas do estado de Goiás. Foram consultados os sites da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás¹³, Universidade Evangélica – Unievangélica¹⁴. Recorremos a tais bancos de dados em função de outras universidades privadas do país possuírem relação com os cursinhos populares, a exemplo da

⁶ Lançamos nos buscadores as palavras-chave “cursinho popular”, “pré-vestibular popular”, “preparatório para o vestibular”, “preparatório para o ENEM”. Recorremos a ferramentas de redutores de busca. Se lançada a palavra com aspas e comando que exclui informação as quais não articulem as duas palavras-chave pesquisadas, temos maior grau de precisão nas buscas. Somente para exemplificar, os temos "cursinho gratuito" and "ENEM" and "Goiás" lançados desta forma, com aspas e conectivos em inglês, possuem cerca de três mil sites de resultados. Lançadas as mesmas palavras sem aspas e conetivo, teremos um resultado com quinhentos e cinquenta mil resultados.

⁷ Disponível em: <https://www.google.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

⁸ Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/> Acesso em: maio de 2016.

⁹ Disponível em: <http://www.ufg.br/> Acesso em: maio de 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.ueg.br/> Acesso em: maio de 2016.

¹¹ Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/> Acesso em: maio de 2016.

¹² Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/> Acesso em: maio de 2016.

¹³ Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/home/> Acesso em: maio de 2016.

¹⁴ Disponível em: www.unievangolica.edu.br. Acesso em: maio de 2016.

Universidade Metodista¹⁵, em São Paulo, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nos bancos de dados dos sites das universidades privadas de Goiás não conseguimos informações sobre cursinhos. No entanto, o PREUNI Cajueiro, preparatório da ONG Cajueiro¹⁶, em Goiânia, conta com apoio da PUC Goiás por meio de um programa de extensão universitária – Proafro, e chegou a ser realizado nas dependências da Universidade.

Os bancos de dados vinculados aos governos estadual e municipais foram investigados pela consulta nos sites da Secretaria de Estado, Educação, Cultura e Esporte- SEDUCE¹⁷ e de prefeituras das cidades de Goiás. Prefeitura de Goiânia¹⁸, prefeitura de Anápolis¹⁹, prefeitura de Ceres²⁰, prefeitura de Rio Verde²¹, prefeitura de Catalão²² e prefeitura de Jataí²³. Os bancos de dados das prefeituras eram restritos e raras foram as vezes que a informação foi ampliada para além das buscas nos sites do Google e do Yahoo. Os motores de busca dos jornais *O Popular*²⁴, *Diário da Manhã*²⁵ e *Opção*²⁶ foram significativos para a construção do banco de dados. Por fim, recorreu-se às informações dos pré-vestibulares que estão na rede social Facebook e em *blogs* mantidos pelos próprios pré-vestibulares. Tais informações são atualizadas diariamente, diferentemente das divulgações de inscrições, as quais encontramos nos sites institucionais sejam das universidades, órgãos do executivo ou jornais.

A pesquisa documental realizada pela articulação de vários motores de busca permitiu o acesso ampliado em relação à base de dados da web acerca dos PVPs em Goiás. Ao afinar os processos de buscas, os documentos encontrados começaram a se

¹⁵ Disponível em: <http://portal.metodista.br/nfc/sobre/cursinho-pre-vestibular-educafro> Acesso em: maio de 2016.

¹⁶ Disponível em: <http://cajueirocerrado.blogspot.com.br/2014/06/inscricao-para-o-curso-preuni-cajueiro.html> Acesso em: maio de 2016.

¹⁷ Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/home.aspx> Acesso em: maio de 2016.

¹⁸ Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/home.shtml> Acesso em: maio de 2016.

¹⁹ Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/> Acesso em: maio de 2016.

²⁰ Disponível em: <http://www.ceres.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

²¹ Disponível em: <http://www.rioverde.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

²² Disponível em: <http://www.catalao.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

²³ Disponível em: <http://www.jatai.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

²⁴ Disponível em: <http://www.opopular.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

²⁵ Disponível em: <http://www.dm.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

²⁶ Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

repetir com frequência. Ainda assim, não é possível afirmar que localizamos todas as experiências de cursos Pré-Vestibulares Populares em Goiás. No entanto, se a busca não alcançou todos os cursos pode-se dizer que representa a universalidade do objeto pesquisado, uma totalidade significativa sobre as experiências.

A problematização das questões levantadas segue na disposição seguinte.

No primeiro capítulo, busca-se analisar as interpretações sobre os PVPs. Procura-se afastar noções do senso comum acerca da compreensão do objeto no item que trata da imaginação sociológica. Com base nas dissertações e teses consultadas, sistematizam-se as temáticas de análise na produção acadêmica sobre os cursos populares. Após a análise temática, procura-se investigar os agentes organizadores dos pré-vestibulares que mais aparecem na literatura: os movimentos negros, os movimentos estudantis e as instituições e secretarias vinculadas aos governos.

No segundo capítulo, problematizam-se os PVPs como estratégia de (re)inclusão dos excedentes dos processos seletivos nas universidades. Entende-se que os cursos populares necessitem ser compreendidos dentro da tensão inclusão-exclusão da sociedade capitalista e das contradições de inclusões subordinadas na vida social. Para tanto, procura-se levantar elementos da história dos excedentes das universidades e analisar as implicações das mudanças do vestibular da modalidade de exame para um concurso classificatório. Apresenta-se a tese de Martins (1997) sobre a nova desigualdade para pensar os Pré-Vestibulares Populares. Apresenta-se um mapeamento dos cursos preparatórios em Goiás a fim de evidenciar um panorama das particularidades destes cursos no estado.

CAPÍTULO I

PRÉ-VESTIBULARES POPULARES: TEMÁTICAS DE ANÁLISE NA PRODUÇÃO ACADÊMICA E AGENTES ORGANIZADORES DOS CURSOS

O presente capítulo busca investigar como a temática dos Pré-Vestibulares Populares é analisada na produção acadêmica e delimitar os principais agentes organizadores destes cursos nacionalmente. É válido descrever que o fazer da pesquisa, bem como a exposição deste capítulo em particular, foi influenciada por Mills (1975) nos escritos *A imaginação sociológica* e *Artesanato intelectual*. Deste modo discorre-se a análise em três momentos: Constatação e crítica da abordagem do tema no senso comum, construção de um arquivo e trabalho de (re)organização, classificação e análise de pesquisa bibliográfica e, por último, procura e sistematização de regularidades sociais encontradas no objeto estudado.

O primeiro momento teve a intencionalidade de *eliminar opiniões falsas*, termo utilizados por Mills (1975), ou que podemos nomear de interpretações do senso comum que naturalizam o problema do acesso à educação superior como um problema de ordem estritamente individual. Neste tópico, utilizou-se de documentos extraídos de jornais e diários de estudantes disponíveis na internet como base empírica para construir o método de análise da problemática do acesso à educação superior no Brasil. Entende-se que os PVPs se constituem como parte de uma preocupação da sociedade sobre o acesso à educação superior no país. Tal preocupação encontra-se difusa na sociedade e pode ser expressa pelos *excedentes* do vestibular e pelo que compreendemos de um *modo de vida excedente*. Realiza-se um convite ao exercício de “imaginação sociológica” para afastar causas e soluções que responsabilizam individualmente a condição dos excedentes das universidades como um *drama individual*, a fim de apresentar a noção de *crise institucional* no acesso à educação superior. O problema que tem aparência dispersa e individualizada, na realidade passa a ser possível de ser compreendido de maneira distinta quando analisado na expressão coletiva dos cursos Pré-Vestibulares Populares.

A segunda parte da exposição baseia-se na constituição, (re)organização e

classificação de um *arquivo* de pesquisa bibliográfica sobre a temática dos Pré-Vestibulares Populares. Entendeu-se como relevante a constituição de pesquisa bibliográfica pois os trabalhos mais antigos consultados indicavam ser incipiente a produção sobre o tema. No entanto, após o levantamento sistemático dos trabalhos que tomam como objeto os PVPs, concluiu-se que é um tema de pesquisa com relativo acúmulo de estudos já realizados. Pretendeu-se apresentar como a temática dos PVPs é analisada na produção acadêmica. Realizou-se a catalogação a partir dos bancos de teses e dissertações nos repositórios da CAPES que se encontram disponíveis nos sites das universidades. Foram descritos trinta trabalhos, sendo vinte e cinco dissertações e cinco teses de doutorado. Procurou-se classificar a produção acadêmica sobre os PVPs a partir de oito temáticas, estabelecendo-se como critério os enfoques dos estudos e conteúdos apresentados pelos autores.

No terceiro momento, procurou-se buscar as *regularidades sociais* do objeto estudado, evidenciando os agentes organizadores predominantes na organização, articulação e mobilização dos Pré-Vestibulares Populares. Os agentes organizadores seriam passíveis de serem localizados pois são a base empírica das pesquisas bibliográficas consultadas. No levantamento dos dados pesquisados percebe-se maior frequência de dois agentes organizadores, os movimentos negros e os movimentos estudantis. Com quantidade menor de trabalhos produzidos a respeito, percebe-se também PVPs sendo criados por governos estaduais como ações de governo. Nesta parte, tem-se uma análise subdividida em três momentos: I) Os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes e os movimentos negros. II) Os Pré-Vestibulares Populares e os movimentos estudantis. III) Os Pré-vestibulares Gratuitos como políticas de governo.

Imaginação sociológica: O excedente do vestibular como um modo de vida difuso dos sem universidade

Quem é analfabeto 57%, 57%, 57%, não vai pra faculdade. Quem não fez ginásial 67%, 67%, 67%, não vai pra faculdade. Quem não fez científico 71%, 71%, 71%, não vai pra faculdade. Quem não tem dinheiro ou vira beatnik, não vai pra faculdade. Deu: 99%, 99%, 99%. Logo, entra na faculdade um por cento do povo brasileiro! Viva o um por cento! Viva o um

por cento! Do povo do Brasil! E o resto... e o resto... e o resto... Vai ficar sem estudar (Centro de Cultura Popular da UNE, *apud* PEIXOTO, 1989, p.117)

O trecho do *Auto dos 99*, peça apresentada na década de 1960 pelo Centro de Cultura Popular da UNE, faz alusão a um dos problemas sociais que tem permanecido no Brasil, a exclusão de setores populares do ensino superior. A questão permanece atual. *E o resto, vai ficar sem estudar?* Pode-se afirmar que os Pré-Vestibulares Populares são uma das possíveis respostas dadas pelo movimento da história a esta pergunta, pois se configuram como uma estratégia de acesso ao ensino superior organizada por (ou para) os grupos sociais que estão fora da universidade, diga-se de passagem, ainda hoje a maioria da população brasileira. Zago (2008), contribui na localização do cenário no qual constituíssem os PVPs:

Os Pré-vestibulares populares (PVP) fazem parte de uma mobilização coletiva que vêm sendo desenvolvida nos últimos anos pela democratização do ensino no país. Não se trata, portanto, de iniciativas isoladas, senão que reflete a preocupação nacional com a problemática do acesso à universidade pública e com o aumento da demanda pelo ensino superior impulsionada pela expansão do ensino básico, pela urbanização pelas transformações no mercado de trabalho. (ZAGO, 2008, p. 151)

Enquanto preocupação nacional com o problema do acesso à educação pública, percebe-se que a manifestação dos “sem universidade” pode ser interpretada nas várias nuances da vida em sociedade, que nem sempre é organizada de forma coletiva como nos pré-vestibulares investigados. Deste modo, os discursos difusos sobre a temática do acesso à educação superior disponíveis na sociedade podem nos auxiliar a perceber como o problema é tratado no senso comum, a fim de tecer críticas em perspectivas sociológicas. Em horizonte tem-se que a reflexão acerca dos PVPs podem contribuir para a desnaturalização de questões sociais dos chamados “excedentes” da educação superior, muitas vezes, compreendidos como naturais ou individuais.

Wright Mills (1975) na obra intitulada *Imaginação Sociológica*, publicada no ano de 1959, tece críticas à compreensão dos fenômenos humanos por meras determinações estatísticas, pragmáticas do ponto de vista filosófico e funcionais sociologicamente. Baseado no retorno aos clássicos da sociologia, o autor cria a

concepção de “imaginação sociológica”. Para o autor, seria necessário investigar quando determinado fator provoca “indiferença” ou “ansiedade” na sociedade. A imaginação sociológica é o exercício do pensar sociológico que, instrumentalizado por conceitos e teorias, se propõe a pensar relacionalmente, articulando “dramas pessoais” às “estruturas sociais” e aspectos “biográficos” à “história”.

Seria razoável, por meio do exercício de imaginação sociológica proposto por Mills (1975), alegar a existência de uma “crise institucional” no acesso à educação superior no Brasil. Isso porque compreende-se que pode parecer para alguns que o fato de alguém não passar numa prova de seleção seja, e é em certa medida, um problema particular. No entanto, faz-se necessário ir além do senso comum. Ao perceber que são milhões de pessoas que realizam provas e ficam excluídos por causa da escassez de vagas pode-se qualificar o “drama”, que na aparência é somente individual, como um acontecimento de ordem social. Caberia, portanto, a investigação das contradições e antagonismos dos excedentes do vestibular em seus aspectos sociológicos.

Compreende-se que a temática dos Pré-Vestibulares Populares é constituída por relações sociais mais amplas do que os agentes organizadores que realizam essas experiências, são relações sociais difusas marcadas pelos *excedentes* dos vestibulares. O excedente é aqui compreendido como o estudante que prestou a seleção e não conseguiu a vaga na universidade e que se encontra na situação de privação do direito à educação. Constata-se que há uma lacuna entre o ensino médio e o ensino superior. Neste hiato de pessoas que rotineiramente são chamadas de “excluídas”, cria-se o que compreendemos como um *modo de vida do excedentes dos vestibulares*. Eis aqui, nos excedentes e na constituição de modo de vida excedente, a prática social mais ampla que contém a base social dos Pré-Vestibulares Populares e que pretendemos evidenciar neste momento.

Para captar esse movimento do modo de vida excedente utilizar-se-ão como artifícios metodológicos matérias disponíveis para os pré-vestibulandos na rede de computadores, notícias de jornais sobre os estudantes e *blogs* organizados pelos próprios estudantes. Pretende-se mostrar concepções e estratégias do senso comum para lidar com o problema do acesso ao ensino superior.

Cabe considerar que, frequentemente, a cultura de massas apresenta a questão do

acesso ao ensino superior como um “drama” somente de ordem pessoal, reduzindo a compreensão da problemática como algo a ser tratado no plano psíquico ou do esforço individual. Como exemplo dessa abordagem midiática, destaca-se a matéria²⁷ intitulada *Escravos da angústia*, em uma das revistas de maior circulação nacional no país. De antemão, o título expressa uma concepção psicologizante do problema do acesso à educação superior. O fato de não conseguir ingressar na universidade seria uma angústia escravizadora, drama meramente pessoal, a ser resolvido com dicas ou autoajuda. Um dado relevante da reportagem, e que expressa as relações difusas dos excedentes da sociedade, é a quantidade de vendas do livro *Como passar no vestibular*, que chegou a 80 mil exemplares no ano de 1997. Nota-se que o livro de alta tiragem tem um público bem definido e representa uma das estratégias, mesmo sendo ilusória, de que os excedentes lançam mão para se instrumentalizarem para a competição por vagas no ensino superior.

Os relatos em formato de diários, disponíveis nos espaços virtuais da rede de computadores, podem auxiliar a compreensão do modo de vida dos excedentes dos vestibulares. Tais diários são criados e mantidos por estudantes universitários ou pré-vestibulandos, cujo público a que se destina são os estudantes que pretendem ingressar no ensino superior. Assim, atribuem sentidos à ação dos que possuem como projeto de vida os cursos mais concorridos das seleções nas universidades brasileiras. Como expressão destas relações sociais difusas da vida dos excedentes, destacam-se descrições de dois estudantes em blogs diferentes

No primeiro diário, o estudante que se automeia como “vestibulando”, pois, no período da escrita estava há cinco anos estudando para passar no curso de medicina, relata transtornos desenvolvidos por diversos estudantes na véspera da prova no texto *Como vencer a temida crise de maio?* As justificativas de aspiração para a escolha da profissão se assentam no reclame da falta de autonomia no trabalho como técnico em enfermagem²⁸ e no desejo de seguir a formação. Chama atenção a responsabilização

²⁷ Disponível em: http://veja.abril.com.br/idade/educacao/121197/p_078.html. Acesso: junho de 2016.

²⁸ Afirma o estudante: “Em meados de 2011, eu decidi que faria o curso Técnico de Enfermagem, queria ter contato com os pacientes e ter, talvez, a certeza de que era meu sonho ser médico, me testei. Na verdade, essa tentativa foi um pouco frustrante, não pela área, era maravilhosa, adorava ter contato com

individual por sua condição de excedente, uma vez que o estudante referia-se a si mesmo como “um grande inimigo” que o impossibilitava passar nas seleções. Desta forma, reforça aos estudantes pré-universitários que o mecanismo de revolver o acesso à educação superior trata-se unicamente de uma questão de superação individual.

No segundo diário²⁹, que também expressa a aspiração profissional da estudante, evidenciam-se as relações das classes e de prestígio social envolvidas na escolha dos cursos superiores. Novamente, o texto, agora de uma estudante de medicina, encontra-se endereçado para estudantes excedentes que pretendem ingressar no curso da área da saúde:

Duvido que escolham medicina somente pra ajudar as pessoas. Se vc gosta de ajudar e de biologia, a única escolha não é Medicina, pq não fazer Enfermagem? Duvido que alguém que quer Med faria, e acho que a Enfermagem ajuda muito mais que a Medicina. Então, deixem de conversinha cristã e admitam, vcs escolheram Medicina TAMBÉM pelo dinheiro e pelo status (PORDEUS, 2010) (grifo da autora).

O discurso naturalizado das desigualdades sociais via formação superior é significativo das aspirações de formação da elite. Para Bourdieu (2015), toda fala expressa origem de classe social. Nem mesmo manifestações como gostos, preferências, e, neste caso, aspirações profissionais estão fora do *locus* que se ocupa na sociedade. Para o autor, tais elementos constroem as distinções sociais as quais podem ser compreendidas também em função dos aspectos educacionais.

Bourdieu e Passeron (2009), em pesquisas realizadas sobre o sistema de ensino francês, investigam como se constroem os mecanismos de reprodução das desigualdades pelo sistema educacional. Há, na compreensão dos autores, elementos culturais que interferem nas seleções e provas, o capital cultural, que passado como uma forma de herança cultural tende a reproduzir as desigualdades sociais nos resultados das

os pacientes, conversar com eles, saber um pouco da história de cada um deles. O que me frustrou na época é que tudo o que eu ia fazer era limitado, me questionavam por querer conversar com os pacientes, querer saber sobre a história e o que teria o levado aquela passagem no hospital. Essa insatisfação de “limitação”, por não poder me aprofundar em nada, até quando eu me aprofundava para os seminários, – por algumas pessoas –, eu era taxado de “imbecil”, “bajulador dos professores” ou até mesmo “desumilde”, pois eu gostava de perfeição”. Disponível em: <https://diariodovestibulandodemedicina.wordpress.com/>. Acesso: Junho de 2016.

²⁹ Disponível em: <http://diarioestudentemed.blogspot.com.br/>. Acesso em: Junho de 2016.

seleções. Fundamenta-se, portanto, uma crítica à lógica de mérito liberal que se funda e se justifica como algo individual. Deste modo, mesmo que se compreenda que a seleção para as universidades está para todos os indivíduos de uma dada sociedade, não há como negar que possui incidências, pesos sociais e acessos distintos para diferentes classes sociais. Deste modo, nem mesmo as tentativas e estratégias que os indivíduos lançam mão para superar as barreiras do ensino superior são individuais.

As estratégias e as práticas fenomenalmente muito diferentes produzidas pelos agentes e que, por intermédios destes, foram apropriadas pelos grupos desempenham sempre, em parte funções de reprodução: quaisquer que sejam as função que seus autores ou grupos lhe atribuam oficialmente, são objetivamente orientadas para conservação ou aumento do patrimônio e, correlativamente, para manutenção ou melhoria da posição do grupo dentro da estrutura social (BOURDIEU, 2013, p. 126).

Segundo Bourdieu (2013), por meio do *habitus* de classe os indivíduos lançam mão de estratégias para se manter ou melhorar suas posições na estrutura educacional. Assim, compreende-se que a condição de classe influencia até mesmo na capacidade de agência dos indivíduos em criar estratégias de reprodução para manter ou melhorar sua posição dentro das estruturas sociais. Para elucidar a questão da capacidade de agência do indivíduo frente à estrutura na busca pelo acesso à educação superior, transcreve-se o texto de um estudante que indica cursinhos comerciais e cursinhos populares como possíveis alternativas:

Você precisa exigir seus direitos como *consumidor*, para não comprar um marketing furado. É importante extrair o máximo da sala de estudos, geralmente há os plantonistas, tente ser independente, mas se houver dúvida, não hesite em aproveitar de mais esse direito! Escolha um cursinho que lhe dê essas opções, vá conhecer o local, sente-se na sala de estudos pra ver se está confortável, e outra! Vá no cursinho o quanto antes, eles ainda estão tendo aulas finais, vá enquanto estiver tendo aula pra ver se a sala de estudos é silenciosa e confortável. *Você precisa do melhor e nem sempre o melhor é o mais caro, respeite seus limites financeiros. Afinal, se não houver condições, há cursinhos gratuitos*, (MedEnsina, CUJA, EPUFABC, etc). Além de cursinhos que dão bolsa de até 100% (ETAPA, COC SBC, ANGLO, POLIEDRO, OBJETIVO SP, etc.). Seja um consumidor atento e lembre-se, lá na frente você precisará do retorno da sua aquisição. Escolha o melhor adaptado à suas condições. Isso é possível! (VIEIRA, 2016)

De antemão, torna-se relevante enfatizar que o discurso produzido acima

naturaliza a concepção de educação como uma prestação de serviços. Pode-se dizer que a fala não seja expressão isolada, mas que representa determinada fração da sociedade que compreende as relações educacionais como relações de mercado e consumo. A integração social se dá via consumo, desse modo, o estudante seria “naturalmente” um consumidor de serviços educacionais. Nesta fala, é encaminhado o problema: e se não houver condições de pagar um cursinho? Eis que as dicas e estratégias de como ter sucesso nas seleções tornam-se limitadas para os que não podem pagar. Caberiam, para os que fazem parte do modo de vida excedente, duas estratégias a seguir, a disputa de bolsa de estudos em um cursinho privado ou a realização de um pré-vestibular gratuito.

Compreende-se que as bolsas de estudos³⁰ em curso pré-vestibulares privados vêm como buscas dos proprietários dos cursos em ampliar os índices de aprovações nos vestibulares. Incluem os estudantes com notas mais altas no preparatório para manter bons índices de aprovação e poder manter a mensalidade de alto custo. Em entrevista de TV aberta³¹, um estudante da escola pública que tirou uma excelente nota do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, ainda no segundo ano do ensino médio, quando consultado problematiza se mudaria de escola em função das bolsas de estudos que lhe foram oferecidas:

Eu tenho opinião de que a educação não deve ser privatizada, a educação deve ser livre para todos. E logo agora, que estou no último ano, no terceiro ano, vem me oferecer bolsas. Porque não me ofereceram antes? As pessoas têm uma visão muito distorcida da escola pública, não só no Ceará, mais no país todo. O que eu fico mais feliz não é porque acertei 95% das questões do ENEM ou porque saí em quase todos os jornais. O que mais fico feliz é porque consegui mudar a mentalidade das pessoas, tocá-las (SANTOS, 2015).

É possível compreender a indagação e a negação do estudante sobre a concessão de bolsa como uma consciência de classe. São perguntas e negativas semelhantes a essas que fundamentam a emergência dos PVPs pelo país. Por que pobres, negros e estudantes de escola pública não estão nas universidades? Pode-se dizer que

³⁰ Disponível em: <http://veja.abril.com.br/educacao/cursinhos-pre-vestibulares-abrem-vagas-para-bolsas-confira-a-lista/>. Acesso: Junho de 2016.

³¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7uF8Rg5pac&feature=youtu.be>. Acesso: Junho de 2016.

determinadas consciências da exclusão fizeram com que diversos agentes organizadores se mobilizassem para criar Pré-Vestibulares Populares a fim de lidar com a questão “de fora”, os “sem universidade”, os que ficam “sem estudar” denunciado no *Auto dos 99%*.

Zago (2008), ao apresentar características dos PVPs, afirma que esses se constituem em oferta de cursos destinados a estudantes egressos de escola pública ou frações de “excluídos”, normalmente gratuitos ou com taxas destinadas a despesas de estrutura. Observa-se que a preocupação nacional com o acesso à educação superior, que move a organização destes cursos, mostra-se também de forma difusa na sociedade. São representativas dessa preocupação na sociedade a forma de abordagem feita pelos meios de comunicação de massa e o modo como os estudantes que passaram pelos processos seletivos indicam saídas, padrões normativos aos egressos do ensino médio e pretendentes a ingressar nas universidades. Contudo, percebe-se que tal lógica, por vezes, naturaliza as desigualdades sociais envolvidas nos processos das seleções. As informações indicadas nestas orientações, com frequência, consideram a questão do acesso à educação superior como um “drama pessoal” cujas saídas só podem se dar via esforço individual. De maneira oposta, o estudo dos PVPs pode expressar a “crise institucional” e auxiliar na desnaturalização das desigualdades sociais relacionadas ao acesso à educação superior no Brasil, pois a constituição dos PVPs demonstra as hierarquias nos processos seletivos de ingresso nas universidades e pode auxiliar na compreensão dos excedentes deste processo.

Os PVPs emergem em função das relações sociais difusas dos excedentes dos vestibulares e não podem ser pensados como ações isoladas, de grupos específicos. Relacionam-se com a preocupação nacional sobre o acesso ao ensino superior e com as contradições das políticas educacionais. Evidentemente, é necessário compreender as diversas concepções dos cursos preparatórios em função dos diferentes agentes organizadores. No plano nacional, predominantemente organizados pelo movimento negro, movimento estudantil e governos; e, em suas particularidades regionais, no caso específico de Goiás, predominando como extensão universitária ou política de governos.

A análise dos PVPs apresenta-se como uma realidade complexa a ser estudada

por estar na fronteira da educação e da sociologia. O convite ao desafio do exercício de imaginação sociológica faz com que esse objeto possa ser estudado não somente por um viés individual, ou como um “drama individual”, como é representado no senso comum, mas como um problema social e sociológico representativo de uma “crise institucional” no acesso à educação superior. É assim, portando, passível de uma análise sociológica aplicada à educação.

Classificação da Produção acadêmica sobre os Pré-Vestibulares Populares em áreas temáticas.

Os estudos sobre os Pré-Vestibulares Populares são recentes e iniciam-se na década de 1990, junto com proliferação destes cursos no país, apesar disso, já apresentam relativa produção acadêmica. No entanto, poucos trabalhos se dedicaram a sistematização da produção da área. Pretende-se classificar a produção acadêmica sobre os Pré-vestibulares Populares em agrupamentos temáticos, com base em levantamento de dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação, no período entre 1999 e 2013. Realizou-se a coleta de dados desta pesquisa bibliográfica em outubro de 2015, assim, corresponde ao mapeamento dos trabalhos disponíveis na internet para consulta pública nos sites dos repositórios de dissertações e teses das universidades neste período.

No período analisado, somavam-se trinta trabalhos ao todo, sendo vinte e cinco dissertações e cinco teses. Dispõe-se inicialmente em ordem cronológica as dissertações³², via seus referidos autores: Nascimento (1999), Thum (2000), Oliveira (2001), Sanger (2003), Bacchetto (2003), Filho (2003), Bonfim (2003), Castro (2005), Paulo (2005), Fortes (2005), Valeriano (2006), Pereira (2007), Oliveira (2009), Souza (2009), Vitorino (2009), Nascimento (2009), Camargo (2009), Piunti (2009), Siqueira (2011), Santos (2011), Corrêa (2011), Mendes (2011), Barrouin (2012), Nascimento

³² No final deste trabalho temos dois quadros anexados com detalhamento das dissertações e teses: Autor, título do trabalho, área do conhecimento, vínculo institucional e ano de defesa.

(2013) e Oliveira (2013). As teses consultadas foram: Santos (2006), Guimarães (2007), Nascimento (2010), Castro (2011) e Brito (2013).

Nota-se que a maioria das dissertações e teses estão vinculadas aos Programas de Pós-Graduação dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Tal fator pode ser explicado por ser nesses dois estados que se concentra o maior número de cursos PVPs, sobretudo os cursos agremiados na forma de núcleos ou redes de cursinhos. A produção acadêmica sobre os PVPs está diversificada em várias áreas do conhecimento: sociologia, psicologia, serviço social, geografia e educação. Concentrando-se na área da educação são dezesseis mestrados e somente um doutorado. Os outros doutorados encontram-se na área do serviço social e da geografia.

Tentou-se estabelecer na pesquisa uma classificação menos arbitrária possível, a fim de permitir ao leitor a compreensão panorâmica dos temas e problemas de estudo dos trabalhos citados. Ao mesmo tempo utiliza-se de destaque para localizar a *base empírica* das pesquisas, ou seja, durante a organização das sete temáticas apresentadas destacou-se em itálico os *agentes organizadores* dos cursos preparatórios para agremiar dados para o tópico posterior que os analisa como: Movimentos Negros, Movimentos Estudantis e Governos Estaduais e Municipais. Explica-se que a lógica exaustiva do uso da descrição tornou-se um instrumento para a localização do objeto de pesquisa, os Pré-Vestibulares Populares e o seus agentes organizadores.

a) Emergência e constituição dos Pré-Vestibulares Populares

Seguem descritos os trabalhos que apresentam motivações para a criação dos cursos e análise dos Projetos Políticos-Pedagógicos, estudos de caso e constituição e particularidades da criação dos cursos e panoramas ou mapeamentos espaciais da constituição dos cursos por universidades, cidades ou Estado.

Thum (2000), mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, elabora o trabalho sob o título de *Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública*. A pesquisa, tendo como base de análise o Desafio Pré-vestibular de Pelotas – RS, investiga os meios que possibilitaram a

emergência e permanência da experiência de educação popular e para tanto investiga a constituição do curso no *movimento estudantil*, a proposta pedagógica e a história dos ex-estudantes envolvidos.

Bonfim³³ (2003), mestre em psicologia na Universidade de São Paulo – USP, sob o título *O CAPE em nossas vidas: A visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito*.

Bacchetto (2003), mestre em educação pela Universidade de São Paulo, sob o título de *Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior*, investiga os cursos *pré-vestibulares do Município de São Paulo* que estavam em funcionamento no ano de 1991 a 2000. O autor compreende que os “Cursinhos Alternativos” procuram oferecer igualdade de condições no exame vestibular. Ele desenvolve o estudo dos cursos problematizando as características, motivações da organização dos cursos, financiamento e transformações na educação geradas pelo Cursinhos Alternativos.

Castro (2005), mestre em geografia pela Universidade Estadual Paulista-UNESP, com o trabalho *Cursinhos alternativos populares: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil*, disserta sobre a constituição dos Pré-Vestibulares Populares e alternativos por meio da narrativa dos fundadores dos cursos, vinculados em grande medida ao *movimento estudantil* e ao *movimento negro*, compreende os cursos como movimentos territoriais que contribuem na disputa pela política do Estado.

Vitorino (2009), mestre em educação pela UNESP, elabora a dissertação intitulada *O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra*. A pesquisa se propõe a compreender a proposta político pedagógica do “Pré-Vestibular para Negros e Carentes” da ONG Forte. O curso, criado pelo *movimento negro* e institucionalizado em formato de ONG, possui interesses antirracistas e visa à inclusão dos negros na educação superior.

Siqueira (2011), mestre em educação pela Universidade Federal de Viçosa -

³³ Trabalho não localizado nas buscas no banco de dados da internet.

UFV, por meio do trabalho *Os Cursinhos Populares: estudo comparado entre MSU e EDUCAFRO-MG*, realiza um estudo comparativo entre dois Cursinhos: Educação e Cidadania para Negros e Carentes-EDUCAFRO, que surge no *movimento negro*, e Movimento dos Sem Universidade – MSU constituído a partir do *movimento estudantil*. O estudo investiga diferenças de filosofia política e de estratégias para a democratização do ensino superior abordadas pelos dois cursos estudados em Minas Gerais.

b) Formas organizativas dos Pré-Vestibulares Populares

Seguem descritos os trabalhos que concentram experiências de organização dos curso, autogestão e problematização da relação dos PVPs com ONGs, fundações, organismos multilaterais, movimentos sociais, universidades e Estado.

Camargo (2009), mestre em educação pela UNESP, elabora o trabalho *Cursinhos populares e o caso da UNESP: alguns condicionantes à sua criação e transformação*. A pesquisa investiga o Programa de Cursinhos da UNESP, ação de *extensão universitária*, e tem como base empírica o Curso Unificado do Campus Araraquara - CUCA. O autor, ao pesquisar sobre a emergência e constituição do curso, evidencia o campo de tendência de transformação destes cursos em *ação afirmativa* em âmbito nacional.

Daniela Nascimento (2013), mestre em educação pela UNESP, elabora a dissertação intitulada *Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da UNESP*. A pesquisa tem como base empírica os cursinhos da UNESP que possuem influência do *movimento estudantil*, mas ganham força institucional por meio do Programa de Cursinhos da UNESP. A problematização da pesquisa refere-se ao programa de extensão na sua relação como a democratização do acesso ao ensino superior.

Oliveira (2009), mestre em educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, como o trabalho *Os pré-vestibulares populares como espaço de educação política: O caso do Práxis*. Investiga, a partir do curso preparatório pelo *movimento estudantil*, Coletivo de Educação Popular Práxis, os movimentos de tensão referentes a

“autogestão” do curso dentro do espaço institucional da UFSM.

Oliveira (2013), mestre em ciências sociais pela UNESP, por meio do trabalho intitulado *Paradoxos e desafios do ensino superior no Brasil: a experiência dos cursinhos populares* estuda o cursinho Herbert de Souza, vinculado ao *movimento comunitário* da Vila União em São Paulo. O autor problematiza estratégias de acesso ao ensino superior por meio dos cursinhos populares. Problematisa, ainda, a visão de mundo destes cursos e compreende que, ao mesmo tempo que os cursinhos enfrentam a agenda liberal, podem reforçá-la.

Pereira (2007), mestre em educação pela UFRGS elabora a dissertação intitulada *Pré-Vestibulares Populares em Porto Alegre: na fronteira entre o público e o privado*. O estudo propõe-se a construir um *mapeamento dos PVPs de Porto Alegre* em funcionamento no ano de 2006. O problema de pesquisa refere-se à aproximação e distinção do PVP e movimentos sociais das chamadas organizações do terceiro setor, como as fundações e as ONGs.

c) Didática e práticas de ensino nos Pré-Vestibulares Populares

Seguem descritos as produções que concentram a abordagem das relações de ensino e aprendizagem e particularidades do processo pedagógico nos PVPs.

Fortes (2005), mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas, com o trabalho *O cursinho como unidade escolar de mediação entre o ensino médio e a universidade: peculiaridade, sentidos e perspectivas*, parte do estudo específico do Pré-Vestibular Gaia³⁴ e problematiza a existência dos cursos pré-vestibulares em função da desarticulação entre ensino médio e universidade.

Piunti (2009), mestre em educação pela UFSCAR, com o trabalho *Diferentes Aprendizagens na perspectiva de alunos de um Cursinho Pré Vestibular Comunitário* investiga as relações de ensino-aprendizagem dos estudantes no cursinho organizado pela *igreja católica*, o Projeto Diocesano de Assistência ao menor- PRODAM

³⁴ O Curso Guaia cobra um valor baixo mensal e não possui grupo organizador explicitado no texto.

d) Políticas Públicas de acesso à Educação Superior

Seguem descritas as elaborações que analisam os PVPs na inclusão do negro e de classes populares na educação superior e os PVPs como política pública de “equidade” e ou “ação afirmativa”.

Brito (2013), doutor em administração e política educacional pela universidade de Lisboa, elabora a tese: *A expansão do ensino superior médio e o acesso superior como política de equidade: uma abordagem centrada no Cursinho Popular e nos atores no Estado do Piauí*. A partir do estudo do Cursinho popular da *Secretaria de Educação do Estado do Piauí* compreende que os cursinhos são instrumento de políticas reparativas de equidade, ações afirmativas.

Guimarães (2007), doutor em Serviço Social pela PUC-Rio, elabora a tese intitulada *Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-RIO após sua formatura na graduação?* O PVNC, grupo vinculado ao *movimento negro*, reivindicou ações afirmativas na PUC – RIO em 1993, quando foram ofertadas bolsas para ex-alunos de cursinhos. O estudo busca localizar os impactos sociais das ações afirmativas na trajetória dos ex-estudantes do PVNC. A tese foi publicada em formato de livro com novo título, e daqui por diante adota-se a referência Guimarães (2013), *Afrocidadanização: ações afirmativas e trajetórias de vida no Rio de Janeiro*.

Nascimento (2010), doutor em Serviço Social pela UFRJ, por meio da tese *Do direito à Universidade a Universalização do Direito: o movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as políticas de ação afirmativa* descreve e analisa o movimento Pré-Vestibular para Negros e Carentes- PVNC vinculado ao *movimento negro*. Defende a tese de que foram o movimento de cursinhos populares e o movimento negro as bases sociais para a reivindicação das ações afirmativas no ensino superior. A tese foi publicada em formato de livro, portanto, utilizar-se-á como referência Nascimento (2012).

Sanger (2003), mestre em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com o trabalho *Para além do ingresso na universidade: radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre*. A pesquisa busca investigar a inclusão do negro no ensino superior por meio de dois Pré-Vestibulares para Negros e Carentes³⁵ organizados pelo *movimento negro* em Porto Alegre, o curso Superação, da ONG Instituto Brasil África –IBÁ e o Projeto de Educação, da Associação Satélite de Prontidão –ASP. A autora compreende que os pré-vestibulares, em função de serem destinados a pessoas negras que não podem pagar cursos pagos, podem ser compreendidos como *ações afirmativas*.

Santos (2011), mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, com o trabalho *Prática de ensino em pré-vestibulares populares: um estudo de caso do Pré-universitário SEED* investiga as práticas de ensino do Pré-Vestibular da Secretaria Estadual de Educação de Sergipe - Pré-Uni, destacando as particularidades metodológicas referentes ao ensino em um pré-vestibular popular.

e) O caráter político-educativo dos PVPs

Seguem descritos os trabalhos de temáticas relacionadas ao caráter educativo dos PVPs nos quais se concentram os estudos sobre aspectos da formação política de estudantes, estudos sobre consciência de classe e identidade. Análises dos Pré-Vestibulares Populares como educação popular.

Oliveira (2001), mestre em educação pela Universidade Federal Fluminense-UFF, sob o título *Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana*, busca investigar através de pesquisa no PVNC, o projeto político pedagógico do curso e as características objetivas e subjetivas para a emergência dos PVPs. Para a autora, os PVPs constituídos por cinco sujeitos coletivos (*Igreja Católica, Movimento Negro, Movimento Estudantil, Movimento Sindical e o Movimento comunitário*) são experiências de educação popular em um cenário urbano e industrial.

³⁵ O termo Pré-Vestibular para Negros e Carentes é empregado aqui como um conceito para nomear as iniciativas dos cursos pré-vestibulares não pagos. Não se trata, especificamente do PVNC, maior experiência destes cursos do ponto de vista numérico no país.

Paulo (2005), mestre em Sociologia pela IUPERJ, com o trabalho *Movimentos de educação popular: um estudo sobre os pré-vestibulares para negros e carentes do estado do Rio de Janeiro*³⁶ investiga curso vinculado ao movimento negro PVNC no Rio de Janeiro, por meio de entrevistas e questionários com professores e coordenadores do curso. A fundamentação do trabalho constrói a ideia de que os PVPs são movimentos de educação popular.

Barrouin (2012), mestre em psicologia pela PUC-Rio, com o trabalho *Juventude e Política: o pré-vestibular comunitário enquanto espaço de subjetivação*. Os estudos do autor têm como objeto de análise a Associação de Mangueira Vestibulares AMV, construída a partir do movimento comunitário no Rio de Janeiro. Problematisa-se a questão da formação do que o autor nomeia de subjetivação Política.

Corrêa (2011), mestre em educação pela PUC de Campinas, elabora a dissertação *Cursinho Popular: estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras*. A autora realiza pesquisa com o Pré-Vestibular Herbert de Souza, que foi construído por movimento comunitário vinculado à Associação de Moradores do Parque Residencial Vila União. O problema da investigação se fundamenta na formação política e na trajetória militante dos ex-estudantes.

Mendes (2011), mestre em educação pela UFRGS, por meio do trabalho intitulado *Inclusão ou emancipação? Um estudo do cursinho popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo* apresenta estudo sobre a rede de cursinhos construída com influência do movimento estudantil em São Paulo – a Rede Emancipa. A problematização se dá em função da tensão nas ideias de inclusão e emancipação. Entende-se que os cursinhos podem ser movimentos emancipatórios capazes de mudar estruturas da sociedade.

f) Teorias da ação coletiva e dos Movimentos Sociais

Seguem descritos os trabalhos nos quais se encontram problematização dos

³⁶ A dissertação não se encontra disponível no Banco de dissertações e teses da CAPES. No entanto, obteve-se informações sobre o resultado do trabalho por meio do artigo publicado no GT 21 da ANPED. Disponível em: <http://27reuniao.anped.org.br/gt21/t217.pdf> Acesso: junho de 2016.

PVPs nas teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais e análises sobre a capacidade de agência dos envolvidos nos PVPs e sobre a criação de agendas públicas.

Castro (2011), doutor em geografia pela UNICAMP, elabora a tese *Movimentos socioespaciais de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade*. O trabalho aborda os *cursos preparatórios do estado de São Paulo*, os pré-vestibulares alternativos e populares como movimentos sociais urbanos.

Nascimento (1999), mestre em educação pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, elabora a dissertação sob o título de *Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares*. A pesquisa com base na análise do Pré-Vestibular para Negro e Carentes – PVNC teve como objeto de investigação a relação entre democracias, cidadania e movimentos sociais. Problematisa-se por meio do projeto político-pedagógico do curso e de entrevistas com lideranças do *movimento negro* a formação de relações democráticas nos PVPs.

Santos (2006), doutor em Geografia pela UFF, por meio da tese “*Agendas & Agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes*” realiza estudo sobre o PVNC vinculado ao *movimento negro* no Rio de Janeiro. O trabalho visa discutir o PVNC como movimento social. Com a ideia de “espacialidade dos movimentos sociais”, problematiza a questão da capacidade de criação de agendas públicas e da capacidade de agência dos envolvidos com o movimento.

Silva Filho (2003), mestre em educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA, sob o título de *Cursos Pré-Vestibulares em Salvador: experiências educativas em Movimentos sociais*, percebe que a maioria dos PVPs de Salvador está vinculado ao *movimento negro*. Assim, realiza um estudo de caso de três cursos com grupos sociais diferentes: O curso Asantewaa, vinculado ao *movimento negro*, o curso Oficina da cidadania, de uma ONG, e o curso D. Lucas Moreira Neves, vinculado à *igreja católica*. Neste sentido, problematiza a relação dos cursos com os “novos movimentos sociais” e os cursos são tratados como instrumentos de reivindicação de ações afirmativas. Busca também, por meio de survey, a correlação entre frequentar PVPs e a aprovação no

vestibular.

g) Análises trajetória estudantil

Seguem descritos os trabalhos sobre aspirações de formação e profissionais, classificação de cursos pretendidos ao ingresso no ensino superior, análises de trajetória profissional de ex-estudantes de cursinhos populares.

Nascimento (2009), mestre em educação pela USP, com o trabalho *Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares*, tem como foco os diversos *cursinhos da Universidade de São Paulo* e o autor procura compreender as aspirações profissionais dos estudantes dos pré-vestibulares alternativos e populares.

Souza (2009), mestre em educação pela UNICAMP, com o trabalho *O Acesso à Universidade e o Destino Social de Ex-alunos de Cursinhos Populares*, investiga a trajetória profissional dos ex-estudantes do *Curso DCE*, vinculado ao *movimento estudantil* na Universidade de Campinas.

Valeriano (2006), mestre em educação pela Universidade Metodista de São Paulo, elabora a dissertação³⁷ *Um estudo de ideologia na educação cidadã: uma análise sobre as motivações e aspirações dos alunos da ONG EDUCAFRO*. A pesquisa realizada em um PVP vinculado ao *movimento negro*, o EDUCAFRO, investiga *aspirações profissionais* dos estudantes.

Os Agentes Organizadores dos Pré-Vestibulares Populares: Movimentos Negros, Movimentos Estudantis e Governos

A pesquisa bibliográfica sobre a produção acadêmica dos PVPs permite observar além das referidas temáticas e problemas investigativos das dissertações e teses. Há, em cada um dos trabalhos encontrados nos repositórios de dissertações e

³⁷ A dissertação não foi localizada com as buscas no banco de dissertações e teses da CAPES.

teses, uma base empírica referente às experiências analisadas nos estudos. Tal base empírica de estudo anuncia o curso preparatório estudado, ou o conjunto de cursos, e os seus respectivos agentes organizadores. Deste modo, com base na frequência com que os agentes organizadores dos cursos aparecem nas experiências, pode-se extrair os que são predominantes na organização e mobilização dos cursos preparatórios populares.

Nos primeiros trabalhos publicados, os cursos preparatórios concentravam-se em ações criadas e geridas pelo movimento negro e, de maneira mais esparsa, pelo movimento estudantil. Percebe-se que esta lógica manteve-se frequente, se problematizada em função da produção dos trabalhos na dimensão do tempo. No entanto, nos últimos trabalhos publicados emerge o Estado como “novo” agente organizador responsável por constituir e organizar os cursos preparatórios como políticas governamentais reparatórias. Percebe-se que há um crescimento do número de iniciativas de cursos públicos ofertados e financiados por secretarias de governos estaduais e municipais.

Percebem-se diferentes experiências e concepções dos cursos preparatórios em função dos agentes organizadores dos cursos. Os movimentos negros e movimentos estudantis possuem formas e conteúdos distintos dos apresentados pelos governos. Neste sentido, na pesquisa bibliográfica notam-se mudanças nos agentes organizadores dos cursos investigados, o que se entende como uma (re)configuração no próprio objeto analisado. Apresenta-se deste modo os três agentes organizadores que apareceram com maior frequência na constituição dos cursos preparatórios populares.

Os Movimentos Negros e a concepção de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes

Os Pré-Vestibulares Populares possuem relações intrínsecas com a história do movimento negro no Brasil. Nas duas últimas décadas, ambos constituíram-se, em grande medida, na afirmação da questão racial e combate ao racismo, bem como na defesa pública da ampliação das oportunidades educacionais. Tal relação ficou manifesta com a aparição na cena política nacional da defesa das cotas nas

universidades públicas e de ações afirmativas como pautas comuns de ambos os grupos. A relação entre os movimentos negros e os cursos preparatórios populares se expressa na busca pela inclusão de negros e carentes nas universidades.

Primeiramente, é importante enfatizar, sobre a realidade brasileira, que as relações que configuram a particularidade de racismo no Brasil, como se deu a integração do negro na sociedade de classes e as divergências, posicionamentos e interpretações acerca da história dos movimentos negros no país são questões extremamente complexas. Para fins deste estudo procura-se neste item somente demarcar a relação entre o movimento negro contemporâneo e os PVPs.

O movimento negro fundou diversos núcleos dos chamados cursos Pré-vestibulares Para Negros e Carentes - PVNC e divulgou as experiências e a ideias dos cursos preparatórios pelo país. Poderia se dizer que o movimento negro criou uma concepção de curso preparatório orientadora por estas experiências. De tal modo o projeto político de tais cursos é manifesto pela expressão *negro e carente*. Tal fato reverberaria na forma e no conteúdo dos cursos. Constituíra-se como experiência modelo orientadora de um “como fazer”, que implica necessariamente na orientação para construção de “núcleos” como modelos organizativos dos pré-vestibulares e na ideia de negro e carente como agremiador político e social. Decorre dessa perspectiva o PVNC como orientador de diversas experiências de Pré-Vestibulares Populares nacionalmente.

Para apresentar tal concepção, torna-se relevante retornar a elementos históricos da constituição dos movimentos negros no Brasil. Destacam-se duas décadas/períodos, cumulativos que contribuíram na ampliação da base social e organização do movimento negro, sendo que tais décadas são significativas para a compreensão dos cursos preparatórios criados pelo movimento e das estratégias de acesso à educação superior adotadas. O primeiro seria a constituição de um movimento no cenário nacional, significativo na década de 1980. O segundo refere-se às proliferações de centenas de grupos e coletivos negros pelo país que se deram na abertura política e, com mais efervescência, a partir da década de 1990.

A esse respeito, e tomando como referencial teórico a história oral, Verena

Alberti e Amílcar Pereira (2007) contribuem no entendimento destes movimentos. As autoras (re)constróem a memória do movimento negro no Brasil pelas narrativas e relatos de militantes. Abordam narrativas sobre a constituição do Movimento Negro Unificado – MNU, oficializada em 07 de julho de 1978, após a morte de um operário na delegacia de São Paulo. Tal evento seria um marco para se pensar um recorte histórico. Em decorrência deste ato, houve um protesto realizado na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo. Para as autoras, constitui-se a partir desse período, quando o movimento tomou dimensão nacional, a noção de movimento negro difundida no Brasil na década de 1980.

O segundo período, pós-abertura política, é abordado por Domingues (2008) a partir de duas tendências: a primeira foi a de atomização do movimento negro e da criação de centenas de grupos por todo país. A segunda tendência apontada pelo autor foi a definição de grupos por área de atuação, ocorrida na década de 1990.

Na década de 1990 verificou-se uma outra tendência. Muitas entidades negras se especializaram, passando a atuar em uma única área. Com esse espírito, surgiram as entidades voltadas para atuar na área da educação, como a Associação Afro-Brasileira de Educação Cultural e Preservação da Vida (Abrevida), em São Paulo; o **Educafro**, no Rio de Janeiro; o Núcleo de Estudos do Negro (NEN), em Florianópolis; as entidades dedicadas à saúde reprodutiva da mulher negra, como a ONG Fala Preta!, de São Paulo; as direcionadas aos empresários negros, como o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros do Triângulo Mineiro (Ceabra); as destinadas a enfrentar o racismo à luz do Direito, como as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); as dirigidas para tratar dos problemas psicológicos decorrentes do racismo, como o Amma– Psique e Negritude, de São Paulo; as voltadas para conscientizar os protestantes negros, como o grupo Negros em Cristo e, até mesmo, aquelas criadas para defender os direitos dos gays negros, como o Quimbanda-Dudu, de Salvador (DOMINGUES, 2008, p. 105) (grifo meu).

Percebe-se, assim, que o movimento negro, agora não mais unificado, adotou em sua forma de organização a atuação em grupos e coletivos por área, seja por demandas educacionais, comerciais, religiosas, de saúde, de liberdade sexual ou em direitos civis mais amplos, como expressam as Comissões do Negro da Ordem dos Advogados do Brasil. Por exemplo, o EDUCAFRO, movimento de cursinhos, seria uma dessas formas de atuação por área do movimento negro. Assim, os cursinhos preparatórios criados pelo movimento negro são, na origem, o próprio movimento concretizando ações

coletivas fundamentadas por uma consciência da cor ou da racialidade.

Na década de 1990, os coletivos negros que fundaram os cursos preparatórios unificados sob a perspectiva da experiência do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC criaram uma lógica própria de inclusão fundada na concepção de negros e carentes. Em decorrência disso, entende-se que tal termo seja uma chave de compreensão de diversas experiências organizadas por estes movimentos. Sobre o sentido atribuído à concepção de PVNC pelos movimentos negros que organizaram o maior curso preparatório no país:

O Pré-Vestibular para Negros e Carentes inaugurou uma nova fase no trabalho popular de preparação de estudantes para o vestibular, trazendo em sua luta o debate sobre discriminação e desigualdade racial relacionado aos conflitos de desigualdades de classes sociais. O termo negros e carentes é expressão dessa relação (NASCIMENTO, 2012, p. 71).

Constata-se que a relação com o movimento negro é expressiva no esforço político e epistemológico dos envolvidos na organização dos cursos preparatórios e dos pesquisadores destas experiências, na afirmação das desigualdades sociais no Brasil como fenômeno que se expressa de maneira não somente pelas desigualdades oriundas das classes sociais. Conforme aponta Nascimento (2012), há nos conceitos de “negro e carente” a preocupação em demarcar as desigualdades raciais e as desigualdades sociais. Importante frisar também que, mesmo que tais pré-vestibulares tenham ampliado a base social do curso com a ideia de pessoas “carentes”, as pautas e diferentes concepções em disputa nos cursos estiveram, de certo modo, orientada em forma de organização conteúdo político do movimento negro.

Ao recorrer à produção acadêmica por meio de levantamento de pesquisa bibliográfica realizada por consulta a dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação, percebe-se um número significativo de trabalhos sobre o PVNC. Explica-se tal fato em função dos cursos destinados a negros e carentes terem sido experiências precursoras que serviram como referência para outras ações que pautam o racismo como um dos elementos fundantes da desigualdade.

Com frequência, por terem sido as primeiras experiências que ampliaram quantitativamente o número de cursos e se unificaram em pautas comuns, são várias as

pesquisas que fazem menção ao PVNC. Como forma de recorte, procurou-se dialogar com os autores que pesquisaram diretamente as experiências nomeadas de PVNC e, posteriormente, alguns estudos comparativos de cursos que citam essas iniciativas. São referências as pesquisas de Nascimento (1999, 2012), Paulo (2005) e Santos (2006), que estudam especificamente o curso PVNC. Tais pesquisas abordam a emergência, constituição e transformações do curso que se consolidou com muitos núcleos no estado do Rio de Janeiro. Sobre outras experiências fundadas a partir da ideia de PVNC:

Três experiências são fundamentais para entendermos a constituição do movimento de cursos populares: O curso pré-vestibular da Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Assufrj (Atual Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro- Sintufrj); o curso **Mangueira Vestibulares**, criado no Rio de Janeiro para atender aos estudantes do Morro da Mangueira; e o curso da **Cooperativa Steve Biko**, criado em Salvador. Essas experiências foram importantes referências para as pessoas que montaram o primeiro curso denominado de Pré-vestibular para negros e carentes (NASCIMENTO, 2012, p.69) (grifo do autor).

A citação de Nascimento (2012) refere-se aos cursos criados na década de 1980 e que foram referência para a constituição do primeiro curso nomeado de PVNC, marcando uma das possíveis influências dos pré-universitários que surgiram a partir de 1990. É válido ressaltar que não há nessas experiências, ainda, a noção de “negros e carentes”. Na experiência do curso da Assufrj, tem-se uma lógica de compreensão de “universidade para trabalhadores”. No Mangueira Vestibulares³⁸, apesar do destaque em negrito que indica para o autor o destaque à questão racial, trata-se de um movimento organizado mais sob uma perspectiva de movimento comunitário. E Steve Biko, que tratava da questão racial, se constituía como curso pago. O PVNC emergiu da apropriação e ressignificação destas distintas iniciativas e consolidou-se como organização de cursos comunitários, de caráter gratuito oferecido aos estudantes pobres e negros.

O termo PVNC deixa de ser somente uma experiência como concepção de cursos para negros e carentes. Assim, aparece em outras pesquisas como nomeação de cursos que possuíam influência do curso fundado no Rio de Janeiro, mas se referem a

³⁸Sobre a Associação de Mangueira Vestibulares - AMV ver estudo de Barrouin (2012).

ações ocorridas em outros estados, organizadas por outros coletivos negros. É neste sentido que se apresentam também como cursos e categoria de análise. Assim, as categorias denominadas neste trabalho de Pré-Vestibulares Populares possuem outro termo de referência: Pré-Vestibulares para Negros e Carentes.

O curso Zumbi dos Palmares é fruto de uma visita do Frei David Raimundo dos Santos, do Rio de Janeiro, que assessorou o sétimo Encontro de Educadores Negros em Porto Alegre. Nessa ocasião o frei divulgou a experiência do curso pré-vestibular para negros e carentes da Baixada Fluminense, quando, então um grupo de professores negros implantou a ideia. Em 1996 a ASP conheceu a ideia e um ano mais tarde criou o curso, que seria o segundo núcleo do Zumbi dos Palmares (SANGER, 2003, p 28).

Destaca-se o fato de os cursos estudados por Sanger (2003), na cidade de Porto Alegre, serem influenciados, em sua criação, pela experiência do PVNC do Rio de Janeiro. Tem-se aqui a disseminação da ideia de negros e carentes, pois são outros coletivos negros que organizam os cursos, mas carregam esta identidade. Além disso, a busca da forma organizativa por núcleos, e uma terceira questão que vale a pena ser relatada: a inserção de uma outra disciplina no currículo³⁹ voltada para temáticas da história e cultura negra.

Outro fator necessário de enfatizar como motivador da criação de novos cursos preparatórios é o Encontro de Educadores Negros. Parece fazer sentido a tendência apontada por Domingues (2008) da atuação do movimento negro fragmentada por áreas temáticas. Deduz-se que essa lógica de atuação por área tenha sido algo que potencializou a criação dos cursos para negros e carentes. Reforça-se nesta historicização da criação dos cursos em Porto Alegre o vínculo estreito entre o movimento negro e os cursos para negros e carentes. A fim de delinear melhor a distinção entre o PVNC do Rio de Janeiro e a concepção dos cursos para negros e carentes, tem-se que

[n]o final da década de 1990 o PVNC, enquanto entidade, passa por um processo agudo de desfalecimento e redução, que na verdade, representa,

³⁹ Segundo Nascimento (2012), a implementação da lei de história da África no currículo é também parte da reivindicação do movimento negro e dos cursos preparatórios nessas mudanças de currículos voltadas à formação de questões raciais.

mais uma redefinição do movimento do que sua decadência, o que ocorreu foi a criação de outras redes e atuação “isolada” de diversos núcleos. Ou seja o PVNC perde seus status de núcleo gravitacional, único do movimento de pré-vestibulares populares, este sim, ainda em crescimento e fortalecimento numérico – radicaliza-se sobretudo após os anos 2000. A distinção entre entidade PVNC e Movimento dos Pré-vestibulares Populares (para negros e carentes, comunitários, alternativos, etc.) que a entidade simbolizava e que confundia-se com ela no imaginário e na representação social (SANTOS, 2006, p 231).

A experiência do PVNC e a lógica de um núcleo gravitacional dos cursinhos acabou por criar novas redes de cursinhos e o que o autor nomeou de núcleos isolados. A esse respeito, Santos (2006) relata que o curso PVNC chegou a ter próximo de 90 núcleos no Estado do Rio de Janeiro. Nos estudos de Castro (2011), e em coleta de dados de 2010, observa-se que o PVNC estava com 30 núcleos no Estado do Rio de Janeiro. Ainda em Castro (2011), observa-se que a divisão adveio da fundação da Educação para Afrodescendentes e Carentes – EDUCAFRO, no ano de 1997, sob a liderança de Frei David e dos Agentes Pastorais Negros – APNs da igreja católica. A respeito da cisão do PVNC e criação da EDUCAFRO, Nascimento afirma:

Para os integrantes do “campo amplo”, o PVNC deveria construir como um movimento social expressivo e influente, tanto no que diz respeito à luta contra o preconceito e a discriminação racial quanto na luta pela democratização da educação em geral e do ensino superior público em particular, integrando as duas lutas em uma demanda. Já na perspectiva do “Campo Negro Eclesial” sempre esteve integrada e subordinada às concepções e ações da igreja católica, ou seja, não aparecia em seus discursos e práticas um posicionamento de questionamento em relação às instituições privadas. Coincidência ou não, o trabalho de negociação com instituições privadas para obtenção de bolsas de estudos, a falta de questionamento ao ensino superior privado e, em determinado momento, a aliança política com instituições privadas para a organização de um movimento contra a proposta de fim de status de filantropia de instituições da área de educação indicam que parte do movimento fazia um trabalho de interesse do setor privado (NASCIMENTO, 2012, p. 105) .

O trecho indica dois grupos na composição no PVNC, ambos do movimento negro. Na compreensão de Nascimento (2012), um se definia, naquele momento, pela lógica mais centralizadora na forma organizacional e pelo vínculo com as Pastorais Negro da Igreja Católica. O outro, pela pluralidade religiosa, partidária e por conceber o movimento negro por formas de gestão mais participativas, priorizando assembleias.

Outro fator, este em destaque no texto, seria o vínculo com a iniciativa privada pelo financiamento dos cursos preparatórios. O PVNC conseguia, no período de 1993 a 1997, bolsas de estudos para ex-alunos dos cursinhos, a exemplo da universidade privada PUC-RIO. O EDUCAFRO aprofundou a relação com a iniciativa privada em relação a financiamento, na crítica apresentada pelo autor.

Com base na literatura consultada, compreende-se que o movimento negro é significativo na emergência e constituição dos Pré-Vestibulares Populares no Brasil na década de 1990. A expressão Pré-vestibular para Negros e Carentes tem um significado além da experiência de cursos no Rio de Janeiro: é uma concepção de PVP que orienta modelos de organização em núcleos e uma concepção de inclusão de *negros e carentes*. Os movimentos negros refletem, em suas distintas perspectivas e diferenças internas, de algum modo, a preocupação sobre o racismo como uma questão central e as concepções de negros e carentes nos cursos preparatórios populares.

O Movimento Estudantil e os Pré-Vestibulares Populares

Um número significativo de cursos Pré-Vestibulares Populares tem como agente organizador o movimento estudantil. Tais experiências vieram antes ou em período equivalente ao surgimento da concepção de Pré-Vestibular para Negros e Carentes⁴⁰. Entende-se que os Pré-Vestibulares Populares vinculados ao movimento estudantil possuem características próprias em tendência e variadas formas de institucionalização. Recorre-se, neste item, à busca das influências do movimento estudantil nos Pré-Vestibulares Populares.

Inicialmente, entende-se que para a compreensão da influência do movimento estudantil nos PVPs seja necessário recorrer a uma breve análise sobre o movimento estudantil e a condição social do estudante. Marialice M. Foracchi (1965), em estudo de referência nesta temática, com o livro *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, analisa o estudante pelo viés da condição social. A pesquisa realizada na década de 1960 transcende as marcas conjunturais da realidade do período investigado e

⁴⁰ Como abordado em momento anterior a concepção de Pré-Vestibulares para Negros e Carentes possui referência na emergência do PVNC no Rio de Janeiro em 1993.

pode auxiliar a compreender os elementos constituintes da realidade dos estudantes nos dias atuais. Elenca-se, deste modo, alguns argumentos da autora a respeito da condição social de estudante.

O ponto de partida abordado baseia-se na influência geracional da instituição social família como determinante da condição social do estudante. Deste modo, a pressão externa da família regularia a vida do estudante. No caso analisado, o universitário teria um “objetivo indefinido fixado pela família: *ser alguém*” (FORACCHI, 1965. p.39). A afirmativa *ser alguém* seria uma forma de internalização dos valores advindos dos pais por parte dos estudantes, que reconfigurariam as escolhas do universitário. Sendo sugestionadas, tais escolhas teriam como horizonte a busca por mobilidade social e aspiração para a classe média, ou a conservação da classe média em seus hábitos e padrões econômicos, a depender da origem de classe dos estudantes.

A dependência econômica seria um dos fatores constituintes da condição social do estudante. As escolhas e liberdades estariam subordinadas à vontade dos financiadores de seus estudos universitários. Na pesquisa de Foracchi (1965), os estudantes universitários, sobretudo os de família⁴¹ de classe média, teriam que retribuir permanentemente com práticas sociais consideradas moralmente corretas. Tais práticas estabeleceriam padrões normativos do que deveria ser o “bom estudante”, uma norma a ser seguida. Estes padrões regulariam, na época estudada, questões como horários para chegar em casa, a legitimação ou não da maturidade sexual expressa no casamento e a participação política: “Ocorre que os vínculos de dependência não permitem ao jovem ultrapassar sua condição” (FORACCHI, 1965. p.76). Todas as questões da vida dos estudantes estariam subordinadas à relação de dependência marcada pela condição de manter-se ou ser mantido financeiramente. Tal tensão na relação estudante-família, inicialmente de fundo econômico, seria determinante na condição social do estudante o que orientaria e ou limitaria suas escolhas, inclusive a participação estudantil.

Outra compreensão relevante que a autora apresenta seria a relação transitória da condição de estudante e a sua aspiração profissional. O universitário está sendo,

⁴¹A família é, apenas, um elemento expressivo desse contexto geral e, assim sendo, ela representa a mediação necessária entre os vínculos de dependência, tais como são dados, e as condições socioeconômicas globais que os produzem (FORACCHI, 1965, p. 77)

momentaneamente, estudante, e passa por essa condição no período de formação. Assim, há a necessidade de subordinação e adequação de sua vida aos requisitos necessários para o exercício profissional. O universitário tem um projeto de carreira em curso e, para atingi-lo, deve adequar-se aos padrões oficiais de determinada sociedade na constituição de uma ética e de valores que orientam e regulam a prática profissional pretendida. O objetivo da conquista do êxito profissional e da autonomia financeira se daria através da carreira. Na tese defendida, o projeto profissional se expressa também por busca de ascensão de classe, ou em detrimento da origem de classe, de conservar-se.

É importante elucidar a singularidade dessa virtualidade “revolucionária”, que é o estudante brasileiro. Em primeiro lugar, temos que considerá-lo nos limites da condição de estudante, encarando-a como condição que é, em si mesma, transitória e parcial, na medida em que representa, por definição, um *vir a ser*. O estudante é uma força virtual de consolidação definitiva e, por conseguinte, diferenciadora: a condição profissional. Assim sendo, a continuidade da ação caracteristicamente estudantil (quer dizer, potencialmente “revolucionária”) estaria já comprometida pelas características sociais do estudante (FORACCHI, 1965, p. 239) (grifo da autora).

O *vir a ser* expressa a condição transitória do estudante universitário em seu projeto de carreira profissional. A autora compreende que tal movimento de transitoriedade, formação na universidade e de busca pela profissão interfere na condição de participação estudantil. Consequentemente, a lógica potencial ou supostamente “revolucionária” dos movimentos estudantis estaria datada pelo período de duração da formação acadêmica do estudante, o projeto de carreira e a aspiração de mobilidade social. Considera-se, portanto, que a participação estudantil está subordinada à condição social do estudante: além da dependência familiar, interfeririam os planos de carreira e o ideário de tornar-se ou continuar a ser classe média.

Para Foracchi (1965), o contato com a universidade apresenta, em si, um caráter politizador. Contudo, a ação política do estudante está vinculada à sua condição de classe. Os estudantes universitários estudados eram de classe média, considerados como pequena burguesia ascendente. A autora identifica, com uma leitura de influência marxista, que tais sujeitos teriam valores ambivalentes, oscilando entre as posições das duas classes sociais, posições estas distintas e antagônicas. Assim, indica que “a

politização da massa estudantil só pode ser compreendida como expressão da eficiência do trabalho partidário” (FORACCHI,1965, p.227). Seriam os partidos a auxiliar o universitário a aliar-se a um projeto de transformação da realidade brasileira.

Sobre a relação partidária há um elemento que se pretende destacar para fins de compreensão da lógica organizativa do movimento estudantil. Na transitoriedade dos estudantes, própria da condição social estudantil, é o partido que faz a formação política. Tradicionalmente, os estudantes que estão se formando, portanto, saindo da universidade, fazem a formação da nova geração que ingressa na militância estudantil.

Deduz-se que a teorização de Foracchi (1965), sobre a condição social do estudante universitário que participa do movimento estudantil na década de 1960, possui relação com a condição social do estudante que organiza cursos preparatórios para ingresso nas universidades a partir das décadas de 1990. Há elementos de permanência na *condição social de estudante* que transcendem a relação do período histórico analisado. Infere-se que os estudantes-professores, membros do movimento estudantil que fundam os cursos Pré-Vestibulares Populares, possuem sua atuação limitada por condições de dependência e aspirações profissionais do estudante.

Para explicitar essa situação, identifica-se que tais cursos preparatórios estão, em certa medida, dentro da promessa de projeto de carreira. “Os professores estudantes são maioria nos cursos organizados pelo movimento estudantil. Pode-se pensar que este seja o início de uma atividade profissional, com obtenção de experiência e renda.” (BACCHETO, 2003, p. 109). O autor trata dessa lógica de experiência profissional e de renda ao analisar a experiência do cursinho da Politécnica da USP, que possui uma taxa de mensalidade⁴² e paga hora aula aos professores. Sobre a questão da renda, entende-se que outra forma de pagamento seria a concessão de bolsas nas universidades para os estudantes que participam dessas iniciativas.

Contudo, a maioria dos PVPs citados nas dissertações e teses consultadas não cobram mensalidade. Os estudantes professores que atuam nestes cursos teriam sua participação estabelecida por serem “voluntários” ou “militantes”. Agremiam-se a essas iniciativas do movimento estudantil por reconhecerem nos cursos preparatórios

⁴² Problematizar-se-á, mais adiante, a questão da gratuidade e mensalidade do cursinho da Poli.

populares um espaço de atuação social e política. Válido ressaltar que, ainda que não seja um trabalho assalariado, e que justifique a própria ação por comprometimento “voluntário” ou “militante”, poderíamos compreender que, ao menos parte destes professores estudantes, tem nestes cursos o *locus* inicial do trabalho docente, portanto, dentro da lógica da carreira profissional almejada.

Castro (2012) apresenta que na década de 1990, no contexto em que o movimento estudantil chega ao cenário político nacional com o “Fora Collor”, emergiram cursinhos populares tendo como referência uma experiência anterior. Tal modelo seria o primeiro curso preparatório de estudantes no Brasil, Cursinho do Grêmio da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, criado na década de 1950. O Cursinho da Poli, como ficou conhecido, possui poucas referências na memória coletiva em função das proibições de organizações estudantis no período da ditadura militar e da perda dos documentos do período. Nas entrevistas, o autor localiza que é a partir da década de 1987 que o Cursinho da Poli começaria a ter um corte de classe definido, ao pretender atender um perfil de estudantes que não poderia pagar o curso. Para explicitar melhor a importância do cursinho da Poli, recorre-se a outra pesquisa:

Em alguns períodos representou um símbolo a ser seguido, em outros, o símbolo da apropriação privada, o Cursinho da Poli é provavelmente o maior projeto de cursinhos que se tem em números absolutos. Estima-se a partir de entrevistas que mais de 60 mil estudantes tenham passado por este cursinho desde o início de suas atividades (MENDES, 2011, p. 72).

Para Mendes (2011), houve um movimento de transformação do Cursinho da Poli em um curso comercial. A autora descreve que na década de 1990 todos os cursos que cobravam alguma taxa foram retirados de dentro da USP. O curso, que até então não tinha fins lucrativos, começou a ter que pagar contas de aluguel e energia. Concomitantemente, houve um movimento de centralização da gestão do cursinho, deixou de ter relação jurídica subordinada ao grêmio estudantil da USP. Na composição da coordenação do curso passou a ter uma “direção vitalícia” de seis membros somados à indicação de dois membros da entidade estudantil. A partir de 1997 o curso vai assumindo cada vez mais a lógica de mercado. O ciclo de mercantilização mostra-se mais expressivo para a autora quando o curso chega a 13 mil estudantes no ano de 2003,

com a mensalidade de 2/3 do salário mínimo da época. Desta forma, o cursinho da Poli passaria por três mudanças substanciais: o aumento da mensalidade, a perda da gestão democrática e a institucionalização na lógica de mercado.

Outra experiência de cursinho popular construído sobre influência do Cursinho da Poli foi o Desafio Pré-Vestibular, no ano de 1993, na cidade de Pelotas-RS. O estudo de Thum (2000), segunda dissertação apresentada sobre a temática dos PVPs no país, é extremamente significativo não somente para a compreensão específica deste curso, mas auxilia na compreensão da concepção política dos cursos preparatórios organizados pelo movimento estudantil. Neste trabalho, encontram-se chaves de compressão do fenômeno dos cursinhos do movimento estudantil, que entendemos não ser somente um aspecto da particularidade do curso analisado. Podem ser interpretadas como tendências dos cursos.

A primeira tendência é a subordinação dos cursos preparatórios organizados pelo movimento estudantil à condição social do estudante e sua transitoriedade. Thum (2000) analisa o perfil do estudante-professor e suas alterações em função do tempo. No período de quatro anos, os professores que fundaram o curso Desafio, e que eram militantes do movimento estudantil, de partidos políticos e demais movimentos populares, foram diminuindo a participação. Em medida proporcionalmente inversa ingressavam estudantes vinculados aos cursos de licenciaturas com interesses distintos daqueles que organizaram os cursos inicialmente. Thum (2000) aponta razões para a evasão de professores. “a) A formatura e o ingresso no mundo do trabalho; b) As divergências de opiniões que tornavam insustentáveis a permanência no grupo; c) Razões particulares e compromissos outros dentro do movimento que dificultavam a participação” (THUM,2000, p. 132).

É válido enfatizar que a tese de Foracchi (1965) sobre a condição social do estudante explica parte das contradições dos cursinhos preparatórios criados pelo movimento estudantil. Entende-se como tendência que os PVPs vinculados ao movimento estudantil possuam rotatividade de estudantes-professores em função da própria “condição social de estudante”. O que aparece como formatura, ingresso no mundo do trabalho e até mesmo o termo “razões particulares” podem ser indícios do

caráter transitório do estudante na universidade, de mudanças de posição em relação à dependência financeira dos pais e da adesão ao projeto de carreira profissional. E, por que não dizer, de anseios de aspiração de mobilidade social⁴³ e da busca de inserção na classe média.

A segunda tendência refere-se à reprodução da lógica organizativa estudantil dentro dos PVPs. No movimento estudantil há uma pluralidade de posições e opiniões políticas que, muitas vezes antagônicas, tornam-se inconciliáveis. Percebe-se que essa lógica faz com que existam dissidências e fracionamentos dentro das entidades estudantis, o que repercute nos PVPs: “O grupo genitor da proposta do Desafio se caracterizava por ser oposição ao DCE” (THUM, 2000, p. 74). A caracterização da composição da criação do curso seria outro fator determinante para a compreensão – que aparentemente se mostra como um fato isolado – da relação dos PVPs com a entidades estudantis locais e nacionais.

Em junho de 1995, em meio às articulações para o Congresso da União Nacional dos Estudantes, durante uma reunião no Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UNICAMP, ocorreu o primeiro contato com um projeto de curso Pré-Vestibular não comercial, voltado a alunos oriundos das classes mais pauperizadas e vindos obrigatoriamente da escola pública. Tratava-se do Cursinho do DCE-UNICAMP fundado na gestão “IDENTIDADE” no ano de 1995. Após o Congresso da UNE, na capital federal, o grupo político que se organizou em torno da chapa “Ousar Lutar Ousar Vencer” partiu para reflexões que contribuíssem para repensar o papel da mais importante entidade de representação dos estudantes. Constituiu-se, então, um fórum de discussões que agrupou atores da Bahia, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Em meio a vários debates, concluiu-se que era preciso mudar a forma de atuação dos militantes do movimento estudantil e, ao mesmo tempo, levar um outro ator para universidade: aqueles que têm o acesso à universidade pública obstruído por suas condições sociais e formação precária. A inserção desses novos personagens permitiria não só modificar o perfil do movimento estudantil e do meio universitário como também disputar espaço nestes ambientes e na própria sociedade. Para isso era necessário o fortalecimento da prática de se criar Pré-Vestibulares semelhantes ao do DCE-UNICAMP nos *campi* universitários espalhados pelo país (CASTRO, 2005, p. 8).

Sobressai, na citação anterior, um outro “modelo” de cursinho para o movimento estudantil, o Cursinho do DCE da Unicamp. Posteriormente detalhar-se-á a experiência.

⁴³ Os estudos citados como referência neste texto, de Bourdieu e Passeron (2009) e Foracchi (1965), compreendem como ilusório o discurso de mobilidade social.

Interessasse, neste momento, demonstrar que os cursinhos estudados possuem, com frequência, relações diretas com grupos que disputam as entidades estudantis, sobretudo os Diretórios Centrais dos Estudantes-DCEs. Contudo, percebe-se, através da leitura das dissertações e teses, que a direção da União Nacional dos Estudantes não entrou na organização destes cursos preparatórios. Assim, a organização dos PVPs, até o período estudado, não se constituiu como interesse hegemônico da presidência da entidade. Ainda assim, mesmo não sendo uma ideia reverberada pela direção da entidade, aparece como “tese”⁴⁴ de chapas de oposição do movimento estudantil dentro dos Congressos da UNE em ações orientadoras da criação de cursos no país.

A constatação de que os grupos estudantis que organizam cursinhos sejam, em generalidade, oposição à direção da UNE pode ser um outro fator que expressa a dificuldade dos cursinhos populares estudantis unificarem-se, tal como o movimento negro realizou na ideia de Pré-vestibular para Negros e Carentes. Destacam-se duas experiências na unificação dos PVPs que se tornaram mais expressivas, exceções à maioria de iniciativas “isoladas” de PVP do movimento estudantil.

Segundo Siqueira (2011) e Castro (2011), do Cursinho do DCE da Unicamp, fundado no ano de 1995, emergiu uma nova aglutinação de Pré-Vestibulares Populares, o Movimento dos Sem Universidade. No ano 2000, com o discurso⁴⁵ de entrega de título de Doutor Honoris Causa da UNICAMP para Dom Pedro Casaldáliga, religioso católico da teologia da libertação, incentivou-se a identificação e unificação deste grupo em função da negativa de direitos, os que não têm acesso ao ensino superior. Castro

⁴⁴ Tese seria a carta programa de cada chapa que disputa o Congresso Estudantil.

⁴⁵ “Como por uma universidade estamos aqui reunidos, permitam-me um excuro sobre a Utopia na Universidade, precisamente. Porque para "outros 500", para outro Brasil, para outro Mundo, necessitamos uma política outra em todas as esferas da vida social e também, evidentemente, outra Universidade. Uma universidade que seja forja de valores e compromissos e não credencial de privilégios e subserviência de interesses; "clube de poetas" vivos e de intelectuais orgânicos; vanguarda até, mas a serviço. Rompendo o círculo vicioso em que secularmente a Universidade; no Brasil, no Mundo; vem sendo atravancada com demasiada frequência. Uma Universidade não para o sistema, mas para a vida. Não para a oligarquia, mas para o povo. Inculturada e, por isso, pluricultural; politizada e por isso militante; livre e por isso libertadora. Que o povo possa conquistar a Universidade como se conquista a terra, a moradia, a saúde, a cidadania... (Também para isso vamos ter que criar um MSU, o Movimento dos sem Universidade?). A utopia começa pela cabeça, e muitas utopias e suas realizações históricas começaram na Universidade. Queremos, pois, uma Universidade galhardamente utópica!” (CASALDÁLIGA, 2000). Disponível em: <http://msu.dominiotemporario.com/doc/FalaDPedroCasaldaliga.pdf> Acesso: Maio de 2016

(2012) relata que o Movimento dos Sem Universidade realizou manifestações em Brasília, juntamente com cursos vinculados ao movimento negro para defender cotas nas universidades públicas. O MSU também participa da política institucional, estando vinculado a Comissões da Secretaria Nacional do Ensino Superior, vinculado ao Ministério da Educação, dentre elas a Comissão de Avaliação do Programa Universidade para Todos - PROUNI. Tal movimento expandiu para outras regiões do país. O estudo de Siqueira (2011) indica a constituição de quatro grupos do MSU no estado de Minas Gerais. Válido afirmar que da divisão do Cursinho do DCE da Unicamp originou-se ainda outra experiência:

Quando seus professores saíram diplomados da universidade e seu fundador passou a dirigir uma rede dessas escolas preparatórias para vestibular dentro de movimentos mais amplos de pressão social e cultural. Atualmente, o antigo cursinho do DCE pertence a um grupo de ex-professores que o transformaram numa cooperativa intitulada Cooperativa do Saber. (SOUZA, 2009, p. 31)

Nota-se que saem da experiência do Cursinho do DCE da UNICAMP duas propostas de institucionalização distintas. Refere-se a esta ideia, mesmo que no caso do Movimento dos Sem Universidade seja expressão de ação voltada à organização política dos “sem universidade”. O termo institucionalização refere-se à criação de uma estrutura organizativa, com representantes, coordenações ou comissões. Tal proposta organizativa tem a intensão de unificar vários cursos sob uma única bandeira, pretendendo ampliar a capacidade de reivindicação dos “sem universidade”.

Diferentemente, a institucionalização de um grupo de professores em cooperados não passa, necessariamente, pela organização política dos que não têm acesso ao ensino superior. A Cooperativa do Saber seria a expressão da necessidade de ocupação no mercado de antigos estudantes-professores do cursinho que, após concluírem os estudos, necessitam superar as relações de dependência e construir carreira profissional.

Mendes (2011) pesquisa a constituição da Rede Emancipa⁴⁶, que emerge após a

⁴⁶Fundada na cidade de São Paulo em 2007, após o movimento de resgate do Cursinho da Poli, a Rede começa 2012 com 11 projetos distribuídos em escolas públicas de São Paulo. Hoje já são mais de 3 mil vagas pelo Brasil para quem quer conquistar sua vaga na Universidade. Disponível em: <http://redeemancipa.org.br/institucional/quem-somos/> Acesso: Julho de 2016.

transformação do Cursinho da Poli em projeto comercial. O “Movimento de Resgate do Cursinho da Poli” foi iniciado pela gestão do diretório Central dos Estudantes do ano de 2005-2006. Abaixo, transcreve-se a descrição sobre o movimento que pretendeu tornar o Curso da Poli popular e acabou por fundar outra experiência educativa.

Alguns professores e alunos do referido Cursinho, que questionaram esta mudança de discurso e de prática, foram demitidos (os professores) e ameaçados (os alunos), organizando-se um movimento de resgate da proposta original. Formou-se, assim, uma rede de solidariedade que, por um lado, problematizou o acesso à universidade (que tem intensificado sua seletividade e conseqüente elitização). (...)Assim, estes ex-professores e ex-alunos do Cursinho da Poli, bem como aqueles que foram do movimento estudantil neste período, têm se organizado em outros cursinhos populares pela cidade de São Paulo, culminando na fundação de uma rede de cursinhos populares, chamada Rede Emancipa (MENDES, 2011, p.10).

A Rede Emancipa possui mais de vinte e cinco cursos preparatórios populares organizados, nasce em São Paulo, mas está em constituição em outros estados do Brasil. Tornou-se, juntamente com o MSU, um curso preparatório popular dos mais expressivos organizados pelo movimento estudantil. A concepção política dos cursinhos organizados pelo movimento estudantil encontra-se expressa na ideia de “popular”. Como são experiências que, em certa medida, atuam de forma “isolada”, seria necessário aprofundar a pesquisa para direcionar um sentido compartilhado sobre as experiências.

Com base na literatura consultada, evidenciou-se dois “modelos” de cursinhos que se tornaram referência para o movimento estudantil na disseminação de cursos pré-vestibulares no país, o Cursinho da Poli, que partiu do grêmio da USP, e o Cursinho do DCE- da UNICAMP. A emergência, constituição e (re)configuração destas experiências expressam concepções dos Pré-Vestibulares Populares que são organizados pelo movimento estudantil.

A condição social de estudante, marcada pela transitoriedade na universidade e por aspirações profissionais e a busca por mobilidade social tornam-se fatores explicativos do movimento estudantil e dos Pré-Vestibulares Populares criados por estudantes-professores. A transitoriedade do estudante, no movimento estudantil e nas experiências dos cursos preparatórios, torna-se um problema para a continuação dos

Pré-Vestibulares Populares organizados pelo movimento estudantil. Desta forma, caberiam como estratégia de permanência diferentes caminhos de institucionalização das experiências.

O caráter ambíguo do estudante-professor faz com que a continuidade das experiências oscile em interesses de classes antagônicas. Saídas para o mercado apontam a descaracterização das iniciativas, na transformação destes cursos em iniciativas meramente comerciais. De maneira oposta, outras experiências procuram fortalecer a organização política, criação de “redes de cursinhos” e movimentos que organizem os “sem universidade”. Outra saída seria a institucionalização destas experiências pelo Estado, na transformação dos cursos que emergem dos setores populares em políticas governamentais.

Pré-Vestibulares Populares gratuitos como políticas de governo

Os dois grupos sociais que predominaram na criação e organização dos Cursos Pré-Vestibulares Populares no país foram o movimento negro e o movimento estudantil. Ao que parece, estaria em curso um novo agente organizador mobilizando a criação de cursos preparatórios, o Estado. Com base na produção acadêmica sobre a temática, constata-se que há um movimento de emergência e constituição de PVP como políticas públicas. Estas experiências são organizadas por universidades como extensão universitária e por governos estaduais e municipais.

Primeiramente, seria relevante apreender um pouco sobre a extensão universitária e o movimento estudantil. Segundo Gurgel (1986), no livro *Extensão universitária: Comunicação ou domesticação?*, a extensão universitária constituiu-se, no que se refere ao seu surgimento, como um instrumento de busca do movimento estudantil para disputar a concepção de universidade. Nos movimentos de Córdoba (Argentina), ainda no início do século passado, havia a constituição de uma crítica de que a universidade deveria democratizar-se. No período, as reivindicações centrais se dariam em função da estrutura organizativa da universidade, na quebra de hierarquias

eclesiais⁴⁷ e na ampliação da participação política nos espaços da universidade. Outro fator significativo seria a problematização sobre o papel da universidade frente aos não universitários. Este questionamento do papel social da universidade e dos estudantes universitários levou-os à organização do germen de extensão universitária, ações organizadas pelos estudantes, e com o tempo foi ganhando *locus* institucional na própria universidade.

No Brasil, durante a década de 1960, o problema social dos que ficam “sem estudar”⁴⁸ foi duramente criticado pelo movimento estudantil. O autor explica que de tais críticas surgiram ações como bibliotecas populares dos bairros, os Centros de Cultura Popular – CPC da UNE, o Teatro do oprimido, ações de alfabetização de adultos e várias outras iniciativas que reafirmaram a concepção da extensão universitária no Brasil. Aqui há visivelmente a preocupação com o papel político do estudante, da universidade, e de sua atuação na “formação”, “politização”, ou “conscientização” dos que não se encontram nas universidades.

Gurgel (1986) explicita, ainda nesta pesquisa, que durante o período autoritário a concepção de extensão universitária foi orientada pela perspectiva dominante do regime militar. A preocupação com as fronteiras, “integrar para não entregar”, constitui-se como marca da expressão deste período, a exemplo da experiência do Projeto Rondon. A retirada das pessoas para prestar ações de caráter assistencial em outros estados possibilitava um grau de controle do regime militar sobre a ação política dos estudantes. Durante a ditadura, as ações de caráter “mais democratizantes” ou “politizadoras” foram tolhidas de acontecer. No pós-abertura política, tendo como uma de suas expressões a Constituição de 1988, a extensão universitária ganha maior importância institucional e maior autonomia para realização de ações.

Quais as possibilidades de ampliar o acesso ao conhecimento e a participação social dos que não se encontram nas cadeiras universitárias? Pode-se dizer que essa pergunta seja representativa da intencionalidade dos movimentos estudantis nos dois

⁴⁷Na Argentina, a Igreja Católica constituía-se, no período, como referência na formação dos universitários. Neste sentido, as críticas do Movimento de Córdoba expressam o descontentamento com as estruturas hierárquicas da igreja expressas no ensino e na organização da universidade.

⁴⁸ Expressão utilizada no início deste capítulo em menção ao Centro de Cultura Popular da UNE.

períodos históricos citados e que reverbere também na organização de Cursos Pré-Vestibulares Populares. No entanto, tais cursos apresentam uma particularidade, pois encontram-se inseridos dentro da estrutura institucional das universidades. Na conjuntura dos PVPs não há a hierarquia da igreja ou do estado autoritário controlando os aspectos formativos que ocorrem dentro das ações estudantis e que, nos casos estudados, são também da universidade.

Há uma tensão e relativa autonomia na relação estudante universidade, no que se refere à construção dos projetos preparatórios para o vestibular. Vários são os grupos que cadastram as iniciativas, por motivos diversos, desde questões de uso de estrutura física à compreensão de que seria papel da universidade realizar ou apoiar tais cursos. A Rede Emancipa, citada anteriormente, possui projetos cadastrados na USP. O cadastro dos cursos não permite a retirada deles da instituição, além disso, há uma questão de reconhecimento: “A legitimação por parte da universidade pode ser verificada pelo fato de diversas destas instituições assumirem experiências de cursinhos populares desenvolvidas por seus estudantes como projetos de extensão universitária” (MENDES, p109). No caso específico desta rede, realizam ocupações simbólicas na USP, aulas pública e mantém posicionamentos contrários à reitoria, lógica improvável se fosse uma iniciativa de cunho estritamente institucional. A pesquisa sobre outro curso preparatório torna visível a relação entre movimento estudantil e universidade na realização dos cursos preparatórios:

Por ter um núcleo duro, eixo que catalisa a agregação de seus participantes, um pré-vestibular popular, e ao mesmo tempo estar institucionalizado como projeto de ensino, pesquisa e extensão pode se afirmar que estamos em um projeto de educação não formal desenvolvida no interior de uma instituição formal (OLIVEIRA, 2009, p. 84).

Oliveira (2009) expressa, em sua pesquisa, a tensão de realização do Curso Popular Práxis com concepções fundamentadas na auto-gestão dentro do espaço institucional da universidade. O curso, que surge em 2007, na cidade de Santa Maria-RS, é cadastrado institucionalmente e certifica os estudantes-professores que participam da ação com carga horária. Possui, ao mesmo tempo, uma lógica organizativa de gestão horizontalizada e espaços formativos realizados em assembleia. Sem entrar no mérito da

viabilidade ou não de autogestão em espaço institucional, avalia-se que somente o tema de investigação que problematiza os limites da “tensão” entre autogestão e institucionalidade indica, por si próprio, uma relativa autonomia na construção e formação política desse curso.

Do modo distinto, ocorrem experiências em que a gestão da extensão universitária é mais centralizada pela gestão da universidade. Camargo (2009) realiza pesquisa sobre os cursinhos populares da Unesp e, em tal estudo, apresenta-se uma novidade na produção teórica, indicando como campo e tendência a constituição destes cursos como iniciativas de ação afirmativa organizadas pelo poder público. No ano de 2008, período de coleta de dados da pesquisa mencionada, havia cerca de trinta cursinhos na Unesp. Estas iniciativas não são isoladas dentro da instituição e constituem-se como programa de extensão.

Camargo (2009) explica que ocorreu uma mudança na perspectiva de financiamento dos cursos, no ano de 2006, durante o I Seminário de Cursinhos Populares da Unesp, em que estiveram presentes representantes de vinte e três cursinhos – professores e estudantes. Uma iniciativa de captação de recursos incentivou e direcionou o caminho a ser seguido por outras experiências para resolver o problema da falta de recursos: “O Curso Unificado do Campus Araraquara (CUCA) – havia captado recursos através de diversos parceiros, a saber: Prefeituras de Araraquara e regiões e Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (EMBRAER)” (CAMARGO, 2009, p. 33). A partir deste encontro, a busca de parcerias foi priorizada nos cursinhos da Unesp.

Camargo (2009) analisa os convênios referentes a financiamentos dos cursinhos populares da Unesp. Firmado em 2001, o convênio entre a Secretaria do Ensino Superior do Estado⁴⁹ de São Paulo e a Universidade Estadual Paulista - “Júlio de Mesquita Filho” destinaria um milhão e quinhentos mil reais como investimento no Programa de Cursinhos Populares da Unesp. A autora explica que houve aumento significativo no número de vagas dos cursos oferecidos e do número de bolsas para os professores dos cursinhos populares. No entanto, houve perda da autonomia da

⁴⁹Camargo (2009), com base em documentos de jornais, indica como intencionalidade de José Serra, então governador de São Paulo, criar essa secretaria para aumentar o número de vagas nas universidades e orientar as instituições de ensino médio sobre as dificuldades que possuem os estudantes universitário.

organização dos cursos, com a padronização de material didático e metas de aprovação de estudantes. Além do convênio com o governo de São Paulo, foram realizadas parcerias com diversas instituições, inclusive bancos: “A Pró-reitora deixou claro que o interesse do banco é comercial, pois os universitários são ‘futuros correntistas’. Segundo ela o banco aproveita esse interesse para desenvolver sua ‘responsabilidade social’” (CAMARGO, 2009, p.34). A autora interpreta que os cursinhos populares da Unesp podem ser explicados por serem políticas compensatórias, focalizadas com transferências de responsabilidades do Estado para o “terceiro setor”. Reporta-se a outro estudo para explicitar a relação dos cursinhos como política pública.

Os cursinhos Pré-vestibulares, comunitários e alternativos são alternativas sociais e, às vezes, *do poder público*, de escolarização, de ações afirmativas, resultado da pressão e interação entre os diferentes atores das redes de cursinhos Pré-vestibulares, comunitários e alternativos, dos movimentos sociais, nomeadamente, dos movimentos de luta contra a discriminação racial e contra a exclusão dos processos de democratização da Educação Básica e do acesso ao Ensino Superior. Os cursinhos Pré-vestibulares, comunitários e alternativos são respostas do social e do privado no preenchimento de vazios onde o Estado não chegou e não atuou fazendo o seu papel (BRITO, 2013, p. 130, grifo meu).

Os cursinhos populares são, portanto, respostas do social frente à ausência do Estado. O grifo no trecho acima refere-se à particularidade do estudo de Brito (2013), sobre os cursinhos populares organizados pelo poder público, quanto ao Cursinho da Secretaria de Educação do Piauí. A iniciativa do Cursinho da SEED é muito significativa. Em primeiro lugar, porque se efetivou como uma política, de certa forma, permanente, com anos de duração. O autor analisa dados do curso de 2003 a 2010 e, ainda que seja uma política de governo, apresenta-se de maneira contínua ao longo desses anos. A segunda questão refere-se à quantidade de vagas oferecidas nesses cursos.

Quadro 01 - Percurso do Cursinho Popular de 2003 a 2010 por número de matrículas e número de municípios

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Matrículas	3.750	2.250	15.300	21.075	21.300	27.838	27.955	24.842	144.310

as									
Mun icípios	14	10	69	146	184	189	206	206	

Fonte: BRITO, pesquisa de doutorado, 2013, p. 205.

Brito (2013) explicita nos dados apresentados o quanto a demanda de interessados no pré-vestibular gratuito é alta. Há uma gradação crescente nos dados no número de interessados no curso. Os quase vinte e oito mil estudantes de cursinhos é expressivo, sobretudo se comparado ao número de matrículas do ensino médio. O autor cita que no ano de 2010 havia cento e oitenta mil estudantes matriculados no ensino médio no Estado do Piauí. O cursinho popular tornou-se também um programa na televisão pública do Estado, configurando-se como teleaula do cursinho popular.

Para Brito (2013), o curso seria uma oportunidade de aumento da escolarização e defende a tese de que os cursinhos populares seriam uma política afirmativa. Nesta tese, o Estado seria um “ator social” no processo e, independente da realização pelo “setor privado” ou “setor público”, os cursinhos populares seriam políticas reparatórias, um mecanismo de garantia de oportunidades. Tais cursos seriam uma política de equidade e de expansão do ensino médio.

As pesquisas realizadas por Camargo (2009) e Brito (2013) constata a construção de Pré-Vestibulares Populares como de governos, vinculados a secretarias estaduais e municipais. Se ainda são políticas de governos isolados, concorda-se com a ideia de que possa ser um novo campo de tendência para os Pré-Vestibulares Populares. Os cursos criados na década de 1990, de maneira mais expressiva pelo movimento negro e movimento estudantil, possuem significados distintos das ações realizadas pelo poder público. Uma das diferenças consiste, quando organizadas pelo movimento negro e movimento estudantil, na participação de manifestações e reivindicações de medidas de democratização do acesso ao ensino superior.

É válido dizer que em nenhuma das pesquisas consultadas no banco de dissertações e tese houve registro de cursinhos manifestado e defendendo a criação de outros cursinhos como política pública. Ao que parece, os próprios sujeitos que

organizaram os cursinhos inicialmente, movimentos negro e estudantil, não compreendam a construção de cursinhos em si como a ação que irá democratizar o acesso ao ensino superior. Desta forma, os cursinhos gratuitos emergem do próprio Estado como idealizador e realizador dessas ações. Difícil mensurar, através das pesquisas em dissertações e teses (por terem referências de coleta de dados distintas e serem construídas em tempos diferentes), a quantidade de pessoas atendidas por essas experiências. Fato é que o Estado, como foi analisado na pesquisa de Brito (2013), possui condição de atender um alto número de estudantes, por vezes maior que os agentes organizadores que os precederam na criação dessas iniciativas.

CAPÍTULO II

DESIGUALDADE, EXCLUSÃO E ESTRATÉGIAS DE (RE)INCLUSÃO: OS PRÉ-VESTIBULARES POPULARES COMO ESTRATÉGIA DE UM MODO DE VIDA DO EXCEDENTE.

Os discursos dos agentes organizadores dos Pré-Vestibulares Populares são fundamentados por ideários de justiça social movidos pela crítica à exclusão do acesso à educação superior pública. Estes diversos agentes organizadores justificam a exclusão de maneira distinta: Exclusão dos estudantes negros, pobres, da classe trabalhadora, de escolas públicas e, mais recentemente, da população LGBTT. Tais discursos sobre exclusão direcionam para um “que fazer”, a fim de incluir esses estudantes nas universidades e na sociedade. Entende-se, na intencionalidade de incluir grupos sociais que estão “fora” da universidade para “dentro” das instituições de ensino superior, que a ideia de inclusão é um pressuposto para a organização dos cursos preparatórios. Como questão orientadora deste capítulo, indaga-se: Quais seriam os mecanismos de exclusão-inclusão relacionados aos Pré-Vestibulares Populares?

A problematização que se segue pretende afastar interpretações duais que limitam a compreensão da capacidade da ação educativa dos cursos PVPs no que diz respeito às possíveis interferências destas iniciativas na modificação de relações sociais. Torna-se relevante limpar campo de possíveis simplificações apriorísticas à análise dos cursos por meras posições antagônicas. Se tais cursos não interferem em nada na modificação das relações sociais, o que justifica a adesão e o movimento crescente de organização destas iniciativas? E se são movidos por ideias tão “transformadoras”, por que não acabaram com a questão da desigualdade do acesso ao ensino superior?

Entende-se que a emergência e constituição destes cursos expressa uma dentre as possíveis estratégias de acesso ao ensino superior, sendo passível de ser interpretados em suas particularidades e correlações com os mecanismos de ingresso nas universidades e as políticas educacionais. Os agentes organizadores destes cursos mobilizam os vestibulandos para passar por fendas limitadas da estrutura social desigual relacionadas ao acesso à educação superior. Segue-se, neste capítulo, a teorização da tensão entre exclusão-inclusão para análise dos Pré-Vestibulares Populares.

A exposição do capítulo inicia com a seguinte questão: *O vestibular como*

instrumento do ocultamento dos “excedentes” e os Pré-Vestibulares como um expediente extraoficial na política educacional. A problemática apresentada compreende que os PVPs constituem-se em função das mudanças históricas no vestibular. Há mudanças aparentemente administrativas que fazem com que os cursos sejam ocultados da lista de espera e, conseqüentemente, torna-se um instrumento político para desarticular politicamente os chamados excedentes.

No segundo momento, há a realização de um *Mapeamento dos Pré Vestibulares Populares no Estado de Goiás: Histórico, concepções e objetivos dos cursos*. Tal mapeamento foi constituído com base na pesquisa documental realizada na base de dados de diretórios e motores de busca da rede de computadores. Refere-se, aqui, a uma apresentação panorâmica dessas experiências. Pretende-se evidenciar o período de criação destes cursos em função do tempo e a diversidade de cursos e agentes organizadores.

No terceiro momento, apresenta-se a tensão entre inclusão e exclusão na análise de Martins (1997) sobre a sociedade brasileira. Tem-se a intenção de apresentar as perspectivas de inclusão em que esses preparatórios estão envolvidos. O título desse item é *Desigualdade, exclusão e (re)inclusão: os pré-vestibulares populares como expressão de um modo de vida do excedente*.

No quarto momento do texto, expressa-se a questão dos excedentes nas novas formas de ingresso pelo Sistema de Seleção Unificado - SISU. Faz-se um exercício de pensar a incorporação desses estudantes no sistema de seleção mais concorrido no Estado. Apresenta-se o tópico com o título *O limite estrutural das iniciativas que não alteram o número de vagas no ensino superior*.

O vestibular como instrumento do ocultamento dos “excedentes” e os Pré-Vestibulares como um expediente extraoficial na política educacional.

Na história da educação brasileira, constata-se um processo de naturalização de uma ideia como necessidade, a realização de um concurso como o “vestibular” como

mecanismo de ingresso e distribuição das vagas do ensino superior. Compreende-se que o vestibular e os critérios de seleção do concurso ocultam os “excedentes” das universidades, ou seja, a quantidade de estudantes que se encontram privados do acesso à educação superior pública. Dessa forma, faz sentido retornar a elementos históricos constitutivos do processo seletivo no Brasil que permitem desvelar essa ideia. Para tanto, é relevante dizer que o vestibular nem sempre existiu dentro da política educacional brasileira. Sendo assim, é significativo buscar compreender quais justificativas foram utilizadas para implantá-lo e mantê-lo como expediente legal do acesso à educação superior. Consequentemente, após localizar o vestibular, é possível identificar os pré-vestibulares como mecanismo extraoficial da política educacional brasileira.

Para Cunha (1982), o vestibular foi criado como mecanismo de contenção da expansão do ensino superior no Brasil. Segundo o autor, no ano de 1911, criava-se, sob a justificativa de “manter a qualidade” das escolas superiores de medicina, direito e engenharia do Rio de Janeiro, as provas de seleção para ingresso nestas faculdades isoladas. O discurso do período era de que, se mantidos cinquenta por cento de reprovados, a qualidade destes cursos seria mantida via instrumento de seleção dos ingressantes: “Os exames vestibulares pretendiam, diante dessa situação, recompor a qualidade do ensino pela exclusão dos candidatos menos capazes de estudos superiores, por não disporem dos conhecimentos prévios supostos como o mínimo necessário” (CUNHA, 1982, p. 2). Nota-se, no discurso da época, que o autor cita para realizar a crítica, que a “exclusão dos incapazes” é que asseguraria a qualidade dos cursos.

No período analisado por Cunha (1982), somente a escola Dom Pedro II podia preparar os estudantes para ingresso nos cursos superiores. Pouco após iniciarem os exames, foi aberto para a educação privada a condição de preparar alunos para a seleção. Consequentemente, as escolas privadas cresceram neste período em função da preparação dos candidatos para a realização de provas. Ressalta-se que somente ingressavam nessas universidades os estudantes que obtivessem as notas mais altas. Para o autor, o argumento da seleção para manutenção da qualidade do ensino é pendular, isto é, vai e volta na história da educação brasileira, e esconde as

discriminações sociais e os mecanismos ideológicos de ascensão social.

Em outro texto, Cunha (2003) apresenta as normatizações da criação do vestibular. O Decreto 8.659 de 05 de abril de 1911, que ficou conhecido como Reforma Rivadávia Correa, inventara a seleção. Neste decreto de criação, a seleção de ingresso foi nomeada de *exame de admissão*. O decreto de quatro anos depois, em 18 de março de 1915, conhecido como Reforma Carlos Maximiliano, mudou o nome para *vestibular*. Além da nomenclatura, havia uma preocupação com critérios de ingresso nas instituições.

O decreto de 1915 exigia que o exame fosse rigoroso (e para isso previa a presença de um fiscal, mas tal rigor teria maior eficácia justamente porque incidia sobre os candidatos que já dispunham de certificação da posse de conhecimentos supostos como o mínimo necessário para a admissão em um curso superior (CUNHA, 2003, p. 161).

Para Cunha (2003), durante a reforma Carlos Maximiliano houve uma tentativa de estipular critérios mais rígidos para ingresso no ensino superior. Contudo, tal processo não conteve a expansão do ensino. Desde essa época a elite nacional já pretendia a conquista do título universitário como um mecanismo de prestígio e seleção das oportunidades sociais. Dez anos depois do decreto que nomeia de *vestibular*, foi criada uma medida que tentava restringir ainda mais os critérios da avaliação. Instituída pelo Decreto 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, conhecida como reforma Rocha Vaz:

O caráter seletivo/discriminatório dos exames vestibulares foi intensificado, mediante a adoção do critério *números clausus*. Pelo regime até então vigente, não havia limites numéricos para admissão em uma faculdade qualquer. *Todos os estudantes que fossem aprovados teriam direito a matrícula. A reforma de 1925 estabelecia o dever do diretor de cada faculdade de fixar o número de vagas de cada ano.* Em consequência os estudantes aprovados eram matriculados por ordem de classificação, até estarem completadas as vagas. Os demais não teriam direito a matrícula nem nos anos seguintes, a menos que, novamente examinados, obtivessem classificação favorável. O objetivo manifesto dessa medida era dar maior eficiência ao ensino pela diminuição do número de estudantes em certos cursos e conduzir os estudantes para os cursos menos procurados, em que havia vagas não preenchidas (CUNHA, 2003, p. 161) (grifo meu).

Nota-se, aqui, que o vestibular é redimensionado de modo a atender à demanda

das instituições em preencher as vagas ociosas. Em decorrência disso, não bastava mais ter uma nota mínima considerada satisfatória para ingresso nos cursos universitários. Cabe enfatizar que, a partir deste período, a prova começa a ser o instrumento de hierarquização e seleção dos cursos mais disputados pela elite. Dessa concorrência na disputa da vaga e da classificação geram-se os *excedentes* das universidades. No entanto, o acesso à educação secundária era limitado e o número maior de pessoas era barrado ou nas séries iniciais ou na distinção que havia entre cursos profissionais e secundários, pois somente os segundos teriam um diploma aceito para disputar a vaga no ensino superior:

Quando do retorno de Vargas à presidência (1950-54), foram tomadas medidas no Estado no sentido de produzir a equivalência dos cursos profissionais ao secundário, para efeito de progressão no sistema escolar. Tais medidas foram ampliadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, garantindo a plena equivalência de todos os cursos de grau médio, assegurada pela presença nos cursos técnicos de disciplinas do secundário (CUNHA, 2003, p. 161).

Desse modo, houve uma mudança substantiva na perspectiva de formação do que compreendemos atualmente como ensino médio. Antes das medidas do governo Vargas, a formação profissionalizante direcionava somente ao trabalho e a secundária era um preparatório para a carreira superior, portanto, um degrau para a progressão para a universidade. Por sua vez, os trabalhadores, por uma questão de necessidade de sobrevivência, escolhiam a formação profissional, restringindo a possibilidade de continuidade da formação superior. Para Cunha (2003), sobretudo após a LDB de 1961, tal equivalência entre ensino profissionalizante e ensino secundário, juntamente com uma expansão da escolarização, fez com que aumentasse a demanda por cursos superiores

Um fator relevante a ser problematizado sobre a década de 1960 é que o número de pessoas que concluía o então ensino secundário era baixo, pois o Brasil possuía parte significativa da população sem acesso ao mundo letrado. Com a centralidade do “problema educacional” sendo a questão do analfabetismo, o acesso à universidade era de certa forma secundarizada. Segundo dados do Censo Demográfico do IBGE,

sistematizado em pesquisa do INEP intitulada *Mapa do Analfabetismo no Brasil*⁵⁰, o índice de analfabetismo de pessoas acima de 15 anos era de 37,9%. Este cenário pode ser observado na sistematização das pautas e posições políticas dos encontros da UNE:

Nas Cartas de 1962 e de 1963, apesar da diversidade de reivindicações e de opiniões, a plataforma de reivindicação estava formada pelos seguintes pontos relevantes: *prioridade das instituições públicas sobre as privadas*, por serem aquelas gratuitas e permitirem a convivência democrática de opiniões conflitantes; *supressão dos exames vestibulares*, vistos como barreiras discriminatórias em termos econômicos; abandono da exigência do tempo integral para os estudantes, pois a realidade brasileira estava a exigir sua participação social mais fora da universidade do que dentro dela, em especial na alfabetização do povo; um terço dos membros dos colegiados universitários com direito a voto para os estudantes; participação estudantil nas comissões de admissão e promoção de docentes; desistência da reivindicação de autonomia universitária entendida, agora, como perigosa para democratização da instituição. Em sintonia com a plataforma anterior, defendia-se a escolha dos reitores das universidades públicas pelo conselho universitário, cabendo ao governo apenas a nomeação dos eleitos. (CUNHA, 2003, p. 177) (grifo meu)

Nosella (2002), em seus estudos sobre a década de 1960, indica que a bandeira de luta “por mais vagas nas universidades” e “verba pública para o ensino público” também era pauta dos movimentos estudantis. Como resposta às pressões por vagas, ocorreu, neste período, uma expansão⁵¹ do ensino superior via abertura para as instituições privadas de ensino. Essa abertura foi concessão dos *governos populistas*⁵² e, depois, da ditadura militar. A quantidade de vagas aumentava, mas não acompanhava a qualidade do ensino. Conseqüentemente, em decorrência da disparidade na qualidade do ensino, começa a haver diplomas com “valores variáveis”, em função do prestígio do curso e da universidade de origem. As certificações para uma mesma formação passam a ser apropriados de modo distinto pelas regras de mercado.

Sobre os esforços institucionais da ampliação de vagas, Nosella (2002) explica que a LDB de 1961 garantia como critério de ingresso ao ensino superior o diploma de

⁵⁰ Disponível em: file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/analfabetismo2003.pdf. Acesso: Agosto de 2016.

⁵¹ A relação entre expansão do ensino superior e privatização da educação superior será tratada posteriormente.

⁵² O conceito de populismo foi muito utilizado para interpretação da realidade Brasileira antes do golpe de 1964. Com o golpe haveria mudanças, relações de modernização econômica e social, que levariam ao colapso das práticas populistas no Estado. A esse respeito ver: IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

conclusão do Ensino Médio. Tal mecanismo foi proposto por Jorge Amado, então deputado federal pelo Partido Comunista, sob apoio e assessoria de Paschoal Lemme. Na avaliação do autor, tal medida seria democratizante do acesso à educação superior no Brasil. No entanto, foi impedida na prática, pois o vestibular e os cursinhos privados se mantiveram ativos como instrumentos de diferenciação social e manutenção dos privilégios.

Braghini (2014), ao retomar como tema de investigação a história dos estudantes “excedentes” na década de 1960, analisa em pesquisa recente o fato do crescimento de matrículas nas universidades. Ocorria uma superlotação das instituições de educação superior na Europa, a exemplo da França⁵³, e também no Brasil. Evidentemente que tais processos ocorriam com dimensões próprias e particularidades. Desse modo, analisa o caso brasileiro de inchaço das universidades:

No Brasil no final dos anos 1960 foi possível detectar a questão da superlotação universitária como um fenômeno escolar, a partir da história dos “excedentes”. *Excedentes eram os candidatos que obtinham a média nos vestibulares, mas não conseguiam se matricular nas escolas de nível superior, pois o número de aprovados extrapolava ao número de vagas disponíveis.* Não raro, nos anos 1960, as manifestações juvenis tocavam nesse assunto e parte das reivindicações estudantis daquele período estava diretamente relacionada a esse “ponto de estrangulamento” na trajetória escolar dos estudantes brasileiros: havia jovens buscando o ensino superior, eles atingiam as médias pedidas nos vestibulares e, ao final, por conta da insuficiência de postos universitários, não assumiam a vaga requerida (BRAGHINI, 2014, p. 125) (grifo meu)

Segundo o autor, os excedentes do vestibular ficavam em listas de espera e, por isso, se mobilizavam. Havia uma característica própria do vestibular na década de 1960, era um *exame*, formado por notas e conceitos que o estudante deveria alcançar. Com o número crescente de estudantes aprovados, diga-se de passagem, mais estudantes aprovados do que matrículas ofertadas, houveram manifestações dos excedentes que reivindicavam o acesso à vaga e o direito à educação superior. O nome na lista dos aprovados garantia a legitimidade da reivindicação da educação como um direito social. Devido ao fator dos excedentes, a pauta de “mais vagas” constituiu-se como bandeira do

⁵³ As mudanças nas expectativas das aspirações dos jovens na França frente ampliação do acesso aos cursos superiores foi estudado por Bourdieu e Passeron (2015), no livro *Os Herdeiros*.

movimento estudantil. A ditadura militar, com o discurso de que o ensino superior custava muito, defendia a “expansão com contensão”. No período autoritário, uma das mudanças implementadas foi a adoção de novos critérios para o vestibular. De *exame* passou a *concurso*, questão que fez com que o mecanismo avaliativo não fosse mais a obtenção de nota mínima necessária para aprovação na prova. O concurso vestibular consolidou-se como classificatório, processo em curso desde 1925, na reforma Rocha Vaz. Assim, as maiores notas têm direito às vagas em função do número de matrículas disponibilizadas previamente. O fato novo é que deste momento em diante não há mais uma lista de excedentes. Deste modo, entende-se que tais mudanças nos critérios de seleção do vestibular tiveram ao menos três consequências que atrapalharam a efetivação da educação superior como direito no Brasil:

O fato de se ter mudado o formato do vestibular não solucionou a falta de vagas nos cursos superiores, mas fez desaparecer o fenômeno dos excedentes, índice que definia de forma muito evidente o desamparo de um grande contingente de jovens que viam na escolarização uma possibilidade de trajetória de vida (BRAGHINI, 2014, p.137) (grifo meu).

A primeira, é que a mudança no critério do vestibular, que estabeleceu a lógica de classificação do concurso, realizou o ocultamento dos excedentes do vestibular. Neste sentido, a mudança somente na aparência apresenta-se como meramente administrativa. Com base em Gramsci (2001), em especial no texto *Americanismo e Fordismo*, pode-se afirmar que toda gestão é política. Retirar a lista dos excedentes do vestibular tem implicações práticas e políticas: torna hegemônica uma visão de mundo dominante que oculta a lista de excedentes do vestibular e, conseqüentemente, desmobiliza um grupo social de pressão que reivindicava mais vagas no ensino superior.

A segunda consequência possui implicações no pensamento e na prática social. Refere-se à naturalização da escassez de vagas e da adoção do critério classificatório, via concurso público, como “único” mecanismo possível de distribuição das poucas vagas no ensino superior. Neste ponto, naturaliza-se o “sistema de classificação” – que era, inicialmente, uma forma de resolver um problema institucional da escassez de vagas – e hierarquização de cursos de mais prestígio como sendo o único caminho. Não se discute mais como questão central, mesmo com o discurso da seleção assegurar a

qualidade da educação, a necessidade de nota ou currículo mínimo necessário para aprovação na prova. O sistema classificatório do concurso passa a ser naturalizado. Além disso, a retirada da lista de espera corroborou para o arrefecimento organizativo dos *sem universidade*.

A terceira consequência é a institucionalização, no sentido sociológico do termo, de uma prática educacional extraoficial. O concurso vestibular é determinante para a consolidação da educação privada e dos cursos preparatórios pré-vestibulares comerciais. Os pré-vestibulares existem no Brasil como uma prática que não possui, institucionalmente, nenhuma normatização específica nas políticas educacionais. Assim, não há mecanismos legais que os instituam, regulem e fiscalizem seu funcionamento. Em função da envergadura social que possuem e da capacidade de mobilizar pessoas, pode se dizer que estes espaços funcionem pela ausência ou omissão do Estado. Expedientes, de certa forma clandestinos, que foram desconsiderados historicamente no sistema nacional de educação. São, portanto, desde a sua origem, práticas e expedientes extraoficiais. Deste modo, entende-se que a consolidação dos pré-vestibulares representa uma *crise institucional*⁵⁴ do sistema educacional brasileiro, conforme conceito de Mills (1975).

A crítica de Nosella (2002), a respeito do fato dos cursinhos pré-vestibulares serem esquecidos na LDB de 1996, enfatiza não só a questão da legalidade. O autor coloca em “xeque” a legitimidade das experiências privadas de educação. Os pré-vestibulares seriam como “filhos ilegítimos” do vestibular e reverberariam a lógica de desigualdade no sistema educacional brasileiro. As escolas privadas, ao venderem os cursos preparatórios para o vestibular, reproduzem a conciliação conservadora no sistema nacional de educação.

O binômio cursinho-vestibular era (e é) o instrumento de triagem do capital cultural da juventude que aspira à universidade. Portanto, representou (e representa) um sistema escolar que, extralegalmente, “satisfez” os sonhos de todos por um diploma superior e correspondeu à decisão dos governos de gastar cada vez menos com educação. Em outras palavras, o binômio extralegal cursinho vestibular traduziu, para o âmbito da educação, a política de conciliação conservadora nacional. Foi como se o Brasil declarasse: o país

⁵⁴ Ver capítulo 1, no item *A imaginação sociológica: a preocupação sobre o acesso à educação superior*.

é grande, nele podem conviver pobres escolas do faz-de-conta e outras que adotam modelos pedagógicos arrojados, instituições universitárias modestas e universidades de excelência, vestibulares altamente competitivos e outros ilusórios (NOSELLA, 2002, p. 106).

Concorda-se com a ideia de que a relação cursinho vestibular alimenta um sistema duplo na educação superior brasileira. De um lado, a formação de um grupo privilegiado que sai do ensino médio privado e que migra para o ensino superior público e de qualidade – válido dizer que esta excelência atende poucos. De outro, os que estão marcados pela situação de privação como uma prática educacional saem das escolas públicas e entram nas faculdades privadas, educação para que se massifica na precariedade e não se configura como direito social.

Pode-se afirmar que não há um consenso, no campo acadêmico, de uma proposta de acesso ao ensino superior que seja mais adequada que o tradicional exame vestibular. No entanto, assegura-se que, ao menos dentro de um campo crítico⁵⁵, há um acordo interpretativo mínimo que analisa este exame como um instrumento que corrobora para a manutenção das desigualdades sociais. É evidente que abrir espaço para as críticas a esse sistema não pode ser um retorno aos privilégios aristocráticos como mecanismos de distribuição das oportunidades sociais. Nem por isso devemos naturalizar o vestibular como o único mecanismo capaz de assegurar qualidade da educação ou mesmo de assegurar as oportunidades sociais do direito à educação.

Lógicas alternativas e reformas nos processos de ingresso ao ensino superior vêm sendo discutidas nas últimas décadas. Sem pretender esgotar a discussão, aponta-se alguma das possíveis saídas para a democratização do acesso à educação superior. A alternativa indicada por Nosella (2002) são modificações nas seleções, a criação de novas formas de acesso à universidade, a fim de acabar com os cursinhos pré-vestibulares.

O debate atual sobre a qualidade do ensino e avaliação aponta para a necessidade de implodir o sistema cursinho-vestibular. Mas, como implodí-lo, sem ameaçar a qualidade dos bons cursos? Afinal, o vestibular, a sua maneira, contribuiu para a preservação de alguma qualidade do ensino e da pesquisa nas mais importantes universidades brasileiras e, nesse sentido,

⁵⁵Bourdieu e Passeron (2015), Cunha (1982, 2003), Nosella (2002) dentre outros.

podemos considerá-lo um mal menor (NOSELLA, 2002, p. 106).

Seria necessário ou possível acabar com os pré-vestibulares? Se os cursos preparatórios privados corroboram para a privatização da educação, pode-se concordar rapidamente com o argumento que acabar com tais cursos pode contribuir para a democratização do acesso ao ensino superior. No entanto, como defender a imposição dos preparatórios e a manutenção do vestibular? O binômio cursinho e pré-vestibular constitui-se como relações intrínsecas: os pré-vestibulares são consequências dos sistemas do concurso público vestibular. Na proposta de Nossela (2002), haveria de se flexibilizar a seleção dos estudantes a fim de diminuir a importância dos cursos preparatórios: “Nós acreditamos que um programa comum e introdutório de estudos possa ser para os jovens calouros uma oportunidade cultural ímpar de aproximação entre os valores da filosofia humanista e os da ciência e tecnologia” (NOSELLA, 2002, p. 108). Em um sistema que ingressasse mais estudantes dentro das universidades, diminuindo os excedentes, permitir-se-ia a formação introdutória antes da escolha da formação acadêmica, e a prorrogação da seleção.

O pêndulo do discurso sobre a importância da seleção para a manutenção da qualidade parece tender a retornar, como nos alerta Cunha (1982). Até mesmo em perspectivas críticas pode-se cair no argumento naturalizador do vestibular como um “mal menor”. Cunha (2003) sinaliza neste texto discussões sobre a antecipação dos critérios de seleção, a fim de que os candidatos pudessem ser avaliados durante o ensino médio.

Depois que a LDB-96 deixou de mencionar os exames vestibulares, ao contrário de toda legislação anterior desde 1910, ganharam força os projetos de lei destinados a fazer com que o desempenho dos alunos do ensino médio passe a ser determinante no processo de seleção dos candidatos aos cursos superiores (CUNHA, 2003, p. 200).

Além do projeto de lei de flexibilização das provas, estão em curso iniciativas de cursos preparatórios para o vestibular gratuitos. Válido enfatizar que não são somente as iniciativas de perspectiva privada que preparam cursos pré-universitários. Os movimentos populares, desde a década de 1990 têm se dedicado à criação de cursos

gratuitos e a organizar alternativas para preparar os estudantes excluídos dos processos seletivos das universidades públicas.

Retoma-se ao artigo 81 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB 9.394/1996) ⁵⁶ para averiguar as brechas legais para a criação de cursos preparatórios: “É permitida a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais, desde que obedecidas as disposições desta Lei” (BRASIL, 1996). Os cursos pré-vestibulares seriam ações experimentais? Mesmo com a quantidade de estudantes que atendem, com a temporalidade de mais de um século, na educação brasileira? A crítica da lógica vestibular e pré-vestibulares privados pode ser vista no esforço de agentes organizadores dos cursos Pré-Vestibulares Populares.

Mesmo sendo uma prática social desconsiderada pelas políticas educacionais, entende-se que os pré-vestibulares são um dos condicionantes para o acesso ao ensino superior. São uma dentre as estratégias possíveis para as diferentes classes sociais, o cursinho privado para os que podem pagar e o cursinho popular para os que não podem pagar um curso preparatório para o vestibular. No entanto, qual o percentual dos estudantes matriculados nas Universidades Federais que utilizaram dos cursinhos populares como estratégia de ingresso ao ensino superior público? Haveria algum critério para mensurar a importância destes cursos estatisticamente?

Uma pesquisa recente realizada com estudantes universitários traz dados empíricos significativos que permitem a problematização do grau de efetividade dessas iniciativas como estratégia de acesso às universidades federais, seja para os pré-vestibulares comerciais, seja para os Pré-Vestibulares Populares. A *IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras*⁵⁷, realizada pelo Centro de Pesquisas

⁵⁶ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso: Agosto de 2016.

⁵⁷ Disponível em: http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Pesquisa-perfil-discente_ANDIFES.pdf Acesso em Agosto de 2016.

Econômico-sociais – CEPES, órgão vinculado à Universidade Federal de Uberlândia-UFU, foi realizada por solicitação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - FONAPRA-CE e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de ensino –ANDIFES. Com essa pesquisa de perfil, os dirigentes das instituições de ensino têm condições de avaliar e traçar políticas para a educação superior no Brasil e para cada universidade envolvida em particular.

de	Frequentou cursinho antes	Faixa do ano de ingresso na IFES				Total
		2009 ou menos	Mais de 2009 a		2015	
ingressar na IFES	2009 ou menos		a 2011	a 2013		2015
Cursinho não governamental	Freq.	5.340	12.428	16.385	9.407	43.560
	% (L)	12,26	28,53	37,61	21,59	100
	%(C)	5,15	4,85	4,61	4,19	4,64
Cursinho Governamental	Freq.	4.164	15.341	24.234	14.619	58.358
	% (L)	7,13	26,29	41,53	25,05	100
	%(C)	4,01	5,99	6,82	6,52	6,21
Cursinho particular	Freq.	52.515	100.806	119.048	67.010	339.378
	% (L)	15,47	29,7	35,08	19,74	100
	%(C)	50,63	39,37	33,48	29,88	36,12
Não	Freq.	41.696	127.479	195.895	133.238	498.307
	% (L)	8,37	25,58	39,31	26,74	100
	%(C)	40,2	49,79	55,09	59,41	53,03
Total	Freq.	103.715	256.054	355.562	224.273	939.604
	% (L)	11,04	27,25	37,84	23,87	100
	%(C)	100	100	100	100	100

Fonte: (CEPES/UFU, 2016).

Sobre essa pesquisa, publicada em julho de 2016, é relevante apresentar que tinha como objetivo a coleta de dados do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes. Os dados foram obtidos dentre o período de novembro de 2014 até fevereiro de 2015 e participaram da pesquisa 62 das 64 Instituições Federais de Ensino Superior -

IFES. Dentre o universo de 939.634 estudantes dessas instituições, obteve-se uma amostragem de 130.959 estudantes, ou seja, amostra significativa que englobou cerca de 14% do universo analisado. O instrumento de coleta de dados efetivou-se pela internet a partir da adesão dos estudantes, sendo, desta forma, um mecanismo de “auto seleção”⁵⁸. Para nosso estudo específico sobre os pré-vestibulares, destaca-se a parte da pesquisa referente ao número de estudantes que realizaram cursinhos.

Os cursos preparatórios para o ingresso nas universidades são uma realidade do sistema educacional brasileiro, sobretudo no que se refere à disputa das instituições mais concorridas, as Universidades Federais, pois possuem ensino gratuito e maior prestígio social. Transcreve-se análise do centro de pesquisa sobre a tabela elaborada:

A tabela permite analisar a proporção dos graduandos que fizeram algum tipo de cursinho antes do ingresso na IFES, de acordo com a faixa de ingresso. Na análise da última coluna, percebe-se que, em média, independentemente da faixa de ano de ingresso, 4,64 % dos graduandos frequentaram algum cursinho não governamental antes do ingresso na IFES; 6,21% frequentaram cursinho governamental; 36,12% frequentaram cursinho particular e 53% não frequentaram cursinho (CEPES/UFU, 2016, p. 134).

Os cursinhos, sejam privados ou populares, constituem-se como uma estratégia de acesso à educação superior de 47% dos estudantes universitários da IFES. Nota-se que os argumentos teóricos apresentados de que os pré-vestibulares privados corroboram para as desigualdades sociais e a manutenção dos privilégios tem uma expressiva correspondência numérica. Os que podem pagar têm como estratégia de reprodução de classe a realização de cursos preparatórios privados. Os dados evidenciam que, apesar da diminuição de percentagem, ainda representam 36% dos estudantes matriculados nas universidades públicas do país. Evidencia-se também que a iniciativa, aparentemente isolada, de cursos gratuitos ofertados por diferentes agentes organizadores são também uma estratégia de classe dos que não podem pagar um curso preparatório, totalizam, se agrupadas, cerca de 11% dos que estão matriculados no

⁵⁸ Na estatística tradicional, há uma pressuposição da aleatoriedade como mecanismo de não sugerir a amostra. Nesta pesquisa, em particular, há uma justificativa referente aos custos da pesquisa que inviabilizaria a realização no modo não aleatório. Vista essa limitação prática, há nos resultados da pesquisa um “caderno metodológico” que reconstitui a historicidade do processo de coleta de dados e uma teorização sobre uma “razoável convergência” no resultado entre a “amostra aleatória” e a “não aleatória”, no caso da pesquisa realizada.

ensino superior.

Quando se consideram as faixas de ano de ingresso, essas proporções apresentam certa heterogeneidade. Neste caso, é possível visualizar que há uma tendência geral de diminuição da frequência em cursinhos. A categoria “Não frequentou cursinho” corresponde a 40,2% dentre os que ingressaram em 2009 ou menos e chega a 59,41% entre os que ingressaram em “mais de 2013 a 2015”. Novamente, este resultado pode estar associado às políticas de democratização do acesso às vagas das IFES, como a adoção crescente do ENEM como critério de seleção a partir de 2009 e a entrada em vigor da Lei de Cotas a partir de 2013. O único tipo de cursinho em que a frequência não cai sistematicamente e até apresenta uma elevação entre os graduandos ao longo das faixas de ingresso é o cursinho tipo governamental, que foi frequentado por 6,52% dos graduandos que ingressaram na última faixa de ingresso “mais de 2013 a 2015” enquanto a média esperada seria 6,21% (CEPES/UFU, 2016, p. 134).

As mudanças no tradicional exame vestibular têm tido implicação na diminuição de estudantes que fazem cursos preparatórios privados. A análise do centro de pesquisa indica que tal fato está vinculado à adesão de várias universidades ao ENEM e às políticas de cotas que se consolidaram em todas as universidades públicas a partir de lei de 2013. Tais questões relacionadas às políticas de acesso ao ensino superior serão melhor abordadas posteriormente. Conclui-se que as mudanças nos mecanismos de acesso à educação superior têm implicações diretas sobre os pré-vestibulares, sejam comerciais ou populares. Constata-se, também, que a ideia de um conteúdo mínimo necessário, ao ser substituída pelo critério de classificação do concurso, ocultou os excedentes do vestibular. Os cursinhos populares, em sua diversidade de experiências e agentes organizadores, evidenciam a possibilidade interpretativa dos excedentes. Na prática, os preparatórios populares configuram-se como uma das possíveis estratégias de acesso de classe para ingressar à educação superior, uma alternativa para os que não podem pagar por um curso preparatório. Cabe demarcar a importância de desnaturalizar uma concepção cristalizada de vestibular como a única alternativa para acesso à educação superior, pois as políticas em curso indicam algumas variações do concurso. Resta saber qual o grau de mudanças que essas políticas realizam com os chamados excedentes do ensino superior.

Mapeamento dos Pré-Vestibulares Populares no Estado de Goiás: Histórico,

concepções e objetivos dos cursos

Em Goiás, os Pré-vestibulares Populares - PVPs começam a se constituir no final da década de 1990 e se apresentam como fenômeno em tendência de crescimento do número de iniciativas. Tais experiências são organizadas por diversos grupos sociais: movimentos estudantis, movimentos negros, movimentos LGBTTs, organizações não governamentais e apresentam como elemento comum o fato de serem propostos e desenvolvidos por estudantes e professores da educação básica ou de universidades.

Classificamos os Pré-Vestibulares Populares pelos vínculos com as instituições de educação, secretarias da educação responsáveis pela educação básica, universidades e prefeituras. Por enquanto, tal artifício é meramente analítico e a leitura desta sistematização somente pelas tabelas apresentadas neste texto pode conferir maior grau de institucionalização das experiências do que há na realidade. As experiências dos PVPs em Goiás muitas vezes funcionam em espaços físicos de escolas e universidades que foram cedidos, mas não possuem um vínculo institucional com a realização do curso. De maneira oposta, outras experiências são realizadas sob orientação, gestão e financiamento das instituições públicas às quais se encontram vinculadas. Este é um fator determinante e sempre que apareceram nos documentos foram registrados. Neste sentido, pode-se se dizer que há uma tendência de que os pré-vestibulares sejam realizados como política de governos estaduais e municipais.

Como critério de análise dos documentos, utilizou-se a noção de cursinhos populares como cursos gratuitos ou sem fins lucrativos que apresentam um discurso de oportunizar acesso ao ensino superior.

Quadro 02- Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores vinculados ou com parceria com a Universidade Federal de Goiás

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG	Período de Vigência
Curso Pré-Vestibular Comunitário CPVC-DCE/UFG (Goiânia)	1999-2001
Pré-Vestibular Atitude (Jataí)	2002-2016
Pré-Vestibular Popular Comunidade Faz Arte (Goiânia)	2005-2016
Curso Intensivo Pré-Vestibular Alternativo (Catalão)	2010-2012

Cursinho Popular Dirce Machado (Aparecida de Goiânia)	2012-2016
Cursinho no Assentamento do MST	2015
Cursinho Federal de Goiás (Goiânia)	2016
Cursinho Prepara Trans (Goiânia)	2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

Conforme dados levantados, a Universidade Federal de Goiás - UFG conta com sete experiências de PVP no período de 1999 a 2016, sendo que cinco dessas permanecem em funcionamento. O primeiro pré-vestibular do Estado, o Pré-Vestibular Comunitário CPVC-DCE/UFG, foi organizado em Goiânia pelo movimento estudantil na UFG e funcionou por curto período, entre 1999 e 2001. No banco de dados da rede de computadores, o cursinho aparece nos Currículos Vitae dos professores que trabalharam no projeto, o que nos permitiu a determinação do tempo de duração do curso.

Contribui também como recurso de análise da caracterização do curso um material didático de ensino de Direito. No manual intitulado *Consolidação das leis de trabalho comentada*⁵⁹, o CPVC DCF/UFG aparece como exemplo do que não configuraria relação empregatícia⁶⁰. O Diretório Central dos Estudantes da UFG sofreu processos trabalhistas, dentre eles por alguns professores que atuaram no curso preparatório para o vestibular. Em função das dificuldades da entidade estudantil, o curso foi fechado com apenas três anos de duração.

O Pré-Vestibular Atitude, da UFG - Regional Jataí, tem quatorze anos de existência. A ideia de seu surgimento tem influência de pré-vestibulares no Estado de São Paulo. O professor do curso de Agronomia que coordena a iniciativa narra em entrevista⁶¹ concedida ao jornal da UFG os seus motivos pessoais para a realização do

⁵⁹ Disponível em: [http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/codigos/clt/Prunes CLT comentada %202006.pdf](http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/codigos/clt/Prunes%20CLT%20comentada%202006.pdf)
Acesso: Junho de 2016.

⁶⁰ Não configura relação de emprego a participação de estudante universitário em projeto filantrópico. "Curso Pré-Vestibular Comunitário. CPVC-DCE/UFG". Desenvolvido pelo DCE/UFG, entidade estudantil a que pertence. Isso porque além de tal relação de trabalho ser desprovida dos elementos no art. 3º da CLT, a Lei nº 6.494, de 7.12.77, que regula os estágios de estudantes assim dispõe. TRT da 18ª Região (Goiás), RO 1805/2001, 18.09.2001, Rel. Juiz José Luiz Rosa. (PRUNES, p. 268)

⁶¹ Disponível em: <https://www.jatai.ufg.br/n/40713-me-emociono-por-saber-que-possibilito-aos-alunos-da-ufg-transformar-a-vida-de-pessoas-desconhecidas-diz-docente-responsavel-pelo-cursinho-atitude>.

curso:

Aos 18 anos participei de um cursinho voltado à comunidade carente em Ilha Solteira (São Paulo). Isso fez com que eu e mais 15 pessoas passássemos no vestibular. Depois de aprovado no vestibular, me propus a devolver à sociedade o que recebi e em 2002 iniciei as atividades do Cursinho Atitude. Desde então, tenho retribuído e contribuído com a formação de muitos alunos. Assim eles podem conhecer o poder transformador da educação e do voluntariado. Acho isso importante para a formação humanitária dos nossos universitários.

No início do Cursinho Atitude havia aulas somente de Biologia. Posteriormente, a ação cadastrada na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC começou a contar com apoio de pessoas dos cursos de licenciatura. Na matéria⁶² do jornal da UFG, no ano de 2012, em que o curso completava dez anos, foi relatado que o cursinho funciona com apoio de voluntários, os quais são ex-alunos do Atitude.

O Cursinho Pré-Vestibular Popular Comunidade FazArte surge como iniciativa de moradores próximos ao campus samambaia. No ano de 2005 funcionou na sede do Projeto Comunidade FazArte, o qual contava com apoio financeiro da Lei de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Goiânia. Neste centro de cultura havia aulas de violão, capoeira, rádio livre e demais atividades, dentre elas o pré-vestibular.

No ano de 2006, estudantes da UFG que eram moradores do bairro próximo a universidade realizaram reuniões para a reorganização do pré-vestibular. No ano de 2007 iniciou-se o cursinho popular como projeto de extensão universitária da UFG na Escola Estadual Waldemar Mundim, escola pública próxima ao campus da UFG, em Goiânia. Em 2009, começou a funcionar na universidade e, neste percurso, o projeto foi desenvolvido em várias unidades acadêmicas: Faculdade de Ciências Sociais, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Colégio de Aplicação da UFG, e no ano de 2016 na Faculdade de Educação da UFG. Em relação às questões políticas e pedagógicas o grupo, apresenta-se na afirmação das concepções da educação popular e nas críticas às ideias de voluntariado dos cursinhos Pré-Vestibulares Populares. Na carta de princípios, aprovada em assembleia no dia nove agosto de 2011, os responsáveis pela iniciativa

Acesso em: Junho de 2016.

⁶² Disponível em: <https://www.jatai.ufg.br/n/69459-cursinho-atitude>. Acesso em 01 de Junho de 2016.

afirmam que:

O coletivo de educadores do projeto Comunidade FazArte partilha de uma concepção de educação engajada, por isso se identifica como *cursinho militante* em oposição aos *cursinhos comerciais*. Neste sentido, a educação não é compreendida como uma mercadoria e sim um direito social (COMUNIDADE FAZARTE, 2011)

O projeto Comunidade FazArte tem uma organização colegiada e sua coordenação formada por estudantes. Por essa composição, possuiu uma estreita relação com o movimento estudantil. Desta forma, existem registros de participação em manifestações organizadas pelo DCE- UFG em diferentes gestões e períodos da entidade estudantil. O pré-vestibular participou das manifestações do transporte coletivo em 2010 e das manifestações a favor das cotas para estudantes de escola pública em 2012⁶³.

O Curso Intensivo Pré-Vestibular Alternativo, também conhecido como cursinho dos alunos da UFG, foi construído pelo movimento estudantil em Catalão e tornou-se também projeto de extensão vinculado à PROEC. O curso funcionou por três anos, de 2010 à 2012, e atendia jovens que não tinham condições de pagar um curso pré-vestibular. Foi gerado um relatório do site da PROEC, contudo não conseguimos localizar os motivos da interrupção do curso. Em relação ao resumo da proposta disponível no banco de dados da universidade, tem-se que:

O projeto Cursinho Pré-vestibular dos alunos da UFG é uma ação direta do Diretório Acadêmico dos Cursos de Catalão (DACC), e tem por principal objetivo dar subsídios para a comunidade local que não pode pagar cursos pré-vestibulares, para que tenham melhores condições formativas de participar do processo seletivo do vestibular. Além disso, os professores das disciplinas do curso são alunos dos cursos de licenciatura e bacharelado da

⁶³ A marcha em defesa das cotas surgiu em resposta à manifestação organizada por cursinhos pré-vestibulares da rede privada de Goiânia. O protesto da rede privada levado pelos termos “Cotas não, sim educação!” foi taxado nas redes sociais e em artigos de opinião de jornais de “Marcha do Todinho” e visava veto do projeto de lei de reserva de vagas, cotas sociais e raciais, em todas as Universidades Públicas do país. Na outra manifestação, a marcha dos estudantes de escola pública, participaram estudantes secundaristas, universitários e dos pré-vestibulares populares. (Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/76081/%E2%80%9CMarcha-do-Todinho%E2%80%9D-em-Goi%C3%A1s-pede-o-fim-das-cotas.htm>. Acesso em 06 de Junho de 2016).

UFG/CAC, devidamente orientados por professores universitários da UFG/CAC que colaborarão com a proposta pedagógico-metodológica do curso (Relatório Final de Ação de Extensão e Cultura. Pré-Vestibular dos alunos da UFG-CAC: Cursinho DACC 2012).

No relatório constam os objetivos do curso no projeto apresentado à extensão. Nota-se que existe um recorte da ação com dois critérios para atender estudantes. O primeiro, ser estudante de escola pública e, o segundo, a questão da renda: “Oferecer de forma gratuita e com qualidade aulas com conteúdo específico do centro de seleção da UFG para alunos de escolas públicas e trabalhadores de Catalão e região, sobretudo aqueles sem condições financeiras para cursar um pré-vestibular” (Relatório Final de Ação de Extensão e Cultura. Pré-Vestibular dos alunos da UFG-CAC: Cursinho DACC 2012).

O Cursinho Popular Dirce Machado foi idealizado por estudantes da Universidade Federal de Goiás e da Pontifícia Universidade Católica de Goiás ex-alunos do Cursinho Pré-Vestibular Popular Comunidade FazArte. A decisão dos já graduandos foi de retornar à Escola Estadual Vila Lobos, onde haviam estudado, e constituir um pré-vestibular aos moldes da experiência anterior. Em 2012 iniciaram-se os trabalhos com o nome de Cursinho Sinapse, em referência a conexões neuronais no cérebro no transporte da informação. Posteriormente, mudaram para o nome Dirce Machado, em homenagem a uma posseira⁶⁴ da resistência armada de Trombas e Formoso e militante do Partido Comunista Brasileiro – PCB. Existem registros nas redes sociais da participação de Dirce Machado nas aulas inaugurais do curso.

No ano de 2016, surgem dois novos pré-vestibulares na Universidade Federal de Goiás em Goiânia, o Cursinho Federal de Goiás e o Prepara Trans. O primeiro resulta de uma dissidência do Pré-Vestibular Popular Comunidade FazArte, dentre os motivos da divisão, a mudança de localização do curso para o outro campus da UFG. Essa experiência tem poucos meses de duração e poucas informações na rede.

O Cursinho Prepara Trans tem seu público destinado a travestis e pessoas trans que pretendem se preparar para o vestibular e o ENEM. O curso acontece na Faculdade

⁶⁴ Nome que se dá aos que moram na terra e não têm escritura do terreno. Sobre Trombas e Formoso Consultar LOUREIRO (1998).

de Educação da UFG e contou com momentos formativos para o quadro docente do curso. Devido ao curso ser recente e haver ainda pouca informação disponível, optou-se por disponibilizar os sentidos do grupo para a realização do curso postado nas redes sociais⁶⁵.

Mas por que um cursinho que se prioriza pessoas transexuais, travestis e transgêneras? Quando a gente pensa na escola vem à cabeça um espaço de educação que acolhe as pessoas independente de sua classe, gênero, sexualidade, raça ou condição física, não é mesmo? Mas por que isso não é a realidade? O preconceito é um dos fatores que mais contribuem para a evasão escolar, quando uma pessoa é vítima provavelmente ela não conseguirá permanecer naquele espaço, mesmo que ele seja a escola. Isso faz com que milhares de pessoas não possam completar nem o ensino fundamental. Destes milhares de pessoas estão as que sofrem preconceito pela sua identidade de gênero e sua sexualidade. Na adolescência travestis, meninos e meninas transexuais começam a se mostrar, e com isso vem a discriminação e a exclusão. Hoje estima-se que 73% da população trans já abandonou a escola, e que dessa mesma população, 90% estejam inseridas(os) na prostituição forçadamente, por ser esse uma das únicas formas de conseguir algum dinheiro para se manter viva(o). É preciso pensar que as pessoas trans não são respeitadas em espaço algum. Não são chamadas pelos nomes que escolhem ser chamadas, não podem usar os banheiros referentes ao gênero que se identificam, tampouco conseguem ser inseridas nas salas de aula ou mercado de trabalho. Dessa maneira, queremos oferecer à estas pessoas a oportunidade de acesso ao ensino com professoras, professores e uma gestão preparada para recebê-las, tratá-las e respeitá-las como merecem. Com o Cursinho Prepara Trans pretendemos acolher travestis, homens trans e mulheres trans para que possam se preparar para realizar a prova do ENEM e outros vestibulares (PREPARA TRANS, 2016).

A iniciativa do “Cursinho no Assentamento do MST” foi uma ação pontual no *Assentamento Canudos* que se encontra localizado nos Municípios de Campestre, Guapó e Palmeiras de Goiás. A iniciativa deste “projeto piloto” se deu em função da preocupação com as oportunidades educacionais dos jovens do assentamento demonstrada na solicitação de mulheres que são lideranças locais do MST à um núcleo de desenvolvimento social, que possui atuação de profissionais de diversas áreas da UFG, em ações cadastradas na Faculdade de Agronomia da UFG.

Quadro 03 - Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores vinculados ou com parceria com a Universidade Estadual de Goiás

⁶⁵Disponível em: <https://www.facebook.com/preparatrans/> Acesso em: Maio de 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS - UEG	Período de Vigência
Cursinho Pré Vestibular (Santa Helena)	2004- 2004
Cursinho Pré-vestibular Preparando Jovens e Adultos para a Universidade (Itumbiara)	2005-2016
Projeto Educação Aberta (Anápolis)	2011-2016
Cursinho (Mineiros)	2014-2016
Pré-Vestibular (São Luís dos Montes Belos)	2014-2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

O curso Pré-Vestibular da UEG Santa Helena possui poucos registros no banco de dados da rede de computadores. Há uma nota de divulgação de inscrições no site da UEG no ano de 2004, e a partir desse dado correlacionamos com o Currículo Lattes⁶⁶ da coordenadora do curso. Os indícios são de que o curso funcionou somente no ano de 2004. A saída da coordenadora da extensão e do campus da UEG Santa Helena, sinalizada no currículo, seria provavelmente uma das causas determinantes para extinção do curso.

O Cursinho Pré-vestibular Preparando Jovens e Adultos para a Universidade, da UEG em Itumbiara, funciona desde 2005 como projeto de extensão universitária. A iniciativa é destinada aos estudantes de escola pública que tenham terminado o terceiro ano do ensino médio ou que o estejam cursando. Segundo o coordenador do curso, em entrevista⁶⁷ concedida em jornal da UEG, o objetivo é conceder “oportunidade aos alunos das escolas públicas que não têm condições financeiras de frequentar os cursinhos particulares” (UEG NOTÍCIA, 2014).

O Projeto Educação Aberta - PREA funciona desde 2011 como ação de extensão da UEG em Anápolis. O projeto construído pelo movimento estudantil possui influências de concepção da educação popular de Paulo Freire. Na descrição do site⁶⁸ de pré-vestibular:

O Projeto Educação Aberta (PrEA) trata-se de um pré-vestibular gratuito

⁶⁶Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4739353H6>. Acesso em 06 de julho de 2016.

⁶⁷ Disponível em: <http://www.ueg.br/noticia/17001>. Acesso em 06 de julho de 2016.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.cursinhoprea.com.br/p/perguntas-frequentes.html>. Acesso em abril de 2016.

organizado por alunos e ex-alunos da Universidade Estadual de Goiás. Sua intencionalidade maior é oportunizar à comunidade de baixa renda do município de Anápolis-GO e entorno o espaço físico e o acompanhamento pedagógico para o reforço escolar durante o ensino fundamental e/ou médio. Com esse intuito, pretende-se usar a metodologia de ensino emancipador e/ou pedagogia da libertação, baseando-se nos princípios Freirianos de educação popular, onde a educação seria um meio e não um fim na promoção de mudanças sociais. Dentro do possível, busca-se articular a ampliação da capacidade de participação dos discentes das licenciaturas da UEG a partir de uma visão/leitura crítica da realidade a que o público alvo do projeto está imerso, seja na relação local-local, seja local-mundo. Esperamos com isso trabalhar em um processo de interação da Universidade com a comunidade local.

O calendário de atividades realizadas com os estudantes é divulgado nas redes sociais⁶⁹. Todas as sextas feiras o *PREA* tem agenda de cine-clubismo, o *Prearte* como é nomeado, que aborda questões relacionadas ao machismo e homofobia.

Quadro 04- Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores vinculados ou com parceria com o Instituto Federal Goiano

INSTITUTO FEDERAL GOIANO – IF GOIANO	Período de Vigência
Prepara ENEM (Campus Belos)	20015-2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

O Instituto Federal Goiano da cidade de Campus Belos oferta, desde 2015, um preparatório para estudantes de escola pública. Há no site⁷⁰ da instituição a destinação específica das vagas entre os estudantes de três escolas estaduais: “10 vagas para o Colégio Felismina Cardoso Batista, 10 vagas para o Colégio Polivalente Professora Antusa, 10 vagas para o Colégio Professora Ricarda e 10 vagas para a comunidade em geral” (IF GOIANO, 2015). Nos casos de estudantes concluintes do ensino médio, o preparatório efetiva-se como uma aula de educação integral, os estudantes têm aula na escola regular pela manhã e no período da tarde no IF Goiano.

Quadro 05- Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores vinculados ou com parceria

⁶⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/cursinho.prea>. Acesso em: abril de 2016.

⁷⁰ Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias-campos-belos/655-cursinho-preparatorio-para-o-enem-2015>. Acesso em: maio de 2016

de Organizações não Governamentais em função do período de vigência dos cursos.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS –ONGs	Vigência
Preuni da Casa da Juventude	2003-2012
Preuni Cajueiro - Centro de Formação, Pesquisa e Assessoria em Juventude (Goiânia)	2013-2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

O Pré-Universitário da Casa da Juventude, ou PREUNI da CAJU como é conhecido, funcionou do período de 2003 a 2012, na cidade de Goiânia. As informações acerca desta iniciativa estão pouco acessíveis nos espaços de comunicação mantidos pelo próprio curso. O site da instituição encontra-se “em manutenção”, de forma que não é possível acessar nenhum conteúdo. Além deste, a Casa da Juventude mantém uma página na rede social Facebook⁷¹, onde somente o conteúdo posterior ao ano de 2014 encontra-se disponível. Neste sentido, os dados por hora apresentados foram construídos com base em sites de jornais⁷².

O Preuni - Na Trilha da Universidade é organizado pelo Centro de Juventude Cajueiro em parceria com Proafro-PUC/GO, Promenor e La Abuela, da Espanha. De maneira mais pontual, o Instituto Federal de Goiás contribuiu com o financiamento de material didático. Em relação aos objetivos do curso:

O objetivo do Preuni Cajueiro é preparar estudantes para a universidade, dando-lhes apoio didático-pedagógico para os vestibulares e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O projeto tem, ainda, a função de conscientizar a juventude sobre o papel do cidadão na sociedade.

As formas de ingresso no curso são por critérios sociais e raciais, também é considerada a participação do jovem em algum agrupamento social a que esteja vinculado, político ou cultural. No Preuni Cajueiro há uma aula específica destinada às questões raciais. Nesta aula contribuem o Proafro, projeto de extensão da PUC Goiás e o Coletivo de estudantes negros do IFG.

⁷¹ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/Casa-Da-Juventude-CAJU/108292692622977> Acesso em: maio de 2016.

⁷² Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/01/casa-da-juventude-oferece-cursos-gratuitos-para-jovens-de-14-29-anos.html> Acesso em: maio de 2016.

Quadro 06 - Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores de Prefeituras ou com parcerias com políticas municipais do Estado de Goiás.

PREFEITURAS DO ESTADO DE GOIÁS	Vigência
Pré-Vestibular Social Natal da Costa Santos (Goianésia)	2003-2016
Pré-Vestibular da Prefeitura de Jaraguá (Jaraguá)	2008-2014
Cursinho Pré-Vestibular Gratuito (Rio Verde)	2009-2016
Cursinho Israel Macedo (Catalão)	2010-2013
Pré Vestibular Jovem do Futuro (Quirinópolis)	2013*
Cursinho Pré-Vestibular Cidadão (Luziânia)	2013-2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

O Pré-Vestibular Social “Natal da Costa Santos”, de Goianésia é a experiência mais antiga de pré-vestibular mantido por prefeitura no Estado. Com base nas pesquisas da internet, não conseguimos localizar o motivo da homenagem que confere o nome do curso, somente um pequeno indício de que o homenageado é sócio de empresa⁷³ de transportes. As formas de ingresso no cursinho são definidas por edital público, de forma que os estudantes com maior nota recebem a melhor classificação, modelo semelhante ao do vestibular.

O Pré-Vestibular da Prefeitura de Jaraguá é mantido pela Secretaria de Educação do Município e funcionou no ano de inauguração na Escola Municipal Pequeno Príncipe. Existem poucas informações a respeito do curso no site⁷⁴ da prefeitura, somente inscrições para matrículas no ano de 2014. Neste ano, o curso funcionou na Escola Municipal Iara Machado. Infere-se no texto que houve uma vacância de funcionamento no curso ofertado pela prefeitura. O texto diz que o cursinho gratuito da prefeitura é um compromisso que está “sendo resgatado”. Neste sentido, o termo em destaque indica períodos de descontinuidade da ação. Após a inscrição do ano de 2014 nenhuma outra nota a respeito do curso foi localizada, o que nos leva a pensar que parou de funcionar.

O Cursinho Pré-Vestibular Gratuito da Prefeitura de Rio Verde está vinculado à

⁷³ Disponível em: <http://www.consultasocio.com/q/sa/natal-da-costa-santos> . Acesso em abril de 2016.

⁷⁴ Disponível em: <http://jaragua.go.gov.br/volta-as-aulas-cursinho-pre-vestibular-municipal/> Acesso em: abril de 2016.

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer - SMEEL e Superintendência Municipal da Juventude – SMJ. O secretário da educação do município apresenta as motivações no jornal⁷⁵ da prefeitura da cidade:

Após 3 anos de implantação podemos comemorar, pois tivemos 256 alunos aprovados e o mais importante é que 95 deles ingressaram em universidades públicas (IFG, UEG e UFG). Pelo menos do ponto de vista financeiro eles não vão ter barreiras para que possam ter acesso e propiciar a qualidade de vida, e essa é uma política pública que tem servido para melhorar a qualidade de vida da pessoa. O cursinho pré-vestibular gratuito é um projeto para levar benefícios para a população mais carente.

No ano de 2012, o curso teve 500 inscritos⁷⁶ para 100 vagas. Os candidatos às vagas do pré-vestibular gratuito foram classificados e selecionados conforme lógica do vestibular.

O Cursinho Israel Macedo foi realizado pela Prefeitura de Catalão em parceria com Lions Clube Leão do Sul⁷⁷. O curso destinado aos estudantes de escola pública teve objetivo de atender a demandas regionais. Essa questão fica evidente⁷⁸ na fala do diretor do curso sobre o público alvo: “O cursinho atende, principalmente, a UFG (Campus Catalão), Cesuc e demais universidades próximas à Catalão (Ipameri, Urutaí e Uberlândia), ou seja, o nosso foco é essa região” (PORTAL CATALÃO NOTÍCIAS, 2010). Ainda sobre a questão do discurso sobre a relação do curso, o diretor comenta:

Primeiramente, atendemos as necessidades dos alunos de Catalão e dos distritos (Santo Antônio do Rio Verde e Pires Belo). Essa foi uma solicitação do prefeito Velomar: atender a demanda em Catalão e, sobrando vagas, também atender alunos das cidades vizinhas (como Ipameri). A nossa preocupação é fazer com que o aluno tenha um aprendizado de alto nível para ser aprovado. Nos vestibulares 2010, por exemplo, tivemos uma alta porcentagem de aprovação e queremos aumentar o índice (PORTAL CATALÃO NOTÍCIAS, 2010).

Temos informações sobre o curso nos sites da prefeitura, em jornais da cidade e

⁷⁵ Disponível em: <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=not&ler=2&id=11882>. Acesso em: abril de 2016.

⁷⁶ Disponível em: <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=not&ler=2&id=16567>. Acesso em: abril de 2016.

⁷⁷ Disponível em <http://lionsclubecatalaoleaodosul.blogspot.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

⁷⁸ Disponível em: <http://www.portalcatalao.com.br/portal/noticias/pre-vestibular-israel-macedo-vai-abrir-inscricoes-.NTV,OTM3NQ.rb> Acesso em: maio de 2016.

no perfil da rede social Facebook⁷⁹ mantida pela direção do curso. Infere-se que o curso tenha se findado no ano de 2013, em função das últimas notícias no site da prefeitura e na rede social utilizada como mecanismo de comunicação com os estudantes.

O Pré-Vestibular Jovem do Futuro foi lançado em reunião pública pela Prefeitura de Quirinópolis como iniciativa fundada sob várias parcerias, dentre elas a UEG. No entanto, não existem indícios de que a iniciativa tenha saído do papel. A informação que ficou disponível no site da UEG nos fortalece a suposição da demanda de Pré-Vestibulares Populares nas cidades que possuem instituições de ensino superior públicas.

Quadro 07 - Pré-Vestibulares Populares com agentes organizadores de Secretarias Estaduais ou com parcerias com políticas do governo Estadual de Goiás.

GOVERNO ESTADUAL	Vigência
Goiás ENEM (Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - Seduce)	2014-2016
ENEM Express (Secretaria de Educação, Cultura e Esporte - Seduce)	2015-2016
Projeto de Educação comunitário Aprova ENEM (Centro de Referência da Juventude - Secretaria da Juventude do Estado de Goiás)	2015-2016

Fonte: ALMEIDA, pesquisa de mestrado, 2016.

O Goiás ENEM foi fundado pelo Governo Estadual no ano de 2014 com o nome de Goiás Vest, via Secretaria de Estado de Educação Cultura e Esporte – SEDUCE. No primeiro ano, o objetivo era atender 740 estudantes com “aulões de específicas” de língua portuguesa e matemática em três cidades da região metropolitana de Goiânia. O preparatório, que é realizado nas escolas públicas, ampliou a realização destas aulas nas cidades do interior do Estado. Segundo a secretaria de Estado que organiza o curso:

O principal objetivo do *Goiás Vest* é democratizar o acesso às universidades para os estudantes das escolas públicas, a fim de que eles sejam preparados para os exames nacionais e vestibulares. Além de aulas de Língua Portuguesa e Matemática, o programa prevê, nas localidades em que houver disponibilidade de professores efetivos, aulas de Ciências Humanas e

⁷⁹ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Curso-Pr%C3%A9-Vestibular-Municipal-Israel-Macedo-608125649216738/Acesso> em: Maio de 2016.

O governo do estado de Goiás criou outro preparatório no ano de 2016 com o nome de Enem Express - Aula Show do Governo de Goiás. Ambas as iniciativas são aulas esporádicas, o que há de diferença é a quantidade de estudantes e de cidades atendidas. Enquanto o preparatório ofertado com o nome de Goiás Enem tem “aulões” nas escolas públicas estaduais com professores da rede estadual, o Enem Express leva os estudantes para centro de eventos e ginásios e percorre as cidades de interior em “aulões itinerantes”.

A secretária da pasta avalia, em entrevista⁸⁰, que as experiências são mecanismos de redução da pobreza e apresenta a relação entre pobreza e abandono do ensino médio: “Este tem sido o gargalo da Educação no Brasil, justamente porque mais de 50% dos alunos abandonam o Ensino Médio, sem saber que é esta a única blindagem contra a pobreza absoluta. Aqueles que não terminam esta etapa têm 70% mais chances de serem pobres” (JORNAL OPÇÃO, 2015). Nesta mesma entrevista é relatada concepção que orienta a ideia de aula show do governo: “Grandes professores dão o conteúdo da disciplina e depois os alunos estudam, em casa e na escola, o material que estamos oferecendo também” (JORNAL OPÇÃO, 2015). Tem-se nas ações ofertadas pelo governo estadual uma reprodução das concepções e formas de trabalho dos cursinhos da rede privada, com a particularidade de ser gratuito, esporádico e numeroso, por possuir aulas com mais de mil estudantes.

O Projeto de Educação Comunitário Aprova ENEM, que surge no ano de 2015, funciona no Centro de Referência da Juventude - CRJ, espaço vinculado à Secretaria da Juventude do Estado de Goiás. Tendo por base as informações disponíveis na rede social Facebook⁸¹, percebe-se a relação do curso com o movimento negro. No calendário, encontram-se ações vinculadas ao dia da consciência negra, de rodas de samba e eventos de hip hop. Na publicação, tem-se a descrição dos objetivos do curso: “O Projeto de Educação Comunitário Aprova Enem foi criado com o objetivo de ajudar

⁸⁰ Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/raquel-teixeira-ensino-medio-e-a-maior-blindagem-contra-a-pobreza-46375/> Acesso em: maio de 2016.

⁸¹ Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/CRJ-Goi%C3%A1s-272937572746214/> Acesso em: Maio de 2016.

alunas/os de Escolas Públicas a ingressarem nas Universidades Públicas pelo SISU ou em Universidades Particulares com bolsas de estudos pelo Pro Uni” (APROVA ENEM, 2015). Válido ressaltar que o curso tem um custo de mensalidade de cem reais destinado a manutenção das despesas das aulas.

Desigualdade, exclusão e (re)inclusão: os Pré-Vestibulares Populares como expressão de um modo de vida do excedente.

José de Sousa Martins (1997), baseado no questionamento de Marx sobre quem educa o educador, sistematiza reflexões fundamentadas em sua prática de formação de educadores populares. No livro *A exclusão social e a nova desigualdade*, levanta como problema central a desmistificação do conceito de exclusão para desenvolver elementos constitutivos do que seria a “nova desigualdade”. Em posição contrária a dos educadores populares que participavam destes espaços formativos, o autor argumenta que não existe exclusão social no aspecto sociológico de determinada tradição de pensamento. Com base nesta concepção, entende-se que todos estão incluídos, mesmo que de forma perversa, na sociedade organizada pela lógica do capital.

Rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos econômicos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata especificamente de exclusão, não se dá fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As realidades não ocorrerem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que a causam (MARTINS, 1997, p. 14).

A afirmativa anterior pretendia afastar compreensões equivocadas de exclusão, que poderiam gerar, conseqüentemente, práticas equivocadas. Segundo o autor, a redução das significações dos conceitos interfere não só na perda de uma capacidade interpretativa, mas no empobrecimento das próprias ações. No discurso sobre a exclusão há uma mistificação de práticas sociais que seriam formas subalternas de inclusão. Na realidade, nos movimentos ditos de inclusão não há uma ação de “fora” para “dentro”

da sociedade, ou seja, de alguma maneira os sujeitos que vivem em sociedade encontram-se inseridos na dinâmica interna, mesmo que contraditória. Ainda que as ações denunciem e neguem determinadas formas de exclusão, estas, de certa forma, estão vinculadas às estruturas que as causam. Assim, para serem interpretadas precisam ser abordadas dentro das lógicas causais que as originam. Especificando o uso e a compreensão do termo:

A exclusão é apenas um momento da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz por privação: privação de emprego, privação de meios de participar do mercado do consumo, privação de bem estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança (MARTINS, 1997, p. 18).

Desse modo, a palavra exclusão poderia ser suprida por outro termo que expressasse melhor a realidade, pois o conceito seria vago, limitado, e representaria somente uma parte da realidade, podendo ocultar contradições sociais. Privação expressa sujeitos que estão em situação de exiguidade e que têm seus direitos e necessidades desconsiderados ou violados. Ao sugerir o termo privação, o autor amplia o conceito para questões de diversas necessidades, objetiva e subjetiva. Pode ser necessidade de moradia como uma necessidade objetiva, mas também outras necessidades tais como: direitos, liberdade e esperança que evidenciam concepções que estão dentro das pautas subjetivas radicais dos movimentos populares, mas não necessariamente se restringem à necessidade alimentar.

A intencionalidade explícita na escrita deste texto sugere afastar dessa discussão leituras baseadas em fundamentos teológicos ou teorias sociais economicistas, que reduziriam a ideia de exclusão à noção de fome. Torna-se importante ressaltar que os encontros de formação de educadores populares foram realizados, muitas vezes, em espaços organizados com nítida influência religiosa da Teologia da Libertação. Dentre as associações que participaram das vivências, cuja base e sistematização encontram-se nas reflexões do livro, estão as pastorais da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, que realizava trabalho com o Movimento dos Sem Terra. Além disso, houve na esquerda brasileira, durante as décadas de 1960 e 1970, mesmo entre a esquerda católica, muita influência do pensamento de Athusser, autor marxista francês.

A crítica de Martins (1997), ao nomear este marxismo de “economicista”, reverbera uma análise de que a cultura não seria determinada como mero reflexo da economia. Neste sentido, alerta ao risco do pensamento mecânico. Demarca que, ambos, sociólogos e economistas, têm metiês distintos, sendo necessário respeitá-los em suas ocupações e funções, de modo que a análise sociológica não deveria ser mera derivação mecânica de uma análise econômica.

Para explicar a ideia de inclusão subordinada, o sociólogo evidencia um exemplo caricato e perverso, a prostituição infantil. De certa forma, as crianças envolvidas no turismo sexual estão incluídas na sociedade. Nesta compreensão, seria uma inclusão econômica que gera uma desintegração moral e social. Ainda assim, tais crianças não estão “fora” ou excluídas da sociedade e da economia vigente. Este seria um exemplo do que se expressa como inclusão subalterna. Outro argumento fundante da tese é que a tensão exclusão-inclusão se constitui como parte do modo de produção capitalista:

O capitalismo na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista esta é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraíza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão (MARTINS, 1997, p. 32).

A tensão entre exclusão-inclusão permaneceria, deste modo, intrínseca à lógica e à ordem social capitalista. Nestes movimentos, haveria a reorganização da sociedade e das relações sociais em função das demandas e sentidos próprios do mercado. Exemplo expressivo dessa realidade é a relação do trabalho na tensão campo-cidade. A mecanização do campo, a constituição de latifúndios excluiu o trabalhador rural e direcionou a migração por parte dos trabalhadores rurais para a cidade. No entanto, a necessidade da industrialização do país incorporou e incluiu esse mesmo trabalhador como operário de fábrica. Por outro lado, o crescente número de trabalhadores rurais que se tornam escravos⁸² evidencia outra possibilidade dessa inclusão. É um retrocesso,

⁸²Relações em que trabalhadores ficam vinculados a terra por endividamento com os empregadores referentes a aluguel e alimentação configuram como expressão de trabalho escravo. A Comissão Pastoral da Terra-CPT realiza mapeamentos anuais das relações de trabalho escravo no campo. Sobre essa

mas o exemplo da condição do trabalhador livre que se torna escravo torna visível a construção de um modo de inclusão subalterna.

O autor argumenta que experiências de exclusão-inclusão passam, em grande parte dos casos, despercebidos quando ocorrem de maneira rápida. No entanto, o que tem ocorrido, devido às grandes taxas de populações excedentes, é que muitos não conseguem ser reincluídos neste processo, mesmo sendo corriqueiro e funcional à lógica do capital. Há um alargamento do tempo dessa passagem compreendida como exclusão-inclusão. Contraditoriamente, “o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida, está se tornando mais do que um período transitório” (MARTINS, 1997, p. 33). Como expressão desse modo de vida temos o desemprego crescente e a consequente formação de um exército de reserva. O autor realiza a crítica ao uso arbitrário do conceito de exclusão para defender a tese da “nova desigualdade”.

A nossa sociedade está se transformando numa sociedade dupla, duas “humanidades” na mesma sociedade. De um lado, uma humanidade constituída dos integrados (ricos e pobres). Todos inseridos de algum modo, desceite ou não, no circuito reprodutivo das atividades econômicas: todos tem o que vender e o que comprar. Essa é a nova desigualdade. Além disso, tem direitos reconhecidos, tem um lugar assegurado no sistema de relações econômicas, sociais e políticas. Ouvi alguém dizer uma vez eles são gente. Mas está crescendo no Brasil uma outra sociedade que é uma sub-humanidade: uma humanidade incorporada através do trabalho precário, no trambique, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excusos, etc. O conjunto da sociedade já não é a sociedade da produção, mas a sociedade da circulação de mercadoria e serviços. Portanto o eixo de seu funcionamento sai da fábrica e vai para o mercado (MARTINS, 1997, p. 34).

A ideia de “nova desigualdade” expressa-se pela complexificação das relações de trabalho na sociedade Brasileira. Pode parecer, em um primeiro momento, absurda a ideia de colocar como integrados ricos e pobres juntos em uma mesma classificação. Tal integração, na interpretação do sociólogo, se daria pelo consumo. Ambos, ricos e pobres, teriam condições de consumir, evidentemente que de forma distinta. O consumo

temática pode ser encontrado no site da organização social. (Disponível:http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14019-conflitos-no-campo-brasil-2015?option=com_jdownloads Acesso: Agosto de 2016).

dos pobres se daria pela imitação dos padrões e hábitos dos ricos. Da mesma maneira, consomem os que o autor nomeou de sub-humanidade. Estes não se encontram inseridos nas relações de trabalho formais, mas adquirem condições de consumir, mesmo que seja pela ilegalidade.

A “nova desigualdade”, portanto, é expressão da ressignificação da desigualdade, que anteriormente poderia ser sintetizada pela fome e pela pobreza. A sociedade brasileira, já incorporada à lógica do capital, possui consumidores que mesmo no consumo precário se incluem nessa sociedade, quer seja de maneira subordinada, subalterna e perversa. Tal inclusão se dá por um viés econômico que é o que importa ao mercado e, muitas vezes, como se apoia a tese, por uma degeneração moral e política do sujeito, como é o caso da prostituição infantil.

As duas sociedades divididas pela capacidade de consumo de mercadorias unificam-se ideologicamente nas promessas de consumo. Constitui-se, na visão do autor, como uma sociedade falseada sobretudo na ideia de igualdade: “A sociedade da imitação, do falso novo, da reproduzibilidade e da vulgarização, no lugar da invenção, da criação e da revolução” (MARTINS, 1997, p. 23). As possibilidades restringem-se mesmo às promessas de ascensão liberal, esta seria, portanto, a outra característica da nova desigualdade:

A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável (MARTINS, 1997, p. 22).

Assim, um fator determinante da sociedade da “nova desigualdade” seria a perda do horizonte da mobilidade social. A sociedade de classes modifica-se, passa a ter lógica semelhante à sociedade estamental. A promessa de nascer pobre e aspirar, pelo trabalho, à riqueza torna-se mero falseamento do real, um sonho que não se valida na realidade. No entanto, tal ilusão reverbera pela ampliação de um consumo orientado, consomem-se mercadorias, imitam-se jeitos de viver. Em síntese, a “nova desigualdade” pode ser definida por essas duas características. A sociedade formada por consumidores, em que todos estão integrados, mesmo os incluídos de maneira precária, subordinada e

ou perversa. É uma sociedade em que a mobilidade social configura-se, para a maioria, como uma promessa ideológica e, portanto, uma ilusão.

A tese de que a integração da sociedade brasileira se dá pelo mercado, em que todos estão inseridos pelo consumo, mesmo que em uma inclusão subordinada, evidencia a ausência do Estado como garantidor dessa integração. Desta maneira, a participação social, cidadania e noções de direitos, que são premissas do imaginário republicano, reduzem-se à noção de consumo. Outro fator determinante é que o Estado, ao se desobrigar cada vez mais de seu papel de assegurador da “questão social”, entrega tais problemas para serem comercializados a fim de criar novas mercadorias. Necessidades que outrora se configuraram, ao menos no aspecto discursivo ou legal, como direitos, são lançadas ao mercado. Assim, na lógica do Estado mínimo, o acesso à educação é negado, na prática, como um direito social subjetivo, tornando-se mais um serviço a ser vendido e consumido pelo mercado.

No cenário do Estado mínimo, surgem as organizações sociais de interesses públicos, como alternativas para lidar com a questão social em seus vários aspectos de privações e necessidades de ordens objetivas e/ou subjetivas. O livre mercado inclui somente sobre a lógica do consumo e de falsa promessa de mobilidade social, como “nova desigualdade”. Na precariedade, na ausência do Estado os direitos sociais considerados básicos são convertidos em mercadoria, resta o esforço das organizações sociais em assumir os problemas sociais da forma como conseguem.

O convite à reflexão realizado por Martins (1997) aos educadores populares pode trazer elementos de análise a respeito dos cursos gratuitos ofertados para pessoas excluídas dos processos seletivos das universidades públicas. O sociólogo sugere a desmistificação do enfoque da exclusão para que se possa investigar como são (re)incluídos os sujeitos na sociedade capitalista. A análise deve pretender investigar os processos de (re)inclusão dos sujeitos nas contradições das desigualdades sociais que se inserem e como seria realizada a nova integração ideológica do imaginário social. Quais são as relações possíveis entre o movimento de exclusão-inclusão e os Pré-vestibulares Populares?

O texto abordado foi escrito fundamentado em análises da década 1990,

momento em que os Pré-Vestibulares Populares ganham expressão política e social no cenário nacional brasileiro e representam o contexto da sociedade brasileira no período recente. Entende-se que, ainda que tenha havido mudanças na década de 2000, com os governos ditos democráticos populares, houve a permanência no que tange à integração social pelo consumo e à promessa de mobilidade social.

Com o cenário de desresponsabilização do Estado e a entrega da questão social à ganância do mercado, coube à sociedade civil organizar saídas para os problemas sociais dentro das suas possibilidades e interesses. Entende-se que, nestas ações, a sociedade civil representa, por não ser homogênea, de maneira mais evidente ou não, interesses de classes sociais antagônicas. Pode-se exemplificar possíveis saídas das classes frente à questão social. Dentre as alternativas da classe dominante, o discurso da “responsabilidade social” da empresa tem sido muito utilizado. Por vezes, ações desta ordem culminam em negócio lucrativo camuflado de “boa vontade”. Há ações que obtêm isenção de impostos por parte do Estado se convertendo em propaganda publicitária para as empresas que as realizam ou financiam. Por parte da classe dominada, tem-se organizado como uma das alternativas aos que estão privados de direitos, denunciados pela expressão dos “sem”, “sem terra”, “sem teto” e, por que não dizer, dos “sem universidade”. Dom Pedro Casaldáliga, uma das referências da Teologia da Libertação no Brasil, conduz a ideia dos sem universidade, em discurso proferido quando lhe foi conferido o título de *Doutor Honoris Causa*⁸³ pela Universidade de Campinas:

Como por uma universidade estamos aqui reunidos, permitam-me um excursão sobre a Utopia na Universidade, precisamente. Porque para "outros 500", para outro Brasil, para outro Mundo, necessitamos de uma política outra em todas as esferas da vida social e também, evidentemente, outra Universidade. Uma universidade que seja forja de valores e compromissos e não credencial de privilégios e subserviência de interesses; "clube de poetas" vivos e de intelectuais orgânicos; vanguarda até, mas a serviço. Rompendo o círculo vicioso em que secularmente a Universidade; no Brasil, no Mundo; vem sendo atravancada com demasiada freqüência. Uma Universidade não para o sistema, mas para a vida. Não para a oligarquia, mas para o povo. Inculturada e, por isso, pluricultural; politizada e por isso militante; livre e

⁸³ Discurso disponível no site de um dos cursinhos que se denomina de Movimentos dos Sem Universidade. Disponível em <http://msu.dominiotemporario.com/doc/FalaDPedroCasaldaliga.pdf>. Acesso em setembro de 2016.

por isso libertadora. Que o povo possa conquistar a Universidade como se conquista a terra, a moradia, a saúde, a cidadania... (Também para isso vamos ter que criar um MSU, o Movimento dos sem Universidade?). A utopia começa pela cabeça, e muitas utopias e suas realizações históricas começaram na Universidade. Queremos, pois, uma Universidade galhardamente utópica! (DOM PEDRO CASALDÁLIGA, 2000).

Da indignação frente às desigualdades sociais e do comprometimento político frente às privações de direitos insurgem posições como a de Casaldáliga que estimulam à organização dos “sem universidade”. O conhecimento e a cultura aparecem como instrumento de formação política de militantes, vanguarda, na expressão utilizada. A fala na entrega do título de *Doutor Honoris Causa*, que contribuiu para a criação de mais um curso pré-vestibular popular, é elucidativa, pois expressa a busca do direito à educação e a importância desta na transformação social. O discurso não representa somente a criação específica de um curso, o Movimento dos Sem Universidade, mas é significativo para compreender o movimento dos que ficam de “fora” das universidades e da caracterização de novas práticas sociais geradas. A privação ou necessidade não é somente a de saciar a fome da barriga. A utopia passa por várias esferas sociais, também pelo conhecimento e, por que não, pela constituição de outra universidade.

Entende-se, com base nas ideias de Martins (1997), que os “sem universidade”, constituem-se como um modo de “vida do excedente”. Os pré-vestibulandos e os PVPs podem ser compreendidos como expressão do alargamento temporal que separa o movimento próprio do capital de exclusão e (re)inclusão social. A demora no processo de inclusão destes estudantes, sem instituição educacional para seguir a formação, precisava ser incorporada e canalizada para algum lugar. Desta forma, o hiato entre o ensino médio e o ensino superior cresce quantitativamente em número de estudantes e criar um exército de excedentes das provas e seleções, cria-se, portanto, um “modo de vida”. Assim, os excedentes dos vestibulares e os Pré-Vestibulares como expressão deste modo de vida só podem ser compreendidos nas marcas das desigualdades sociais e contradições que os originam.

O modo de vida dos excedentes do vestibular se distingue por duas formas, se problematizado a partir da relação de mercado. Os que podem pagar pelos cursos preparatórios funcionam como uma inclusão subalterna pelo consumo, vide os pré-

vestibulares privados ou comerciais. Torna-se uma inclusão subalterna porque não se dá pela efetivação da educação como direito subjetivo, mas como mercadoria a ser comprada. Ricos e pobres “incluídos” na sociedade do capital na condição de consumidores. Evidentemente, consomem de formas distintas, existem gradações de valores entre os cursos preparatórios⁸⁴, nichos de mercado em função de públicos diferentes. Os trabalhadores e filhos dos trabalhadores que estão inseridos no mercado formal e conseguem pagar os cursos preparatórios procuram imitar hábitos da classe dominante, tais como elaboração de receitas para passar nas seleções. Diferenciam-se na capacidade de pagar as mensalidades dos cursos e se unificam ideologicamente nos discursos sobre naturalização das desigualdades via seleções que se produz no senso comum.

De outra maneira, o modo de vida dos excedentes que não podem pagar um curso preparatório configura-se também uma inclusão subordinada. Pode ser expressa pela privação do acesso à educação via incapacidade de se adaptar à lógica do mercado para consumi-la como mercadoria. Também se evidencia pela incapacidade de criar mecanismos reivindicativos capazes de pressionar o Estado a desenvolver políticas que tornem universais o acesso à educação superior. Na condição de privação da educação, consumidor pelo mercado e de como direito social negado pelo Estado, resta a adesão destes sujeitos às alternativas organizadas, sobretudo, pela sociedade civil.

A lógica de funcionamento dos cursos, pelo esforço de um comprometimento dos agentes organizadores, é marcada por dificuldades advindas da situação de precariedade em que se encontram. Constroem esses cursos na condição da privação, o fazem por uma vontade política, frequentemente, não possuem as condições de realizá-los. O fato dos PVPs não possuírem sede própria, localizam-se em estruturas sociais cedidas por escolas, universidades, igrejas, faz com que funcionem em espaços físicos com uma destinação secundária, e que por vezes os fazem migrar. Outro fator da precariedade é a dificuldade de estabelecer um quadro permanente de professores. Em

⁸⁴ O site consultado indica mensalidade de cursinhos privados de R\$ 150,00 reais à 2300,00 reais no ano de 2015. O valor do curso mais alto, estaria no período consultado, próximo de três salários mínimos. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-01-27/mensalidade-de-cursinho-pre-vestibular-vai-de-r-0-a-r-2340.html>. Acesso: julho de 2016.

geral, não possuem um quadro docente remunerado, o que faz com que seja um motivo de dificuldade de adesão ao curso ou de evasão de professores que têm, por uma questão de sobrevivência, que priorizar as atividades remuneradas. A falta de condições ideais para realizar o processo educativo, desprovido de questões básicas como uma estrutura física adequada e o quadro docente permanente, é portanto, parte constituinte da realidade da maioria dos cursos preparatórios. Desse modo, são estratégias combatentes, pois utilizam da privação da educação e da própria precariedade como forma organizativa. Contudo, a realidade interna dos cursos é constituída pelo que pretendem combater.

O limite estrutural das iniciativas que não alteram o número de vagas no ensino superior.

O dado quantitativo de excedentes do tradicional exame vestibular pode ser revelado pelo exercício de subtração dos inscritos na seleção de determinada universidade menos o número de vagas ofertadas para matrícula. Desse modo, é possível verificar quantitativamente os estudantes que serão privados do direito à educação superior pública, mesmo antes da realização da prova. Tal fato se dá pela institucionalização do vestibular como um processo classificatório, em que o definidor para o ingresso na universidade não é o cumprimento de uma mínima ou um pré-requisito curricular, mas a limitação de vagas das universidades em receber novos estudantes. Como já apresentado, o concurso vestibular trata-se somente na aparência de uma questão administrativa, é um procedimento ideológico que contribui para a naturalização da reprodução das desigualdades sociais via educação superior. Manter o exame vestibular como um concurso classificatório oculta os que não conseguem ingressar na educação superior, o vasto número de estudantes excedentes das seleções. No entanto, algo que não podemos desconsiderar, é que o exame vestibular vem se desenvolvendo e sofrendo alterações recentes.

O vestibular deixa de ser a única forma de ingresso nas IES. Ao invés de uma única prova fixada em determinado período do ano, abre-se a possibilidade de processos seletivos diversificados. Neste sentido o governo criou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), objetivando convertê-lo em mecanismo

auxiliar a ser utilizado nos processos seletivos, além de uma avaliação do ensino médio e de oferecer critérios para a contratação dos profissionais pelas empresas. No texto da LDB, a exigência do processo seletivo em substituição ao chamado vestibular, aparece na regulamentação de transferência dos alunos, (art. 49), na matrícula por disciplina, na ocorrência de vagas ociosas, e na necessidade de levar em conta os efeitos dos critérios e normas da seleção de estudantes sobre o ensino médio (CATANI e OLIVEIRA, 2002, p. 83).

Novas reconfigurações emergem das mudanças nos critérios de realização da prova. Em decorrência da adoção do sistema que se encontra em vigor, o Sistema de Seleção Unificada - SISU⁸⁵, o cálculo dos excedentes possui algumas variações. Utilizar-se-á como exercício ilustrativo da busca pelos “excedentes” a análise do ingresso na Universidade Federal de Goiás, processo seletivo mais concorrido do estado, a fim de problematizar e mensurar os excedentes desta seleção.

Justifica-se o expediente de busca dos excedentes em função dos Pré-Vestibulares Populares possuírem sua capacidade de inclusão de estudantes nas universidades subordinada ao número de vagas ofertadas nos processos seletivos. A teoria da nova desigualdade apresentada por Martins (1997) orienta discorrer sobre tais mecanismos de inclusão subordinada. Na particularidade dos estudos dos PVPs buscase entender a relação de tais cursos com os que se encontram em situação de privação do direito à educação e que se tornaram excedentes das seleções. Neste item, utiliza-se como caminho metodológico para apresentar as formas de ingresso no ensino superior as legislações que regulam essas mudanças no vestibular e materiais de divulgação oficiais destes programas. Desse modo, em função da UFG aderir ao SISU como mecanismo de ingresso, primeiramente, é importante localizar o leitor sobre como funcionam os critérios de seleção do SISU.

Ao efetuar a inscrição, o candidato deve escolher, por ordem de preferência, até duas opções entre as vagas ofertadas pelas instituições participantes do Sisu. O candidato também deve definir se deseja concorrer a vagas de ampla concorrência, a vagas reservadas de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012 (Lei de Cotas) ou a vagas destinadas às demais políticas afirmativas das instituições (MEC, 2016).

⁸⁵O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (Disponível em: http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#vagas_ofertadas. Acesso: Agosto de 2016).

O SISU utiliza como referência a nota do estudante no ENEM⁸⁶, que, instituído inicialmente como um exame de avaliação e acompanhamento da educação básica em 1998, passou a ter efeito de certificação do ensino médio e ser classificatório para as vagas nos cursos universitários em 2013. O discurso fundante dessa política, por parte do governo, refere-se à democratização no que tange a interferências no currículo do ensino médio e nas formas de acesso às vagas, que permite o deslocamento e migração de estudantes para universidades diferentes. Segundo texto do MEC de divulgação da SISU:

Foram implementadas mudanças no Exame que contribuem para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para a mobilidade acadêmica e para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.” (MEC, 2016)

Chama-se a atenção ao *modos operandi* da seleção que oportuniza acesso em diversas universidades com a realização somente desta avaliação. Com a nota do ENEM, o estudante pode se inscrever em dois cursos e instituições em que gostaria de concorrer a vagas via SISU. Deve listar uma escolha prioritária, com esta opção o candidato à vaga nas universidades direciona entre cursos e instituições públicas de diversos estados. Em função desta etapa ser realizada em um cadastro alimentado em tempo real na internet, o estudante pode relançar a sua nota em uma atualização que permite especular os pontos de corte para ingresso no curso desejado, antes da data indicada para o fechamento do sistema.

No ambiente virtual, os estudantes alternam um leque de possibilidades de cursos e instituições, como em uma “bolsa de valores”, acompanhando números e os chamados pontos de corte, nota mínima variável a depender da concorrência e quantidade de inscritos na instituição. Deste modo, os estudantes calculam suas possibilidades de prosseguir em alguma formação acadêmica e profissional que lhe agradar ou que for possível. Para Bourdieu (2013), as *aspirações* dos estudantes estão

⁸⁶ O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior (INEP, 2016) (Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/enem/sobre-o-enem> Acesso: Agosto de 2016).

relacionadas à origem social: “A interiorização do destino objetivamente determinado (e medido em termos de probabilidades estatísticas) para o conjunto da categoria social a que pertencem” (BOURDIEU, 2013, p. 52). Sendo assim, a classe social e herança cultural incidem em escolhas mais prováveis de se efetivar, de modo que se tende a reproduzir nessas escolhas as limitações ou potencialidades de sua origem social. Sob a teoria do sociólogo francês, pode-se interpretar que nesse expediente de lançar as notas do ENEM no SISU, os estudantes calculam não só as possibilidades de uma avaliação específica, mas as possibilidades de determinada classe ou fração de classe em ingressar naquela instituição de ensino superior.

A regulamentação que normatiza a seleção das Instituições Federais de Ensino Superior, além da disputa como “ampla concorrência” possibilita o ingresso via ações afirmativas. Nas universidades Federais e Institutos Federais de Educação é destinada, pela Lei nº 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, a reserva de vagas para estudantes oriundos de escola pública. Segundo a lei em seu primeiro artigo.

Art. 1º - As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

A ação afirmativa de destinação de vagas para os candidatos se dá, primeiramente, por critério econômico, origem de escola pública, e, no artigo segundo, por renda de um salário e mínimo e meio *per capita*. O outro fator destinado na escolha das vagas refere-se ao critério racial, tendo por base o número de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Art. 3º- Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (BRASIL, 2012).

Conforme artigo terceiro citado acima, cada estado, em função de possuir número variável de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, tem base de cálculo de vagas diferentes em função das características populacionais. É relevante enfatizar que, nesta lei, a questão racial não aparece sozinha como medida afirmativa. Além de se autodeclarar preto, pardo ou indígena, o candidato deve possuir renda inferior ou igual a um salário mínimo e meio por pessoa. Tem-se, portanto, nesta política, a articulação das cotas raciais com as cotas sociais. Além das formas de ingresso via SISU, a UFG possui mecanismo de ação afirmativa próprio, o programa UFG Incluir. Segundo material de divulgação da Universidade Federal de Goiás, disponível na página da instituição de ensino⁸⁷:

Criado para democratizar o acesso à Universidade, o Programa UFGIncluir tem crescido a cada ano. Em 2016, recebeu 84 estudantes indígenas e quilombolas, nas regionais Goiânia, Goiás, Catalão e Jataí, o maior número desde a sua criação, em 2009. Em 2015, foram 35. Com o ingresso dos novos estudantes, a Universidade Federal de Goiás (UFG) conta agora com mais de 60 indígenas e mais de 100 quilombolas. O UFGIncluir prevê uma vaga extra em cada curso de graduação em que houver demanda indígena e quilombola, quando oriundos de escola pública, a partir da pontuação obtida pelo Exame Nacional de Ensino Médio (Enem), bem como 15 vagas para candidatos surdos na graduação Letras Libras (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2006).

Desse modo, a universidade destina vagas específicas para indígenas, quilombolas e pessoas surdas. O programa UFG Incluir⁸⁸, aprovado no ano de 2007, anterior à lei das cotas nas IFs que entrou em vigor em 2012, possui particularidades quanto aos seus objetivos. No momento de discussão da primeira versão do programa, cogitava-se a criação de um pré-vestibular vinculado à Pró Reitoria de Graduação – PROGRAD. Na implementação do programa, essa proposta se perdeu. Um dos objetivos centrais do programa de inclusão, destacado no site da instituição de educação superior e que vêm se efetivando, diz respeito à ampliação gradativa do número de

⁸⁷Disponível em: <https://www.ufg.br/n/87962-ufgincluir-recebe-maior-numero-de-estudantes-desde-sua-criacao>. Acesso em: Agosto de 2016.

⁸⁸Sobre o contexto de aprovação do programa UFG Incluir consultar: CIRQUEIRA, D. M.; GONÇALVES, C. P.; RATTS, A. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na universidade Federal de Goiás. In: SANTOS, J. C. (Org.). Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2012. p. 259-284.

indígenas e quilombolas matriculados na instituição.

Em resumo, no *modus operandi* do ingresso via SISU na UFG, o estudante posiciona-se entre dois cursos, podendo almejar outra instituição como alternativa, desde que indique um destas como prioritária. Deve demarcar também o critério de concorrência em que se enquadra: ampla concorrência; cotas para estudantes de escola pública, em função da renda; cotas para estudantes de escola pública, sem delimitação de renda; cotas raciais para estudantes pretos, pardos e indígenas, conforme regulamentação do SISU; cotas para indígenas, quilombolas e surdos, conforme regulamentação do programa UFG Inlui.

Após apresentadas as mudanças nos processos de seleção, retoma-se a ideia da tensão exclusão-inclusão de Martins (1997) para localizar o “excedentes” do SISU na UFG. Entende-se que evidenciar numericamente os sobrantes dessa seleção permite a continuidade do exercício de problematização de como é realizada a (re)inclusão desses estudantes. Segundo os dados estatísticos⁸⁹ do processo seletivo do SISU para ingresso na UFG, disponibilizados pelo Centro de Seleção da UFG para o ano de 2016, temos o seguinte quadro de inscritos nessa seleção em relação à primeira e à segunda opção de escolha do estudante para cursos nessa universidade:

Tabela 01 - Número de inscrições para a UFG, por opção e por regional.

Regional	1ª Opção	2ª Opção	Total
Catalão	5.555	5.740	11.295
	(49,18%)	(50,82%)	(100%)
Goiânia	53.208	49.613	102.821
	(51,75%)	(48,25%)	(100%)
Goiás	3.844	3.317	7.161

⁸⁹Disponível em http://www.vestibular.ufg.br/sisu/2016/sistema/comunicado/Sisu_2016_Estatisticas_primeira_chamada_divulgacao.pdf. Acesso em Agosto de 2016.

	(53,68)	(46,32%)	(100%)
Jataí	10.006	10.089	20.095
	(49,79%)	(50,21%)	(100%)
Total	72.613	68.759	141.372
	(51,36%)	(48,64%)	(100%)

Fonte: Centro de Seleção da UFG – SISU 2016

O gráfico seguinte mostra o número de vagas ofertadas em *campi* desta universidade. Nota-se que a maior concentração de vagas encontra-se em Goiânia, seguida de Jataí, Catalão e cidade de Goiás.

Número de Vagas oferecido pela UFG por regional pelo SISU 2016-1

Regional	N.º de Vagas
Catalão	990
Goiânia	3.985
Goiás	290
Jataí	1.080
Total	6.345

Fonte: Centro de Seleção da UFG – SISU 2016

No primeiro gráfico, localiza-se o número de inscritos com primeira opção de escolha de curso em algum dos *campus* da UFG em 72.613 (setenta e dois mil seiscentos e treze estudantes). Conforme registrado no segundo gráfico, o número de vagas é de 6.345 (seis mil trezentos e quarenta e cinco) nos diversos *campi* desta universidade. Ou seja, em uma conta de subtração simples, tem-se um total de 66.268 (sessenta e seis mil e duzentos e sessenta e oito estudantes) na condição de “excedentes” desta seleção, portanto, um dado quantitativamente grande de excedentes antes mesmo da realização da prova, qualquer que seja a capacidade e conteúdo que tenham para a realização da prova. Segue abaixo tabela que quantifica as possibilidades de ingresso dos estudantes na primeira e na segunda chamadas.

Tabela 02 – Probabilidade de ingresso no SISU na primeira e na segunda para o processo seletivo do SISU para ingresso na UFG

Regional	Probabilidade de ingresso na primeira opção do SISU – UFG	Probabilidade de ingresso na segunda opção do SISU – UFG
Catalão	0.1782178218 (17,82%)	0.1417359506 (14,17%)
Goiânia	0.0748947527 (7,49%)	0.0743060168 (7,43%)
Goiás	0.0754422477 (7,54%)	0.0808326042 (8,08%)
Jataí	0.1079352389 (10,79%)	0.0954931056 (9,55%)
TOTAL	0.0873810475	0.0842154082

Fonte: ALMEIDA, pesquisa mestrado, 2016.

As chances dos candidatos podem ser mensuradas com base em probabilidade estatística. A probabilidade do estudante ingressar na primeira opção para o SISU na cidade de Goiânia, por exemplo, é de cerca de 8%. Ou seja, para esta mesma opção a probabilidade de tornar-se um excedente é de 92 %.

Para além do ponto de vista quantitativo, o que se pretende evidenciar é que o sistema de seleção mantém uma lógica de criação e manutenção de um modo de vida dos excedentes do vestibular. Tal modo de vida pode ser expresso pelos PVPs na tensão entre inclusão-exclusão, e necessitam ser compreendidos pelo limite estrutural das vagas ofertadas nas universidades, o que configura uma inclusão subordinada aos limites das próprias seleções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Pré-Vestibulares Populares tem sido objeto de várias pesquisas, sobretudo na área da educação. Entretanto, apesar das várias investigações, não se têm ainda estudos sistemáticos que permitam a dimensão destes cursos em dimensões macrossociais, em perspectivas estaduais e nacional. Dessa forma, a análise realizada da realidade nacional, por meio da pesquisa documental, e o estudo das experiências do estado de Goiás podem contribuir na construção de um panorama sobre os cursinhos populares na realidade estadual e estimular a construção de outras pesquisas com essa dimensão. É evidente que a construção de um painel generalista possui limites, sobretudo no que se refere às particularidades de cada curso analisado.

Este estudo inicia, no âmbito da pesquisa acadêmica na pós graduação, as pesquisas sobre os Pré-Vestibulares Populares no estado de Goiás, e neste sentido pode ser considerado precursor. Os resultados obtidos na pesquisa mostram uma reconfiguração dos agentes organizadores dos Pré-Vestibulares Populares na última década. Se os movimentos negros e os movimentos estudantis apareciam como os principais mobilizadores destes cursos na década de 1990, ao final da primeira década dos anos 2000 o Estado aparece na disputa para se tornar o principal agente organizador. Tais cursos ofertados pelo Estado se diferenciam em forma e conteúdo dos cursos organizados pelos movimentos negros e estudantis.

Sobre a forma, percebe-se que os cursos do Estado reproduzem uma gestão hierarquizada e utilizam de expedientes de provas para ingresso nos cursos preparatórios. Na gestão hierarquizada, restringe-se a participação de estudantes e professores e, conseqüentemente, a formação política e a educativa realizadas durante as reuniões, assembleias e demais espaços de formação, isso se comparado aos cursinhos cujos agentes organizadores são o movimento negro e estudantil. Nas provas de ingresso, efetiva-se uma “seleção para a seleção”, uma forma de inclusão subordinada dos excedentes das universidades. Nela se incorporam os estudantes melhores avaliados da escola pública, negando o direito à educação e perpetuando a situação de privação daqueles que tiveram, pelos mais variados motivos, um acesso precário à educação

formal.

Sobre o conteúdo, compreende-se que as iniciativas ofertadas pelo estado contribuem para naturalizar as desigualdades sociais e ocultar os excedentes das universidades. Realiza-se, como no caso da “Aula show do governo”, ofertada pela SEDUCE, um grande ato propagandístico em políticas que possuem natureza esporádica. Tais ações pontuais corroboram para uma aparência democratizadora da escola, que não tem uma correspondência na realidade. Se o ensino básico fosse de qualidade e preparasse os estudantes para a competição das vagas haveria tanta demanda de Pré-Vestibulares Populares? Outro fator relevante é como os dois cursos dessa secretaria enfatizam a promessa da mobilidade social. Tal promessa de mobilidade configura-se, para a maioria, como ilusão, e deste modo constitui-se como um dos elementos da manutenção do que Martins (1997) nomeou de nova desigualdade.

Os dados da pesquisa encomendada pela ANDIFES indicam que os PVPs se configuram como uma estratégia de acesso à educação superior. Cerca de 11% dos estudantes que estão matriculados nas universidades públicas utilizaram dos cursos preparatórios como instrumento para se prepararem para as disputas das escassas vagas do ensino superior. A apreensão da estatística da relação de tais cursos com o acesso às universidades públicas permite evidenciar que tais experiências não podem ser compreendidas isoladamente. No entanto, ainda que essa estratégia se efetive em parte, na realidade, é necessário considerar que há estudantes que realizam tais cursos e não conseguem ingressar na educação superior, em outras palavras, a criação dos PVPs não resolve o problema dos excedentes das universidades.

Desse modo, os Pré-Vestibulares Populares precisam ser compreendidos na tensão inclusão-exclusão dos excedentes das seleções de ingresso nas universidades e dentro das contradições das políticas de acesso à educação superior. Na tensão inclusão-exclusão, mesmo que combatam a reprodução das desigualdades sociais pela educação, possuem como limite estrutural a inclusão subordinada em função das escassas vagas ofertadas na educação superior.

A complexificação das formas de seleção, no que se refere às mudanças no antigo vestibular para adotar o SISU, que utiliza como nota as provas do ENEM, não

altera o eixo do processo seletivo, que se fundamenta no concurso público de caráter classificatório. Logo, a centralidade dessa política, que em tese seria a qualidade da educação, fundamenta-se, na prática, pela limitação institucional do sistema educacional brasileiro em ofertar vagas para o ensino superior e absorver nas universidades os estudantes do ensino médio. A discussão de um conteúdo mínimo necessário para ingresso no ensino superior, a exemplo, uma nota mínima pré-estabelecida para aprovação no exame, é abandonada e suplantada pela naturalização da competição entre os candidatos como critério para assegurar a qualidade do ensino. O número dos excedentes dos processos seletivos pode ser identificado antes da realização das provas pela subtração do número de candidatos pelo número de vagas. Assim, a negação do direito à educação e a situação de privação da educação superior se expressam como uma crise institucional do sistema educacional brasileiro.

O crescente número de cursos preparatórios institucionaliza como prática social uma política extraoficial na educação brasileira. Tais cursos funcionam na ausência do Estado no que se refere à criação de mecanismos de regulação e fiscalização destas experiências. A não regulamentação é funcional à manutenção dos cursinhos comerciais e aos cursos populares. Para a iniciativa privada, tal expediente permite ampliar a quantidade de estudantes em sala e flexibiliza os sistemas de regulação e controle, o que permite, seguramente, a ampliação dos lucros. Para as iniciativas populares, permite o funcionamento e continuidade da realização dos cursos mesmo sem as “condições ideais” que se buscam ter na educação formal: local próprio e instalações adequadas, quadro de docentes com formação para o exercício profissional, políticas de permanência dos estudantes na escola e outras.

Se investigada a incorporação desta prática extraoficial pelo Estado, há problemáticas a serem estudadas sobre a forma de funcionamento destes cursos. Qual a relação do financiamento destes cursos com o Estado? Qual é a verba utilizada para a manutenção das experiências? Não configuraria desvio de função incorporação de servidores públicos para assumir as aulas de cursos não previstos pela legislação educacional? Como se dá a relação de contrato dos profissionais que atuam nessas experiências, mantém-se a lógica de voluntariado?

Sobre o funcionamento desses cursos nas universidades como extensão universitária, necessita-se investigar: Que local a universidade ocupa na política social? Seria papel da instituição a realização destes cursos? Existem outras formas de financiamento para além da concessão de bolsas aos professores estudantes?

Os cursos dos pré-vestibulares ofertados pelos movimentos estudantis assumem como característica a adoção da extensão universitária como mecanismo de manutenção das experiências dentro das universidades. Os PVPs vinculados ao movimento estudantil estão subordinados à condição social do estudante, sua transitoriedade na universidade, relações de dependência e aspirações profissionais. Desse modo, parecem ser experiências que tendem a se institucionalizar de alguma forma.

Os pré-vestibulares são a expressão de um modo de vida dos excedentes das universidades: Como são (re)incluídos esses sujeitos quando não passam nas seleções das universidades públicas? Existe a necessidade de investigação sobre o movimento de incorporação destes estudantes nas universidades privadas, portanto, dentro das contradições e tendências da expansão da educação superior via privatização. Outra forma de problematizar a (re)inclusão desses estudantes poderia se dar pela indagação: Quais as relações entre ampliação do tempo de escolarização nos Pré-Vestibulares Populares e a incorporação desses estudantes no mercado de trabalho?

Outro fator, que consideramos determinante para compreensão dessas iniciativas e que este estudo não se dedicou a realizar, é em relação à consciência dos estudantes que passam por esse processo formativo. Diferentemente de outras ações de flexibilização do ingresso ao ensino superior, nos cursos preparatórios existe um contato direto, e com uma periodicidade, na formação dos estudantes. Haveria alguma mudança na compreensão das desigualdades sociais por parte desses estudantes ao participarem dos PVPs?

Os agentes organizadores dos Pré-Vestibulares Populares, movimento que organiza os “sem universidade”, ao propor ampliar as oportunidades sociais dos “excluídos”, reconfigura, ao mesmo tempo, as desigualdades sociais que os criam como parte de um processo de (re)inclusão subordinada dos excedentes dos vestibulares. Os cursos preparatórios para os vestibulares se relacionam com uma integração subalterna

pelo limite estrutural das desigualdades que se propõem a enfrentar, integram de maneira distinta, (re)incluem os excluídos de maneira desigual.

Por fim, entende-se que a realização de novas pesquisas sobre cursos preparatórios populares pode contribuir para as análises dos problemas sociais e sociológicos da educação. No caso específico do acesso à educação superior, permite evidenciar a negação do direito a educação superior no Brasil e incorporações precárias do modo de vidas dos sem universidade na sociedade.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. Trad Juba Elisabeth Levy. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Lições de sociologia**. Trad João Thiago Proença e Manuel Seca de Oliveira. Lisboa: Edições 70, 2013.

ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar. **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. — Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

BACCHETTO, João Galvão. **Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BARROUIN, Andre Werneck. **Juventude E Política: O Pré Vestibular Comunitário Enquanto Espaço De Subjetivação**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2012.

BONFIM, Talma Alzira. **O CAPE em nossas vidas: A visão de um grupo de alunos, ex-alunos e colaboradores sobre um curso pré-vestibular gratuito**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Barão. 2ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: Crítica social do julgamento**. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2015.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **A história dos estudantes “excedentes” nos anos 1960: a superlotação das universidades e um “torvelinho de situações improvisadas”**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 51. jan./mar. 2014. Editora UFPR.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei 12.711/2012, 29 de agosto de 2012

BRITO, Mariano Alves de. **A expansão do ensino superior médio e o acesso superior como política de equidade**. Uma abordagem centrada no Cursinho Popular e nos atores no Estado do Piauí. Tese. (Doutorado em Administração e Política Educacional) – Faculdade de Administração, Universidade de Lisboa, 2013.

CAMARGO, Fernanda Furtado. **Cursinhos populares e o caso da UNESP: alguns condicionantes à sua criação e transformação**. Dissertação. (Mestrado em Educação)

– Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2009.

CASTRO, Cloves Alexandre de. **Cursinhos alternativos populares**: Movimentos territoriais de luta pelo acesso ao ensino superior público no Brasil. Dissertação. (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Geografia, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2005.

_____. **Movimentos socioespaciais de cursinhos alternativos e populares**: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade. Tese. (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

CENDÓN, Beatriz Valadares. **Ferramentas de busca na Web**. Ci. Inf., Brasília, v. 30, n. 1, p. 39-49, jan./abr. 2001

CIRQUEIRA, D. M.; GONÇALVES, C. P.; RATTS, A. As marcas da travessia: o processo de implementação de ações afirmativas e cotas na universidade Federal de Goiás. In: SANTOS, J. C. (Org.). **Cotas nas universidades: análises dos processos de decisão**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2012.

CORRÊA, Lajara Janaina Lopes. **Cursinho Popular: Estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2011.

CUNHA, Antônio Luiz. **Vestibular: a volta do pêndulo**. Em Aberto, Brasília, ano 1, n. 3. fev 1982.

Dados online sobre o banco de dados do google. Disponível em <http://www.worldwidewebsite.com>. Acesso em: Junho de 2016.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos*. In: **Dimensões**. Revista de história da Ufes. n. 21, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485/1981>> Acessado em: 05 jul. 2016.

SILVA FILHO, Penildon. **Cursos Pré Vestibulares em Salvador**: experiências educativas em movimentos sociais. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2003.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre Editora Artmed, 2009

FORTES, Ricardo Luiz Rocha. **O cursinho como unidade escolar de mediação entre o ensino médio e a universidade**: peculiaridade, sentidos e perspectivas. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005.

GUIMARÃES, Reinaldo da Silva. **Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-RIO após sua formatura na graduação?** Tese. (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2007.

GURGEL, Roberto M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Ed Cortez: Autores Associados: UFC, 1996.

LÉVY, Pierry. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 2010.

LEWANDOWSKI, Dirk. **Evaluating the retrieval effectiveness of Web search engines using a representative query sample**. Disponível em: <https://arxiv.org/ftp/arxiv/papers/1405/1405.2210.pdf> . Acesso em Junho de 2016.

LOUREIRO, Walderês Nunes. **O aspecto educativo da prática política**. Goiânia: Editora UFG, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES, Maíra Tavares. **Inclusão ou emancipação?** Um estudo do cursinho popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares**. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Do direito à Universidade a Universalização do Direito: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Do direito à Universidade a Universalização do Direito: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa**. Rio de Janeiro: Litteris, 2012.

NASCIMENTO, Daniela do. **Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos**

cursinhos pré-vestibulares da UNESP. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Eduardo Peterle. **Jovens e educação superior:** as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NOSELLA, Paolo. **Ampliar o acesso à universidade pública.** Contexto e educação - Editora Unijuí - Ano 17 - nº 67 - Jul./Set. 2002

OLIVEIRA, Cícero Santiago de. **Os pré-vestibulares populares como espaço de educação política:** O caso do Práxis. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Elizabeth Serra. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

OLIVEIRA, Leandro Silva de. **Paradoxos e desafios do ensino superior no Brasil:** a experiência dos cursinhos populares. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

PAULO, Nelia Regina dos Santos de. **Movimentos de educação popular:** um estudo sobre os pré-vestibulares para negros e carentes do estado do Rio de Janeiro. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PEIXOTO, Fernando. **O melhor do teatro do CPC da UNE.** São Paulo: Global. 1989.

PEREIRA, Tiago Ingrassia. **Pré Vestibulares Populares em Porto Alegre:** Na fronteira entre o público e o privado. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

PIUNTI, Juliana Cristina Perlotti. **Diferentes aprendizagens na perspectiva de alunos de um Curso Pré – Vestibular Comunitário.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009.

PORDEUS, Dominique. **Diário de uma estudante de medicina.** Rio Grande do Norte, 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://diarioestudentemed.blogspot.com.br/2010/12/desilusoes.html>. Acesso: Agosto de 2016.

SANGER, Dircenara dos Santos. **Para além do ingresso na universidade:** radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre. Dissertação.

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2003.

SANTOS, Cátia Matias dos. **Prática de ensino em pré-vestibulares populares: um estudo de caso do Pré-universitário SEED.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2011.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Agendas & Agências: A espacialidade dos Movimentos sociais a partir do Pré Vestibular para Negros e Carentes.** Tese. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal Fluminense, 2006.

SANTOS, João Vitor Claudiano dos Santos. **Estudante que acertou 95% do ENEM.** São Paulo, 22 de Janeiro de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7uF8Rg5pac> . Acesso: Agosto de 2016.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos históricos.** 2.ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

SIQUEIRA, Camila Zucon Ramos de. **Os Cursinhos Populares: Estudo Comparado Entre MSU e EDUCAFRO-MG.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2011.

SOUZA, Cláudia Oliveira. **O Acesso à Universidade e o Destino Social de Ex-alunos de Cursinhos Populares.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2009.

THUM, Carmo. **Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2000.

VALERIANO, Sandra Maria Dos Santos. **Um estudo de ideologia não educação cidadã: uma análise sobre as motivações e aspirações dos alunos da ONG EDUCAFRO.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2006.

VIEIRA, Alexandre Alves Porfírio. **Fazer cursinho ou estudar sozinho?** Disponível em: <https://diariodovestibulandodemedicina.wordpress.com/dicas-de-estudo-do-v-d-m-2/fazer-cursinho-ou-estudar-sozinho/>. Acesso: Agosto de 2016

VITORINO, Diego da Costa. **O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra.** Dissertação. (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, 2009.

ZAGO, Nadir. **Cursos pré-vestibulares populares: limites e perspectivas.** Perspectiva, Florianópolis, v. 26, n. 1, 149-174, jan./jun. 2008

ANEXO I

BANCO DE DADOS CONSULTADO NOS SITES DA INTERNET

Disponível em <http://lionsclubecatalaoleaodosul.blogspot.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4739353H6> Acesso em 06 de julho de 2016.

Disponível em: <http://cajueirocerrado.blogspot.com.br/2014/06/inscricao-para-o-curso-preuni-cajueiro.html> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://g1.globo.com/goias/noticia/2012/01/casa-da-juventude-oferece-cursos-gratuitos-para-jovens-de-14-29-anos.html> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://jaragua.go.gov.br/volta-as-aulas-cursinho-pre-vestibular-municipal/> Acesso em: abril de 2016.

Disponível em: <http://portal.metodista.br/nfc/sobre/cursinho-pre-vestibular-educafro> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://portal.seduc.go.gov.br/SitePages/home.aspx> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/codigos/clt/Prunes_CLT_comentada_%202006.pdf Acesso: Junho de 2016.

Disponível em: <http://sites.pucgoias.edu.br/home/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/portal/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/brasil/76081/%E2%80%9CMarcha-do-Todinho%E2%80%9D-em-Goi%C3%A1s-pede-o-fim-das-cotas.htm>. Acesso em 06 de Junho de 2016.

Disponível em: <http://www.catalao.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.ceres.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.consultasocio.com/q/sa/natal-da-costa-santos> . Acesso em abril de 2016.

Disponível em: <http://www.cursinhoprea.com.br/p/perguntas-frequentes.html>. Acesso em abril de 2016.

Disponível em: <http://www.dm.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.jatai.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/raquel-teixeira-ensino-medio-e-a-maior-blindagem-contr-a-pobreza-46375/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.opopular.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.portalcatalao.com.br/portal/noticias/pre-vestibular-israel-macedo-vai-abrir-inscricoes-,NTV,OTM3NQ.rb> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.rioverde.go.gov.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=not&ler=2&id=11882>. Acesso em: abril de 2016.

Disponível em: <http://www.rioverdegoias.com.br/i.php?si=not&ler=2&id=16567>. Acesso em: abril de 2016.

Disponível em: <http://www.ueg.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www.ueg.br/noticia/17001>. Acesso em 06 de julho de 2016.

Disponível em: <http://www.ufg.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/home.shtml> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/CRJ-Goi%C3%A1s-272937572746214/> Acesso em: Maio de 2016.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/Curso-Pr%C3%A9-Vestibular-Municipal-Israel-Macedo-608125649216738/> Acesso em: Maio de 2016.

Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/Casa-Da-Juventude-CAJU/108292692622977> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <https://www.facebook.com/cursinho.prea>. Acesso em: abril de 2016.

Disponível em: <https://www.facebook.com/preparatrans/> Acesso em: Maio de 2016.

Disponível em: <https://www.google.com.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/> Acesso em: maio de 2016.

Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/ultimas-noticias-campos-belos/655-cursinho-preparatorio-para-o-enem-2015>. Acesso em: maio de 2016

Disponível em: <https://www.jatai.ufg.br/n/40713-me-emociono-por-saber-que-possibilito-aos-alunos-da-ufg-transformar-a-vida-de-pessoas-desconhecidas-diz-docente-responsavel-pelo-cursinho-atitude>. Acesso em: Junho de 2016.

Disponível em: <https://www.jatai.ufg.br/n/69459-cursinho-atitude>. Acesso em 01 de Junho de 2016.

Disponível em: www.unievangelica.edu.br. Acesso em: maio de 2016.

ANEXO II

Quadro – Produções Acadêmicas sobre os Pré-Vestibulares Populares Teses de Doutorado (1998-2014)

Autoria	Título da Tese	Área do conhecimento e Instituição	Ano de Defesa
<i>Renato Emerson Nascimento dos Santos</i>	<i>“Agendas & Agências: A espacialidade dos Movimentos sociais a partir do Pré Vestibular para Negros e Carentes”</i>	<i>Doutorado em Geografia UFF</i>	2006
<i>Reinaldo da Silva Guimarães</i>	<i>Educação superior, trabalho e cidadania da população negra: o que aconteceu com os estudantes provenientes dos pré-vestibulares comunitários e populares em rede beneficiários das ações afirmativas da PUC-RIO após sua formatura na graduação?</i>	<i>Doutorado em Serviço Social – PUC RJ</i>	2007
<i>Alexandre do Nascimento</i>	<i>Do direito à Universidade a Universalização do Direito: O Movimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares e as Políticas de Ação Afirmativa.</i>	<i>Doutorado em Serviço Social - UFRJ</i>	2010
<i>Cloves Alexandre Castro</i>	<i>Movimentos socioespaciais de cursinhos alternativos e populares: a luta pelo acesso à universidade no contexto do direito à cidade.</i>	<i>Doutorado em Geografia. Instituto de Geociências - UNICAMP</i>	2011
<i>Mariano Alves de Brito</i>	<i>A expansão do ensino superior médio e o acesso superior como política de equidade. Uma abordagem centrada no Cursinho Popular e nos atores no Estado do Piauí.</i>	<i>Doutorado em Administração e Política Educacional - Universidade de Lisboa</i>	2013

Fonte: ALMEIDA, dissertação de mestrado, 2006.

ANEXO III

Produções Acadêmicas sobre os Pré-Vestibulares Populares Dissertações de Mestrados (1998-2014)

Autoria	Título da Dissertação	Área do conhecimento e Instituição	Ano de Defesa
<i>Alexandre do Nascimento</i>	<i>Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares.</i>	<i>Mestrado em Educação-UERJ</i>	1999
<i>Carmo Thum</i>	<i>Pré-vestibular público e gratuito: o acesso de trabalhadores à universidade pública.</i>	<i>Mestrado em Educação-UFSC</i>	2000
<i>Elizabeth Serra Oliveira</i>	<i>Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana.</i>	<i>Mestrado em Educação - UFF</i>	2001
<i>Dircenar dos Santos Sanger</i>	<i>Para além do ingresso na universidade : radiografando os cursos pré-vestibulares para negros em Porto Alegre</i>	<i>Mestrado em Educação - UFRGS</i>	2003
<i>João Galvão Bacchetto</i>	<i>Cursinhos pré-vestibulares alternativos no município de São Paulo (1991-2000): a luta pela igualdade no acesso ao ensino superior.</i>	<i>Mestrado em Educação - USP</i>	2003
<i>NELIA REGINA DOS SANTOS DE PAULO</i>	<i>Movimentos de educação popular: um estudo sobre os pré-vestibulares para negros e carentes do estado do Rio de Janeiro.</i>	<i>Mestrado em Sociologia - IUPERJ</i>	2005
<i>Ricardo Luiz Rocha Fortes</i>	<i>O cursinho como unidade escolar de mediação entre o ensino médio e a universidade: peculiaridade, sentidos e perspectivas.</i>	<i>Mestrado em Educação - PUC MG</i>	2005
<i>Sandra Maria Dos Santos Valeriano</i>	<i>Um estudo de ideologia ã educação cidadã: uma análise sobre as motivações e aspirações dos alunos da ONG EDUCAFRO</i>	<i>Mestrado em Educação - Universidade Metodista de São Paulo</i>	2006
<i>Tiago Ingrassia Pereira.</i>	<i>Pré Vestibulares Populares em Porto Alegre: Na fronteira entre o público e o privado.</i>	<i>Mestrado em Educação - UFRGS</i>	2007
<i>Cícero Santiago de Oliveira</i>	<i>Os pré-vestibulares populares como espaço de educação política: O caso do Práxis.</i>	<i>Mestrado em Educação - UFSM</i>	2009

<i>Cláudia Oliveira Souza</i>	<i>O Acesso à Universidade e o Destino Social de Ex-alunos de Cursinhos Populares.</i>	<i>Mestrado em educação - UNICAMP</i>	<i>2009</i>
<i>Diego da Costa Vitorino</i>	<i>O cursinho pré-vestibular para negros e carentes da ONG Fonte (Araraquara-SP) à luz dos debates sobre racismo e cultura negra.</i>	<i>Mestrado em Educação - UNESP</i>	<i>2009</i>
<i>Eduardo Nascimento</i> <i>Peterle</i>	<i>Jovens e educação superior: as aspirações de estudantes de cursos pré-vestibulares populares.</i>	<i>Mestrado em Educação - USP</i>	<i>2009</i>
<i>Fernanda Camargo</i> <i>Furtado</i>	<i>Cursinhos populares e o caso da UNESP: alguns condicionantes à sua criação e transformação.</i>	<i>Mestrado em Educação - UNESP</i>	<i>2009</i>
<i>Juliana Cristina Piunti</i> <i>Perlotti</i>	<i>Diferentes aprendizagens na perspectiva de alunos de um Curso pré - Vestibular Comunitário</i>	<i>Mestrado em educação - UFSCAR</i>	<i>2009</i>
<i>Camila Zucon Ramos de Siqueira</i>	<i>Os Cursinhos Populares: Estudo Comparado Entre MSU e EDUCAFRO-MG.</i>	<i>Mestrado em Educação - UFV</i>	<i>2011</i>
<i>Catia Matias dos Santos</i>	<i>Prática de ensino em pré vestibulares populares: um estudo de caso do Pré-universitário SEED</i>	<i>Mestrado em educação - UFS</i>	<i>2011</i>
<i>Lajara Janaina Lopes Corrêa</i>	<i>Cursinho Popular: Estudo sobre a trajetória de estudantes das classes trabalhadoras.</i>	<i>Mestrado em educação - PUC Campinas</i>	<i>2011</i>
<i>Maíra Tavares Mendes</i>	<i>Inclusão ou emancipação? Um estudo do cursinho popular Chico Mendes/Rede Emancipa na Grande São Paulo</i>	<i>Mestrado em Educação- UFRGS</i>	<i>2011</i>
<i>Andre Werneck Barrouin</i>	<i>Juventude E Política: O Pré Vestibular Comunitário Enquanto Espaço De Subjetivação</i>	<i>Mestrado em Psicologia - PUC RJ</i>	<i>2012</i>
<i>Daniela do Nascimento</i>	<i>Política de acesso ao ensino superior: uma análise dos cursinhos pré-vestibulares da UNESP</i>	<i>Mestrado em Educação - UNESP</i>	<i>2013</i>
<i>Leandro Silva de Oliveira</i>	<i>Paradoxos e desafios do ensino superior no Brasil: a experiência dos cursinhos populares. 2013.</i>	<i>Mestrado em Ciências Sociais - UNESP</i>	<i>2013</i>

Fonte: ALMEIDA, dissertação de mestrado, 2016.